Jornal do Comércio 92 ANOS

O Jornal de economia e negócios do RS | Fundado por J.C. Jarros - 1933 | www.jornaldocomercio.com

Nº 231 - Ano 93 | Porto Alegre, quinta-feira, 23 de abril de 2026 | Venda avulsa R$ 6,50

Recuperação judicial segue em alta no Estado e no País

Cenário é impactado pelo prolongamento da Selic elevada; agro e serviços lideram pedidos p. 8

RAINER JENSEN/DIVULGAÇÃO/JC

Muito mais do que uma tendência, ações executadas com IA já estão incorporadas às soluções apresentadas nos estandes da feira realizada na Alemanha p. 6

Feira de Hannover expõe protagonismo do uso de Inteligência Artificial na indústria

Indicadores
22 de abril de 2026

B3

-1,65%

Volume: R$ 26,628 bi

A B3 recuou para 192 mil pontos na sessão. Entre as principais blue chips, a correção no setor financeiro ficou entre -2,66% (Bradesco ON) e -3,62% (Banco do Brasil ON) no fechamento.

No mês	No ano	Em 12 meses
+2,9%	+19,71%	+47,85%

Dólar

Comercial	4,9735/4,9740
Banco Central	4,9647/4,9653
Turismo	4,9725/ 5,1530

Euro

Comercial	5,8210/5,8220
Banco Central	5,8152/5,8164
Turismo	5,8208/6,0360

AGRONEGÓCIO

Vazio sanitário da soja evita perdas de até 15% no campo

Para controlar a ferrugem asiática nas lavouras de soja e evitar perdas produtivas que podem chegar a 15%, os sojicultores gaúchos realizam uma série de manejos integrados que começam com o vazio sanitário da cultura que, neste ano, ocorrerá entre 3 de julho e 30 de setembro. Também foi estabelecido o calendário de semeadura do grão, que vai de 1º de outubro de 2026 até 28 de janeiro de 2027. p. 9

URBANISMO

Prefeitura prevê revitalizar as praças da Capital até o final de 2027

Com a meta de requalificar aproximadamente 50% das praças de Porto Alegre, ainda em 2026, a prefeitura prevê entregar até o fim do ano a reforma de 350 delas. Para 2027, a meta é abranger as restantes, totalizando em torno de outras 360 praças. p. 19

FABIOLA CORREA/JC

Praça Dom Feliciano, no Centro, já está com 45% da obra concluída

MINUTO VAREJO p. 5

Bella Vista Plaza, em frente à Praça da Encol, será vendido

CONGRESSO p. 11

Comissão aprova relatório que permite avanço da PEC da 6x1

CADERNO GERAÇÃOE

Negócios buscam se consolidar após 12 meses de operação

opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ EDITORIAL

Projeção de El Niño coloca o Rio Grande do Sul em alerta

A perspectiva de ocorrência do fenômeno El Niño a partir do segundo semestre deste ano reacende a memória das chuvas intensas e enchentes vividas no Rio Grande do Sul entre 2023 e 2024. A possibilidade de um evento de maior intensidade, ainda que cercada de incertezas, volta a colocar o Estado em alerta.

Projeções mais recentes indicam que há risco de formação de um El Niño mais forte, com potencial para provocar períodos prolongados de chuvas. No entanto, especialistas recomendam cautela, destacando que um possível episódio de grande magnitude depende da evolução das condições atmosféricas e do Oceano Pacífico nos próximos meses. Ainda assim, o cenário reforça a necessidade de monitoramento constante e de preparação antecipada.

No Sul do Brasil, os efeitos do El Niño são marcados pelo aumento do volume de chuvas, sobretudo na primavera e no início do verão. Para o Rio Grande do Sul, isso pode significar a repetição de chuvas persistentes, elevação dos níveis de rios e maior risco de cheias em áreas urbanas e rurais. A lembrança das enchentes de maio de 2024, que causaram perdas humanas, prejuízos econômicos e danos à infraestrutura, muitos dos quais ainda sem reparação completa, amplia as preocupações.

Além dos impactos imediatos, o fenômeno também impõe desafios de médio prazo, especialmente para o setor agropecuário. O excesso de chuvas pode comprometer o calendário de plantio e colheita no Rio Grande do Sul, afetar a produtividade e elevar custos, exigindo maior adaptação por parte dos produtores. Ao mesmo tempo, a possibilidade de episódios de calor intenso, também associados ao El Niño em determinadas regiões, pode agravar a escassez hídrica.

> O excesso de chuvas pode comprometer o calendário de plantio e colheita no Rio Grande do Sul

Diante desse contexto, é essencial avançar nas discussões sobre adaptação e resiliência. Investimentos em infraestrutura, aprimoramento dos sistemas de previsão e alerta, além de políticas públicas voltadas à mitigação de riscos, são fundamentais para reduzir os impactos de eventos climáticos extremos. A recorrência de fenômenos intensificados pelas mudanças climáticas reforça a percepção de que o enfrentamento desses desafios exige planejamento contínuo e ação coordenada.

Para o Rio Grande do Sul, os efeitos de um novo El Niño não se limitam ao clima, mas se estendem à atividade econômica e à recuperação de áreas atingidas pela enchente histórica de 2024. A intensidade dos impactos estará diretamente ligada ao ritmo de reconstrução e à capacidade de adaptação do Estado.

/ DESTAQUES NA EDIÇÃO DIGITAL

jornaldocomercio jornaldocomercio JC_RS JornaldoComercioRS company/jornaldocomercio

GUILHERME KOLLING/ESPECIAL/JC

O editor-chefe do JC, Guilherme Kolling, está acompanhando a Feira de Hannover, na Alemanha. Ele conversou com o presidente da Be8, Erasmo Battistella, que explica como é o biodiesel brasileiro desenvolvido pela companhia e testado em caminhões alemães. Aponte a câmera do celular para o QR Code e confira o vídeo.

ARTE/JC

Daniela Kraemer, gerente de Relações Institucionais e ESG da GM América do Sul, explica como funciona o Comitê de Lideranças Femininas na Indústria (Colife), projeto da Fiergs. Mire o QR Code e assista ao vídeo de Patrícia Comunello, colunista do Minuto Varejo.

Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code

/ FRASES E PERSONAGENS

"O grande desafio da Região Central do Rio Grande do Sul é sair da crise econômica que atinge o setor agropecuário após anos de seca e enchentes. Falta uma política de desenvolvimento do Estado que ajude a impulsionar esse processo. Por outro lado, a região tem tudo a oferecer, com boas empresas, grandes empresários e muitas oportunidades." **Cláudio Vieira,** engenheiro da Renova Construções.

"Cachoeira do Sul enfrenta desafios históricos ligados à falta de planejamento e infraestrutura logística. A cidade perdeu ao longo do tempo ativos importantes, como a ferrovia, o porto estruturado e melhorias rodoviárias, o que limita seu desenvolvimento econômico. Hoje, mesmo estando em uma posição estratégica no Estado, ainda carece de investimentos que permitam aproveitar seu potencial logístico." **Pedro Lopes,** presidente da Associação Brasileira de Logística e Transportes de Carga (ABTC).

"Acredito que a gente tem um potencial enorme de turismo que está totalmente interligado ao meio ambiente. Temos um rio fenomenal e empreendimentos, muitas atividades que geram economia para o município e para a região." **Pâmela Ghesla,** secretária de Meio Ambiente de Cachoeira do Sul, durante o evento Mapa Econômico do RS em Cachoeira do Sul.

DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS
www.jornaldocomercio.com

Diretor-Presidente
Giovanni Jarros Tumelero

Editor-Chefe
Guilherme Kolling

direcao@jornaldocomercio.com.br
editorchefe@jornaldocomercio.com.br

Av. João Pessoa, 1282
Porto Alegre, RS • CEP 90040.001
Atendimento ao Assinante: (51) 3213.1300

Conselho

Presidente:
Mércio Cláudio Tumelero

Membros do Conselho:
Cristina Ribeiro Jarros
Jenor Cardoso Jarros Neto
Valéria Jarros Tumelero

Fundado em 25/5/1933 por
Jenor C. Jarros
Zaida Jayme Jarros

/ CENÁCULO/REFLEXÃO

Uma mensagem por dia

Diariamente, você se depara com pessoas das mais variadas etnias, raças e camadas sociais. Lembre-se de que, perante Deus, todos são iguais. Por isso, você precisa ter para com todos respeito, consideração e reverência. Não se esqueça de que os seres humanos trazem em seu interior a capacidade de superação de conflitos, em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Meditação
Exclua de sua vida tudo o que não agrada a Deus.

Confirmação
"Eis o Deus que me salva, eu confio e nada temo! O Senhor é minha força e meu alegre canto. O Senhor é a minha salvação" (Is 12,2).

Rosemary de Ross/Editora Paulinas

Começo de Conversa

Fernando Albrecht
fernando.albrecht@jornaldocomercio.com.br

Em 2024, os brasileiros perderam R$ 23,9 bilhões em apostas em sites. O cálculo é do colunista Elio Gaspari. O dindin deixado em jogos de azar evapora mais rápido do que sorvete ao sol escaldante do Saara ao meio-dia.

BETI SEFRIN/DIVULGAÇÃO/JC

Vacina em pelúcia

Bicho de pelúcia precisa tomar vacina? Não, mas ensina as crianças a não temer a picada da agulha. A Criamigos, nascida em Gramado, retoma um projeto querido pelas famílias, agora ainda mais completo e cheio de significado. Já chegou às lojas a "Experiência Criamigos: Vacinação de Pelúcias", uma vivência que une imaginação, afeto e aprendizado para transformar um momento muitas vezes temido em algo mais leve e acolhedor.

Violência contra as mulheres

Projeto de lei apresentado pelo deputado Sanderson (PL-RS) propõe tornar obrigatória a inclusão de conteúdos voltados ao combate à violência contra as mulheres nos currículos da educação básica em todo o País. É desde pequenino que se torce o pepino, diz um provérbio antigo.

Juventude rebelde

Pesquisa realizada em 29 países, com 23 mil entrevistados, aponta que 31% dos homens da Geração Z acreditam que a mulher deve sempre obedecer ao marido. Já 33% defendem que o homem deve ter a palavra final nas decisões importantes. Quando se pensa que os muito jovens mudaram, vem essa.

Fechada para balanço

Depois de 34 anos de Brasil, a montadora japonesa Subaru encerrou suas atividades no Brasil. Talvez a enorme procura por carros elétricos em detrimento dos motores de combustão interna seja o motivo.

Avenida dos brechós

Em poucas quadras a partir da rua Luiz Afonso, em frente à Redenção, existem nada menos do que 11 brechós na avenida João Pessoa. Sinal de que muita gente precisa ganhar um dinheirinho vendendo peças de roupa e, do outro lado, muita gente fazendo economia comprando peças usadas.

As aparências enganam

As pesquisas para o governo do Estado estão alvoroçando marqueteiros e candidatos, mas, a essa altura do campeonato, o jogo ainda nem começou de fato. Estamos em pré-campanha, os atletas mal e mal saíram do vestiário, ainda não começaram os debates e a exposição no horário eleitoral. Podem se confirmar mais adiante, podem não. Muitos dos eleitos em eleições passadas começaram com 3% a 4% para, depois, disparar. Além disso, muitos e muitas esquecem que não se deve confundir piso com teto.

Ora ora, até que enfim

O fim da escala 6 x 1 vai trazer aumento de custos para as empresas, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos. Só não contaram para ele. Se uma empresa paga o mesmo salário por um dia a menos de trabalho, é o óbvio ululante. Boulos disse ainda que "a dinâmica do mercado" impedirá que este custo extra seja repassado para o consumidor. Bem, aí já estamos falando em um milagre como a multiplicação de peixes contada na Bíblia. Mas precisou de um Jesus para fazê-lo.

Padre Jorge

A Sicredi Caminho das Águas realiza, neste sábado, um evento especial no Memorial Anneken, em Rolante, para marcar os 140 anos de nascimento do padre Jorge Annecken (1886-1954), fundador da instituição cooperativa. A programação ocorre das 9h às 12h, no pátio externo do espaço, e é aberta ao público.

Ferro velho, ferro novo...

O combate ao furto de fios em Porto Alegre é uma das principais frentes de atuação do vereador Ramiro Rosário (Novo). O parlamentar defende medidas mais duras contra a receptação e a responsabilização de toda a cadeia que lucra com esse mercado clandestino. À frente da CPI do Furto de Fios, em andamento na Câmara Municipal, Ramiro também protocolou projeto de lei que proíbe o funcionamento dos ferros-velhos na Capital. Essa eu quero ver.

Da mesa para o tanque

A CJ Selecta, produtora brasileira de Concentrado Proteico de Soja (óleo de soja, lecitina, etanol de soja e fertilizantes organominerais), reforça seu papel pioneiro na transição energética ao avançar no processo de certificação do RenovaBio, com a primeira planta de etanol de soja em escala industrial do mundo. Certo, mas fica meio estranho usar um produto alimentício como combustível.

opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Aeródromo de Carazinho

O aeródromo de Carazinho, no Norte do Rio Grande do Sul, opera sem voos comerciais regulares, mas mantém atividade contínua em formação de pilotos, operações aeromédicas e apoio logístico (JC Logística, edição de 13/04/2026). A solução é simples, o município deve ter a outorga e buscar junto a entidades e empresas que usam o aeroporto. *(Paulo Barcelos Dalla Porta)*

Aeródromo de Carazinho II

O Rio Grande do Sul está muito atrasado em voos comerciais. 90% dos voos do Estado partem do Aeroporto Salgado Filho. *(Augusto Bilhalva Goulart)*

Aeródromo de Carazinho III

O aeroporto deveria ser transformado em terminal de cargas. A Aeronáutica não vai colocar um aeroporto de passageiros, havendo outro em Passo Fundo, isso não faz sentido. *(Fabiano A. Grainer e Silva)*

Aeródromo de Carazinho IV

Um aeroporto de cargas seria fundamental e estratégico para toda a região. Mas, também há espaço e demanda para passageiros com voos regionais e com a operação de aeronaves de porte menor, como por exemplo o Cessna Grand Caravan que opera em alguns municípios gaúchos mesmo estando perto de aeroportos maiores. *(Mateus Diehl Hirt)*

Juros

Em artigo publicado na coluna Opinião Econômica, o mestre em economia Bráulio Borges abordou o problema do juro real no País (JC, 13/04/2026). Pela Constituição Federal de 1988, o juro real no Brasil não poderia ser superior a 12% a.a. *(art. 192, §3º)*. Mas o governo da época não quis, o STF julgou que a previsão não era autoaplicável e, depois, os legisladores derivados retiraram do texto o art. 192, §3º. *(Roberto Chamis)*

Governo do RS

Tendo votado no atual governador, Eduardo Leite, solicito que ele faça um severo balanço e uma limpeza geral nos gastos do Estado até o fim do seu mandato. Os contribuintes não estão nada satisfeitos com a atual situação, como pode ser claramente notado em qualquer ambiente frequentado. Temos que pagar os penduricalhos de toda ordem e os aumentos permanentes de impostos. A tentativa de colocar dezenas de pardais nas estradas da Serra com certeza terá muitos reflexos na caminhada política do governador. Está na hora de vender o palácio de descanso em Canela e aplicar o dinheiro nas escolas públicas, que em grande parte estão carentes de tudo. O momento atual não permite tal mordomia. *(Adriano Ramos, por e-mail)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Acesso à leitura: um compromisso coletivo

Roseni Siqueira Kohlmann

Entre páginas que atravessam gerações e histórias que moldam quem somos, o livro é uma das mais poderosas ferramentas de transformação social. Neste 23 de abril, o Dia Mundial do Livro nos convida não apenas a celebrar a literatura e seus autores, mas a refletir: que o acesso à leitura seja, de fato, um direito de todos, condição essencial para manter a produção literária viva.

Falar de literatura no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, é também falar de desafios históricos. Ainda convivemos com desigualdades profundas no acesso à leitura, que impactam diretamente a formação de leitores, o fortalecimento da cadeia produtiva do livro e a diversidade de vozes que conseguem ser ouvidas. Democratizar a leitura é, portanto, um pilar essencial para garantir que a informação circule, que o conhecimento cresça e que a produção literária siga viva, pulsante e em constante renovação.

É com esse compromisso que a Câmara Rio-Grandense do Livro vem ampliando seu olhar e suas iniciativas. A tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, que chega à sua 72ª edição em 2026, segue sendo um símbolo dessa história. Mas entendemos que é preciso descentralizar e alcançar novos territórios, públicos e narrativas. As Feiras do Livro da Restinga e do Jardim Leopoldina são exemplos concretos desse movimento. Criamos oportunidades de encontro, estimulamos o hábito da leitura e fortalecemos o vínculo das comunidades com o livro, em espaços de pertencimento, troca e transformação.

Neste mês de abril, celebramos também uma conquista importante para o setor: o lançamento do Mapa dos Eventos Literários do Brasil, iniciativa do Ministério da Cultura apresentada durante a Bienal do Livro de Salvador. A plataforma já reúne mais de 380 eventos em todo o País e se estabelece como uma ferramenta de visibilidade para editoras e livreiros brasileiros. A presença da Feira do Livro de Porto Alegre nesse mapa reforça sua relevância e sua capacidade de diálogo com o cenário nacional.

> Falar de literatura no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, é também falar de desafios históricos

Valorizar o livro é valorizar a cultura, a educação e o futuro. Neste Dia Mundial do Livro, que possamos reafirmar nosso compromisso coletivo com a leitura como um direito – e não um privilégio – e seguir trabalhando para que cada vez mais pessoas tenham acesso às histórias que nos formam e nos transformam.

Presidente da Câmara Rio-Grandense do Livro

A escolha da empatia na educação global

Shaysann Kaun

Para ser humano, não basta nascer. Tenho essa convicção após mais de 35 anos como educadora. Para tornar-se humano, é preciso aprender a ouvir ativamente e a responder de forma produtiva. É uma jornada vitalícia de aprendizado sobre conexão, baseado na compaixão e na empatia. E apesar de termos hoje uma facilidade inédita de acesso a pessoas e informações, a tentação do isolamento em bolhas de semelhança nunca foi tão grande.

> O que nos faz humanos, afinal, é a capacidade de reconhecer a humanidade do outro

É aí que entra a educação – não como solução mágica, mas como o espaço mais legítimo para moldar o tipo de pessoa da qual o mundo precisa. Mais do que desenvolvimento acadêmico, ensino é formação de caráter, responsabilidade e cidadania – habilidades fundamentais para uma visão de mundo plural. Embora cresça a lógica de algoritmos que apenas confirmam o que já pensamos, como superintendente da escola internacional de Porto Alegre, sei que podemos romper o isolamento e a polarização.

Na Pan American School, tenho o privilégio de acompanhar diariamente a convivência entre estudantes de mais de 20 nacionalidades. São crianças e jovens nascidos em outras culturas, muitas vezes com histórias familiares únicas, que vivem todos os dias entre línguas e referências diversas. Essa realidade se torna ainda mais concreta no International Day, evento anual no qual a escola se torna um mosaico de culturas: gastronomia, música e tradições atravessam fronteiras.

Em 2026, 12 países foram representados em estandes organizados por mais de 60 famílias. Enquanto muitas comunidades se organizam apenas em torno do que têm em comum, a nossa escola se reúne para celebrar as diferenças. Nesse sentido, o presente dos nossos alunos não é um ensaio para o futuro – é o próprio futuro em construção. Essa é a empatia que a educação pode cultivar. Não como sentimento vago e passageiro, mas como competência para a vida real: a habilidade de deslocar perspectiva, de habitar, ainda que provisoriamente, o ponto de vista do outro.

O que nos faz humanos, afinal, é a capacidade de reconhecer a humanidade do outro. Entre interações que promovemos ou prevenimos, valores que praticamos ou apenas proferimos, o futuro da humanidade depende de escolhas. Em um mundo tão complexo, nós escolhemos a empatia.

Superintendente da Pan American School

Leia o artigo "Mercado e novos arranjos na distribuição do livro", de Ramir Severiano, em **www.jornaldocomercio.com**

minuto VAREJO
Patrícia Comunello
patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Além da edição impressa, as notícias da coluna Minuto Varejo são publicadas ao longo da semana no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
jornaldocomercio.com/minutovarejo

Sindilojas RS
Porto Alegre

Bella Vista Plaza vai ser vendido

Centro comercial na Capital teve oferta de compra por R$ 30 milhões; comprador não foi revelado

"Servimo-nos da presente para informar que possuímos interessado na aquisição do imóvel." O aviso entrou na caixa de e-mail de 14 ocupantes do pequeno mall (shopping center), causando surpresa e curiosidade sobre o comprador e futuro do empreendimento. O negócio envolve R$ 30 milhões. A coluna foi ao Bella Vista Plaza, em frente à praça da Encol e ao lado de um dos novos empreendimentos do Grupo Zaffari com a construtora Melnick, o Cidade Nilo, que fica pronto em 2027, e captou a decepção de muitos lojistas. O mall tem a cafeteria Z Café, pizzaria, lotérica, salão de beleza, agência de viagem da CVC, petshop da Águia (uma das últimas a se instalar), loja de roupas de ginástica da marca Live! e outras unidades de pequenos varejistas entre calçados e acessórios, itens para casa e bijuterias. "Tenho uma clientela que já está acostumada e que vem até mesmo de outros bairros", comentou uma lojista.

PATRÍCIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

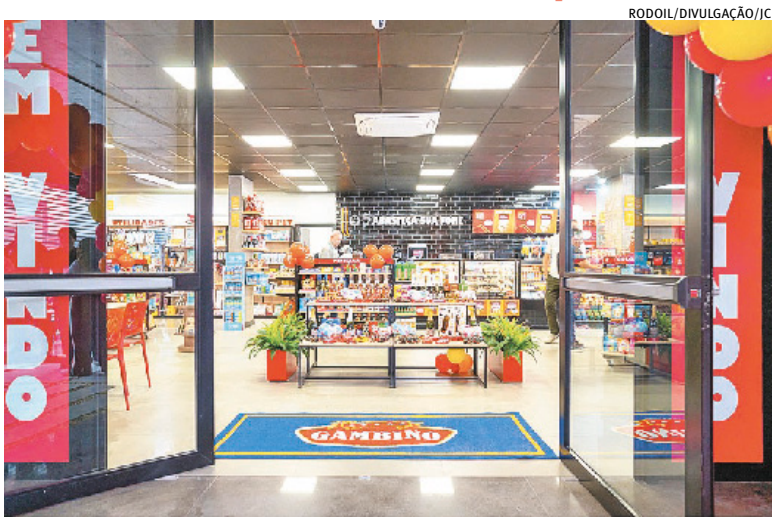
Empreendimento tem 14 lojas e fica ao lado de futuro complexo do Grupo Zaffari com Melnick

Há operações com mais de 20 anos no endereço. No comunicado, seguindo a Lei do Inquilinato (8.245, de 1991), que obriga a oferta do ativo aos locatários, os donos avisam que o prazo para manifestação se encerra no fim de abril e que eventual negócio só poderá ser feito para compra de toda a área.

A coluna fez pesquisa e apurou que o terreno tem 3 mil metros quadrados e quase 1,5 mil metros quadrados construídos. Há registro de alvarás desde 1995. Também há detalhes de valores no e-mail: "O interessado se propôs a adquirir a integralidade do imóvel, pelo preço total de R$ 30 milhões, a ser pago em 24 meses, com valor de R$ 1,25 milhão cada uma". Este é o valor que os inquilinos teriam de cobrir. Em conversas com alguns dos operadores do Bella Vista Plaza, o Minuto Varejo ouviu que os atuais donos teriam indicado que o mall ficará aberto por dois anos. Sobre o comprador (tudo indica que o negócio já estaria fechado), especula-se que seria a Melnick. A coluna questionou a construtora, mas ainda não teve retorno sobre a informação. Em anos anteriores, lojistas ouviram que Melnick e Zaffari teriam tentado adquirir o ativo para agregar ao complexo do Cidade Nilo, que terá supermercado, galeria de lojas e duas torres residenciais de alto padrão. O MV perguntou a Denis Blanck, que atua na administração do mall, sobre quem seria "o interessado na aquisição do imóvel" e futuro da operação. Blanck respondeu, por WhatsApp, que "no momento, não tenho autorização para divulgação de questões (solicitadas)". "Se tivermos algo mais concreto eu te comunico. Por enquanto, não posso comentar", adiantou Blanck.

Rodoil abre conveniência fora de posto: 'Testando modelo'

RODOIL/DIVULGAÇÃO/JC



Novo conceito da TriShop em Caxias do Sul tem até lavanderia

Os consumidores estão acostumados a ver a loja de conveniência do posto de combustíveis atrás das bombas. Até agora. A gaúcha Rodoil, quinta no Brasil, abriu a primeira unidade da bandeira de conveniência, a TriShop, em ponto de rua, em Caxias do Sul, sede da companhia, que tem 600 postos da marca entre o Estado, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. A loja, maior da rede, é ligada à rede Gambino. "A iniciativa é um movimento estratégico da companhia para o desenvolvimento do modelo de varejo de conveniência e reforça a estratégia de diversificação de negócios, em linha com tendências do setor", explica a companhia, em nota. A unidade é "loja conceito" para experimentar e validar o novo formato. Segundo a marca, a conveniência ganha mais relevância na geração de receita. A loja tem produtos e bebidas, bazar, livros, área de cafeteria e até lavanderia. É o "conceito de multifuncionalidade", diz a marca. O grupo ainda não tem previsão de novas TriShop fora de postos: "O próprio modelo de loja é um teste em si e nos permitirá entender a aceitação e a resposta do consumidor", comenta, na nota, o presidente e fundador do grupo, Roberto Tonietto.

No Ponto

- **Dia das Mães:** o SindilojasPOA projeta R$ 287 milhões com a data na Capital para a data, 10% acima de 2025. Pesquisa aponta que 57% dos lojistas esperam vender mais, 60% reforçaram estoques e mais de um terço fez contratações temporárias. Vestuário, cosméticos e perfumaria e calçados lideram a lista de presentes. A novidade é o sorteio de prêmios em dinheiro pela plataforma da Nota Fiscal Gaúcha (NFG), inédito na ação do sindicato. Clientes de lojas participantes na Capital e em Alvorada concorrem a R$ 200 (um por dia) e R$ 100 (quatro por dia) e a dois prêmios de R$ 5 mil no final da campanha. Precisa estar inscrito no NFG, com CPF na nota fiscal.
- O **Pontal Shopping** tem agora no mix a Gafas&Co, de óculos, dos mesmos donos da Ojo.
- A **True Bites**, confeitaria da empreendedora da True Chocolate, abre no fim de semana no bairro Moinhos de Vento.
- A **Riachuelo** estreia hoje no ParkShoppingBarigui, em Curitiba, seu novo conceito de loja, que chegará no segundo semestre ao Estado, garante a gaúcha Cathyelle Schroeder, diretora executiva de marketing da rede.
- A **Superlegal**, marca gaúcha, reabre a loja no dia 29 no BarraShoppingSul. Mais na coluna digital.
- O **Sebrae-RS** abriu até 1º de maio as inscrições para o StartupRS Start Radar Varejo.

Coluna de segunda

Como atua o Lab da Fecomércio-RS, que leva soluções para varejistas de todo o RS.

Feira de Hannover

Guilherme Kolling, editor-chefe | de Hannover (Alemanha)
guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br

Sistema FIERGS

IA consolida protagonismo na reinvenção da indústria

Especialistas, executivos e empresas reconhecem transformações

A Inteligência Artificial (IA) consolidou-se como elemento onipresente no maior evento de tecnologia industrial do mundo em 2026. Se nos anos anteriores a IA ainda era uma tendência se tornando realidade como principal tema do encontro, desta vez é apresentada como algo já incorporado aos milhares de estandes na Feira de Hannover, sendo considerada fundamental para a reinvenção da indústria que está em curso.

Além de entrar na agenda de discursos de governantes, o tema tem sido central na fala de executivos convidados ao evento. Em 2025, o CEO da multinacional alemã Siemens, Roland Busch, foi contundente ao afirmar que as empresas, em breve, serão divididas entre as que adotam a IA e as que não usam. Para ele, as primeiras serão bem-sucedidas, ao passo que as demais irão fracassar.

Neste ano, apresentada como uma das pessoas mais influentes do mundo, a CEO da empresa multinacional de consultoria de gestão Accenture, Julie Sweet, provocou a todos a considerar normal fazer algo no seu negócio de uma forma completamente diferente do que fazia há 12 meses por causa da IA. "Reinvenção significa mudar radicalmente algo que já existe", afirmou a executiva, ressaltando que os vencedores serão aqueles que utilizarem suas forças inerentes, como dados e conhecimento técnico do negócio, para operar de formas completamente novas.

A especialista considerou que a Inteligência Artificial vai promover a refundação da produção industrial, redefinindo todas as indústrias. "Mas isso ainda é pouco discutido", avaliou.

GUILHERME KOLLING/ESPECIAL/JC

Inteligência Artificial hoje está incorporada aos estandes de Hannover

HANNOVER MESSE/DIVULGAÇÃO/JC

Adaptação exigiu mudanças em modelos da Accenture, disse Julie

Como exemplo de mudança, citou a própria Accenture, que recentemente implodiu seu modelo operacional para se adaptar ao novo cenário tecnológico. "Mudamos coisas que fazíamos há 50 anos. E eu também implodi o modelo que coloquei em marcha em 2019, quando me tornei CEO. E vou dizer, é muito mais fácil implodir o modelo do CEO anterior do que o seu próprio", confidenciou ao público de Hannover.

Julie Sweet entende que a aplicação da Inteligência Artificial exige dois imperativos: focar no crescimento (e não apenas na produtividade) e abraçar uma reinvenção radical, já que é preciso disposição para transformar estruturas existentes.

Como exemplos práticos na indústria, a executiva citou montadoras que operam com o sistema de gêmeos digitais – a réplica da operação física – para conectar e operar dezenas de fábricas. Ou o processo de produção de empresas de alimentação, embalagens e logística, que estão adotando sistemas completamente diferentes.

Do cafezinho à música de João Gomes, o soft power do Brasil na Feira de Hannover

"Agora, Hannover vai virar o interior de Pernambuco!" Essa foi a deixa do músico João Gomes para engatar um forró e colocar para dançar os participantes da Feira de Hannover na noite de quarta-feira, 22 de abril.

De diplomatas engravatados a executivos de multinacionais, ninguém ficou indiferente ao cantor brasileiro e sua banda, que se apresentaram na noite do Brasil – o evento é tradicional e acontece todos os anos no pavilhão onde está representado o país parceiro.

Brasileiros que moram na Alemanha, integrantes da delegação que foram a Hannover e estrangeiros que participam da feira lotaram o local, que atraiu um público incomum para esse tipo de atividade, que acontece logo depois do fechamento dos estandes, às 18h.

Além dos seus próprios sucessos, João Gomes ainda tocou clássicos da música popular brasileira, como Chega de saudade, de Tom Jobim e imortalizada na voz de João Gilberto; Não quero dinheiro, de Tim Maia; A Praieira, da Nação Zumbi; Ana Júlia, de Los Hermanos; e País tropical, de Jorge Ben. O show foi organizado pela Apex Brasil, que tem outros mecanismos de soft power no Pavilhão 12 da Feira de Hannover, onde o Brasil está mais representado. Lá, é permanente a oferta de café brasileiro, pão de queijo e açaí, atraindo muitos estrangeiros ao local onde as empresas brasileiras estão expondo.

GUILHERME KOLLING/ESPECIAL/JC

Forró animou brasileiros e participantes de outros países na feira

GUILHERME KOLLING/ESPECIAL/JC

Espaço do Brasil em Hannover tem oferta de vários tipos de café

Gigantes alemãs mostram as mudanças da IA na prática

A SAP, multinacional alemã criadora de softwares de gestão para empresas, tem um dos maiores estandes da Feira de Hannover. Dividido em nichos, o espaço tem um ponto em comum: o uso da Inteligência Artificial (IA) em projetos para a indústria, mostrando na prática transformações em curso ou que ainda irão acontecer.

A gigante alemã exemplifica como a IA pode organizar cadeias de suprimentos de ponta a ponta, transformando a gestão de algo reativo em proativo. Com Inteligência Artificial, uma das ferramentas da SAP pode prever eventos – como o congestionamento em um porto chinês que afetará a distribuição de matérias-primas ou um aumento inesperado de demanda por produtos de bem-estar – e propor soluções para que a indústria aja de forma antecipada.

O sistema não apenas alerta sobre o problema, mas realiza uma análise de impacto e gera planos de ação automáticos, que podem ser executados por agentes de IA ou colaboradores.

O caso exibido com destaque no estande é relacionado à disparada na venda do shot de gengibre, bebida comercializada em dose concentrada para aumentar a imunidade. Com um boom inesperado nas vendas, é preciso reagir rápido para conseguir atender à demanda e não perder vendas. O que é feito com dados e assistentes digitais. Assim, o sistema aponta soluções para dar a resposta adequada, estimando equipe (turnos extras ou contratações temporárias) e gastos, antecipando-se para poder suprir a demanda no momento certo.

ines249

Conteúdo produzido pelo Núcleo-i Conteúdo multimídia patrocinado para Fuga Sa

Fuga SA inaugura unidade de processamento de grãos e amplia presença no agronegócio brasileiro

FUGA SA/ DIVULGAÇÃO/ JC

Nova planta da Biofuga em Camargo fortalece integração industrial e impulsiona desenvolvimento regional

O grupo empresarial Fuga SA, com sede em Marau (RS) e uma trajetória consolidada ao longo de 78 anos, anuncia a inauguração de sua nova Unidade de Processamento de Grãos, que operará sob a marca Biofuga, localizada no município de Camargo (RS). O empreendimento reforça o posicionamento da companhia como um dos relevantes players industriais do Sul do Brasil, ampliando sua atuação em cadeias estratégicas do agronegócio.

Com mais de 4.600 colaboradores e mais de 20 unidades produtivas distribuídas pelo País, a Fuga SA avança de forma consistente em seu plano de crescimento, combinando tradição, escala operacional e visão de longo prazo. A nova planta inicia suas operações no dia 23 de abril, data simbólica que marca também o aniversário do fundador, José Fuga, que completaria 103 anos, um marco que conecta o legado da empresa à sua estratégia de futuro.

A unidade foi concebida para operar com alto nível de eficiência e integração industrial, com capacidade de processamento de 2.500 toneladas de soja por dia. A operação resultará na produção diária de aproximadamente 500 toneladas de óleo de soja e 1.900 toneladas de farelo, insumos essenciais tanto para o mercado interno quanto para a exportação.

Instalada de forma adjacente à já existente planta de biodiesel do grupo, a nova unidade fortalece a lógica de integração produtiva, agregando valor à matéria-prima e ampliando a competitividade da operação. Esse movimento consolida a estratégia da Fuga SA de atuar de forma verticalizada, conectando diferentes elos da cadeia e capturando ganhos de eficiência e sustentabilidade.

Do ponto de vista regional, o empreendimento representa um vetor relevante de desenvolvimento econômico. A nova planta vai gerar cerca de 150 empregos diretos, além de impulsionar a geração de postos indiretos, ampliar a demanda por serviços e logística e contribuir para o fortalecimento da arrecadação municipal. Ao mesmo tempo, insere a região de Camargo em uma dinâmica mais robusta dentro do fluxo agroindustrial do Estado, ampliando sua relevância no cenário produtivo gaúcho.

A inauguração desta unidade reafirma o compromisso da Fuga SA com o desenvolvimento das regiões onde atua, sustentado por investimentos consistentes, responsabilidade operacional e visão estratégica de longo prazo. Mais do que uma expansão industrial, trata-se de um movimento que conecta história, escala e futuro, pilares que seguem orientando sua trajetória.

FUGA SA/ DIVULGAÇÃO/ JC

Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado

banrisul

Bolsa comemora recorde em festa vazia

Quando não há ofertas de ações, papéis apenas trocam de mãos entre investidores

A Bolsa de Valores brasileira se aproxima da "festa dos 200 mil pontos", medidos e noticiados diariamente, com base no Ibovespa, índice que reflete o desempenho das ações mais negociadas no país. Apesar do alarde, a verdade é que a festa está vazia.

Não digo vazia de investidores, esses são numerosos e merecem celebrar. O problema aqui é o número de empresas listadas na Bolsa, que vem caindo a passos largos, deixando cerca de 350 opções para quem quer investir. Já foram mais de 400, mas desde 2021 nenhuma companhia entra no mercado, enquanto muitas abandonaram o barco.

Nós estamos em abril, e, só neste ano, cinco empresas saíram da Bolsa, como a Gol. Outros quatro pedidos de deslistagem estão sob análise, entre os quais a Arandu, novo nome da gestora Reag -enroladíssima no escândalo do banco Master- e a Atom Educação, responsável por abrir as portas do mercado financeiro para o grupo Fictor.

O problema de ter um cardápio tão minguado de opções para investir leva a questionar o próprio papel do mercado de capitais. Ele deveria servir para fomentar crescimento e inovação, pela lógica de autores clássicos da economia. Entre eles, Joseph Schumpeter, que destacou o papel do mercado financeiro no financiamento de novos empreendimentos e inovação, e Jean-Baptiste Say, que defendeu a mobilização de recursos para o aumento da produção.

Quando nenhuma empresa está fazendo ofertas de ações, os papéis estão apenas trocando de mãos entre investidores, num vaivém de pura especulação sobre os resultados das companhias. Essa especulação precisa acontecer, para que o mercado tenha liquidez (ou seja, dinheiro circulando) em novas captações. Mas, se estamos em um deserto de ofertas, a Bolsa se torna o campo de um jogo sem objetivos na economia real.

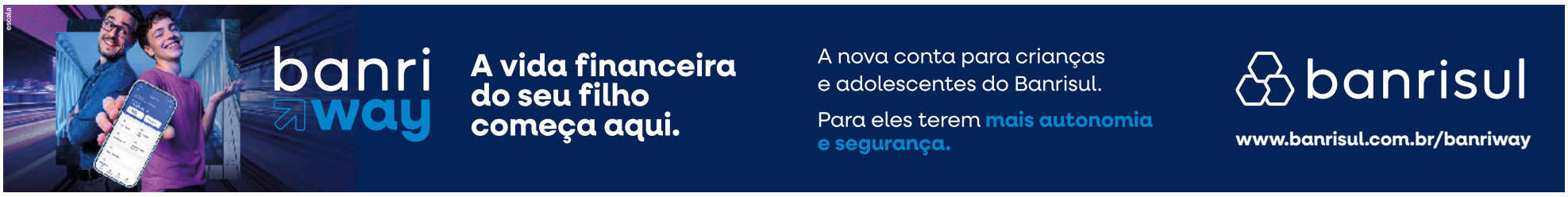
Um dos problemas apontados pelos empresários é o custo de fazer toda a operação para abrir capital. Nesse sentido, uma boa novidade é o Regime Fácil, nova regulação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para ampliar o acesso de empresas menores ao mercado de capitais, publicada em julho de 2025, mas que só começou a funcionar mesmo em março.

A ideia é que as empresas com receita bruta menor do que R$ 500 milhões possam captar dinheiro no mercado de ações. A primeira (da companhia MaisMu) aconteceu, mas resta a dúvida em relação ao apetite das empresas por investidores e dos investidores por empresas.

Claro que, com nossa atual taxa de juros, é fácil ter bons rendimentos emprestando dinheiro para empresas, bancos ou governo, nas aplicações de renda fixa, com risco tradicionalmente menor do que comprar um pedaço de sociedade. Além disso, investir em mercados maduros, como os Estados Unidos, com suas mais de 5.000 empresas listadas em Bolsa, hoje é extremamente simples.

A verdade é que a Bolsa brasileira, ou suas subdivisões, precisa deixar de ser vista apenas como uma via de especulação. Investir não pode ser uma simples aposta para capturar ganhos rápidos. Para isso, é preciso uma visão dos grandes investidores voltada ao longo prazo, conectada ao valor real das empresas, que vejam o desenvolvimento sustentável como prioridade.

Sem isso, estaremos fadados a comemorar as pontuações do Ibovespa em festas cheias de grandes especuladores estrangeiros, mas sem injetar dinheiro de verdade nas empresas que podem gerar empregos e inovação.


banri way
A vida financeira do seu filho começa aqui.
A nova conta para crianças e adolescentes do Banrisul.
Para eles terem mais autonomia e segurança.
banrisul
www.banrisul.com.br/banriway

Pedidos de recuperação judicial atingiram alta expressiva no Rio Grande do Sul e no Brasil em 2025

/ CONJUNTURA

Nícolas Pasinato
nicolasp@jcrs.com.br

Os processos de recuperação judicial alcançaram, em 2025, o maior número de empresas desde o início da série histórica, em 2012 - foram 2.466, uma alta de 12,9% em relação a 2024. As informações foram divulgadas pela Serasa Experian no início deste mês. No Rio Grande do Sul, a tendência se repete. Conforme dados da Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS), houve um total de 200 pedidos de recuperação judicial no Estado no ano passado contra 163 em 2024, o que representa um aumento de 22% de um ano para o outro.

Ainda no primeiro trimestre de 2026, o Estado já registrava 13 empresas em recuperação judicial, o que representa um decréscimo de 43% frente às 23 companhias que estavam nesta condição no Estado no mesmo período do ano passado.

Para o economista e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Gustavo de Moraes, essa alta está relacionada ao período prolongado em que o País vive com taxas de juros em um patamar elevado. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu, em 18 de março, a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, de 15% para 14,75%, ao ano. No entanto, antes do corte, a Selic estava em 15% ao ano desde junho de 2025. O período de estabilidade ocorreu depois de o BC aumentar a taxa em 4,50 pontos a partir de setembro de 2024. Esse foi o segundo maior ciclo de alta dos juros nos últimos 20 anos, perdendo apenas para a alta de 11,75 pontos entre março de 2021 e agosto de 2022, que ocorreu após o fim da pandemia.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC

Selic em elevação por tempo prolongado determinou expansão no ano passado

"As recuperações judiciais no Brasil subiram em função da aceleração na subida dos juros, o que pegou muitas empresas em processo de inversão de estratégia. No início de 2024, esperava-se que a Selic poderia acabar em níveis de até um dígito. Isso foi suficiente para criar uma expectativa favorável", explica.

Moraes complementa que o cenário posterior não se revelou tão otimista, porém, as companhias já tinham adquirido dívidas. "Mesmo que o ciclo econômico tenha sido positivo, favorecendo as receitas, o peso dos financiamentos acabou por predominar, com Selic estável a 15% por todo 2025", detalha.

Agropecuária e serviços lideram ranking de setores

Na análise por setor para 2025 no Brasil, a Agropecuária, que contempla exclusivamente pessoas jurídicas e é segmentada por agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, representou 30,1% (743) CNPJs que buscaram pela recuperação judicial, seguido pelo setor de Serviços, com 30% (739). Em seguida, vieram Comércio (21,7%; 535 CNPJs) e Indústria (18,2%; 449 CNPJs). Dados do RS não foram mensurados pela Serasa por setor. "Existe uma questão heterogênea entre os setores, o fato de que alguns setores acabam sofrendo mais durante o período de desaceleração da atividade econômica, acabam operando com margens mais comprimidas, mas também existem outros fatores como, por exemplo, o setor agropecuário que está bastante ligado à imprevisibilidade de questões climáticas e biologia", afirma, em nota, a economista-chefe da Serasa Experian, Camila Abdelmalack.

AGRO NEGÓCIO

Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro

Vazio sanitário da soja evita perdas de até 15%

Período no Rio Grande do Sul, definido pelo Ministério da Agricultura, ocorrerá de 3 de julho a 30 de setembro

Ana Esteves, especial para o JC
economia@jornaldocomercio.com.br

Para controlar a ocorrência de ferrugem asiática nas lavouras de soja e evitar perdas produtivas que podem chegar a 15%, os sojicultores gaúchos realizam uma série de manejos integrados que começam com o vazio sanitário da cultura que, neste ano, ocorrerá entre 3 de julho e 30 de setembro. Junto com ele, também foi estabelecido pela Portaria nº 1.579/2026 do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o calendário de semeadura do grão que inicia no dia 1º de outubro de 2026 e se estende até 28 de janeiro de 2027.

"Foram mantidos iguais aos das safras mais recentes, pois são os períodos mais adequados, tanto do vazio sanitário como do calendário, pela otimização da cultura e diminuição do inóculo do fungo nas plantas que nascem espontaneamente na lavoura, após a colheita da soja", explica o diretor do Departamento de Defesa Vegetal da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi), Ricardo Felicetti.

Através do vazio sanitário o controle da doença inicia ainda na entressafra, eliminando a soja que fica na lavoura, já que ela é o principal hospedeiro do fungo que causa a ferrugem. "Dependendo da época de semeadura nas diferentes regiões do Estado, conseguimos fazer com que a doença chegue mais tarde nas lavouras, reduzindo o risco de ter perdas de produtividade", afirma a pesquisadora da Embrapa Soja, Claudine Seixas. Com a prática é possível facilitar o manejo das áreas cultivadas com a oleaginosa, reduzindo custos de produção pela redução do número de aplicações.

A situação sanitária do Rio Grande do Sul em relação à doença é considerada "medianamente sob controle" graças aos períodos de seca, ocorridos nas safras mais recentes, que ajudam a manter as lavouras livres da doença, com exceção do ano da grande enchente, quando a alta umidade aumentou bastante a incidência de ferrugem a campo no Estado. Esse status depende do clima e do comportamento dos patógenos diante das moléculas multisítio, usadas para seu controle, que, em algumas situações, não funcionam mais de forma tão eficaz. "Por isso, é muito importante consolidar as ferramentas de controle adicional, como o vazio sanitário para lidar com o cenário, justamente para a gente evitar problemas nesse sentido". Além disso, também é preconizado o controle integrado de pragas e doenças que abrange mais ferramentas, além do uso de fungicidas tradicionais, como o controle biológico, que tem demonstrado bons resultados a campo para o controle da doença.

GRACIELI MANFRIN/DIVULGAÇÃO/JC

Protocolo de manejo foi estabelecido visando combater doenças

A pesquisadora da Embrapa acrescenta que entre os manejos preconizados para reduzir resistência está a rotação de produtos usados para controle da doenças, optando por fórmulas com modos de ação diferentes. "É importante associar produtos multissítios aos sítioespecíficos e respeitar doses e intervalos de aplicação indicados na bula", diz Claudine.

Para incrementar ainda mais os mecanismos de controle da doença, a Seapi criou, em 2019, um programa Monitora Ferrugem RS que atua desde a semeadura até a colheita da oleaginosa. O objetivo é detectar precocemente a presença de esporos associada às condições meteorológicas e gerar mapas indicativos de predisposição da ocorrência da ferrugem asiática da asoja. Esses dados auxiliam técnicos e produtores na tomada de decisão e adoção de medidas de manejo da doença. "Trazemos informações semanais para os produtores, sobre a presença de esporos a campo. Na próxima safra serão monitoradas 100 lavouras, distribuídas no Estado. O programa é complementar ao vazio sanitário e ao calendário de semeadura", informa o coordenador estadual de defesa e sanidade vegetal da Emater-RS/Ascar, Elder Dal Pra.

Frigorífico Callegaro adere ao Carne Angus e mira expansão com linha certificada

O Frigorífico Callegaro, com sede em Santo Ângelo, passou a integrar o Programa Carne Angus Certificada e lançou a linha Campo Nobre Angus, voltada ao mercado de cortes premium. A produção teve início em 20 de abril, na planta de 5,5 mil m2, e a chegada ao varejo gaúcho está prevista ainda para este mês. A expansão da distribuição deve ocorrer até junho, alcançando também Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

A parceria com a Associação Brasileira de Angus permite a certificação de carcaças a partir de critérios técnicos auditados dentro das plantas frigoríficas. Atualmente, o programa reúne 31 parceiros e 61 unidades em 13 estados, consolidando-se como referência na padronização de carne premium no país. Segundo o presidente da entidade, José Paulo Dornelles Cairoli, "o Carne Angus teve um crescimento expressivo em 2025 e segue expandindo seus horizontes", com avanço tanto no mercado interno quanto nas exportações.

Com 41 anos de atuação, o Callegaro comercializa cortes em nove estados e realiza o abate médio de 8,5 mil cabeças por mês, a partir de uma base de produtores selecionados. A estratégia da empresa envolve controle de qualidade desde a origem, incluindo integração com criadores e produção própria na Fazenda Campo Nobre, em Garruchos (RS), onde os animais passam por sistema de semiconfinamento e nutrição controlada. O diretor do programa, Wilson Brochmann, avaliou que a entrada do frigorífico amplia a presença da carne certificada em mercados de maior consumo. O lançamento ocorre em paralelo a investimentos em infraestrutura. O grupo concluiu uma fábrica de ração própria com capacidade para atender até 14 mil cabeças ao ano e projeta a inauguração de um novo prédio administrativo ainda em 2026.

economia

Observador

Affonso Ritter
aritter20@gmail.com

Gestão define o resultado

Comida boa ainda é vista como garantia de sucesso em restaurantes, mas ela não sustenta o negócio sozinha. Falhas no controle de custos, desperdício, falta de padrão e desorganização operacional comprometem o resultado, mesmo com uma boa demanda. Sem acompanhar indicadores como CMV, fluxo de caixa e produtividade, a operação perde margem e previsibilidade. Para o chef Vitor Macedo de Mello, o caminho está na gestão: processos claros, controle financeiro e padronização garantem eficiência, consistência e sustentação do negócio.

Primeiro bairro planejado

A Brasil Terrenos lança em 14 de maio seu primeiro bairro planejado em Viamão, o Residencial Jardim Madri, marcando a expansão da empresa no RS. O projeto terá 358 terrenos residenciais e 162 comerciais no eixo de crescimento da região do Mendanha. A empresa prevê novos lançamentos no Estado em 2026, passando por São Leopoldo, Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre, reforçando o RS como mercado estratégico.

Investimentos no exterior

Com o avanço da internacionalização dos investimentos por parte de brasileiros, cresce também a atenção da Receita Federal sobre ativos mantidos no exterior. Aplicações financeiras fora do País, contas internacionais e participações em empresas estrangeiras precisam ser informadas corretamente na declaração do Imposto de Renda.

Cervejaria do Bom Gourmet

Blumendorf é a cervejaria oficial do Prêmio e do Circuito Bom Gourmet RS. O anúncio foi feito pela empresária Ariane Ermel, à frente do complexo Blumendorf, em Nova Hartz. A iniciativa reconhece os destaques da gastronomia gaúcha, valorizando chefs, restaurantes e profissionais do setor. Anderson Hartmann, Head do Bom Gourmet no RS, adiantou que o circuito ocorre de 6 de novembro a 6 de dezembro. E o prêmio, no final do ano de 2026.

IA identifica sentimentos

O Grupo Guarida vem avançando em sua estratégia de inovação ao apostar em Inteligência Artificial para qualificar atendimento em tempo real. A ferramenta, lançada recentemente, identifica nas ligações os sentimentos tanto dos clientes quanto dos atendentes. A partir daí, avalia critérios de empatia, foco no cliente e qualidade do atendimento, gerando análises mais precisas das interações e contribuindo para a evolução contínua dos serviços.

A capacitação da Fundars

A Federação das Fundações e Associações do Rio Grande do Sul (Fundars) realiza um encontro com vistas a reunir organizações da sociedade civil para qualificação técnica e fortalecimento institucional. A atividade acontece no dia 7 de maio de 2026, com conteúdo ministrado por técnicos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Das 9h às 17h, na sede do Projeto Pescar. Informações em fundars.org.br

Patinetes e bicicletas elétricas

A Câmara Municipal de Gramado realizará, nesta quinta-feira, dia 23, às 18h, uma audiência pública para debater o Projeto de Lei do Legislativo nº 03/2026, que propõe alterações na Lei nº 4.415, responsável por regulamentar a circulação de patinetes e bicicletas elétricas em vias públicas do município. A audiência foi solicitada pela Comissão de Mérito da Casa, presidida pelo vereador Ike Koetz, e tem como objetivo ampliar o debate com a comunidade sobre as mudanças propostas.

Guerra reforça importância do carvão nacional, diz ABCS

Recurso pode ser usado na geração de energia e na produção de fertilizantes

/ ENERGIA

Jefferson Klein
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O conflito bélico no Oriente Médio, que tem causado impactos em setores como o do petróleo e de fertilizantes, faz com que recursos internos sejam mais valorizados devido à maior facilidade de acesso.

Nesse contexto, o presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, enfatiza que o carvão nacional, e em particular o mineral do Rio Grande do Sul (que possui 89% das reservas do País), é essencial para a questão da segurança energética.

O dirigente defende ainda que é preciso diversificar o uso do carvão para além da geração de eletricidade. Um dos aproveitamentos para o mineral, indicado pelo representante da ABCS, é a fabricação de fertilizantes. Ele recorda que hoje o Brasil importa a maior parte dos fertilizantes usados no segmento de agronegócio.

Zancan diz que até metais de terras-raras podem ser obtidos a partir da atividade envolvendo o carvão.

Sobre os impactos do uso do mineral, o dirigente comenta que a principal meta é mitigar a emissão de CO2 da cadeia carbonífera e que muita tecnologia está sendo desenvolvida nesse sentido. Um estudo local trabalhado nesse campo envolve a queima de biomassa (matéria orgânica) com o carvão.

O trabalho, que conta com em torno de R$ 6 milhões de recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), envolve a usina gaúcha Pampa Sul (em Candiota), a Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Zancan explica que a ideia é misturar duas cadeias produtivas, a mineração do carvão e as florestas plantadas.

Segundo o dirigente, é possível inclusive ter "emissões negativas", já que, enquanto a floresta cresce, ela captura o CO2 da atmosfera. A perspectiva é de que o levantamento seja finalizado em 2028.

O estudo levará em consideração questões como consumo de água, pegada de carbono e consequências socioeconômicas. "Porque plantar é um tipo de resposta de emprego e renda e o carvão é outra", detalha Zancan.

O presidente da ABCS salienta que o tema do carvão precisa ser revisitado e não se pode negligenciar um recurso energético dessa relevância, especialmente, nesse momento de turbulência mundial.

Por sua vez, o gerente de Transição Energética do Instituto Internacional Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, argumenta que o planeta também enfrenta uma crise climática. Ele enfatiza ainda que o aproveitamento do carvão não causa reflexos apenas quanto às emissões. "A atividade de mineração é muito impactante", destaca.

Wurdig reforça que não é porque o Rio Grande do Sul tem uma reserva carbonífera expressiva que precisa exauri-la. Ele lembra que há outros potenciais energéticos a serem aproveitados, como é o caso de fontes solar e eólica.

O integrante do Arayara acrescenta que é mais doloroso discutir o carvão no Estado que sofreu uma das maiores catástrofes climáticas do País.

Por isso, ele defende que é preciso estipular uma data para a realização da transição energética, que seria uma medida para amenizar as mudanças do clima. Wurdig assinala que a produção carbonífera não significa necessariamente desenvolvimento econômico.

De acordo com o ambientalista, o município de Candiota, que tem sua base financeira estruturada nesse setor, registra mais de 2 mil pessoas, quase 20% da população da cidade, beneficiadas pelo Bolsa Família, um programa de assistência voltado para as pessoas de baixa renda.

MENU POA
NEGÓCIOS | SOCIEDADE | CULTURA
associação comercial porto alegre
Feminicídio, uma consequência cultural?
Comandante Nádia
Vereadora de Porto Alegre
Thaís Dias Dequech
Delegada de Polícia, titular da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Porto Alegre
28 de abril • 12h às 14h
Local: Associação Comercial de Porto Alegre - ACPA
Salão Nobre - Largo Visconde do Cairú, 17, Centro Histórico.
ESTACIONAMENTO NO PRÓPRIO PRÉDIO.
Lyon Park - Av. Mauá, 1413
Ingressos no Sympla.
Patrocinadores
Apoiadores

economia

Fim da 6x1 afeta os serviços dos terceirizados, diz Melo

Tá na Mesa debateu os impactos da redução da jornada de trabalho

/ TRABALHO

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

TÂNIA MEINERZ/JC

Prefeito defende que mudanças ocorram gradualmente e por setores

O impacto do fim da jornada 6x1 no serviço público, principalmente nos serviços terceirizados das prefeituras, o uso do tema nas eleições presidenciais de 2026 e a articulação da Frente Nacional de Prefeitos para levar um documento ao Congresso Nacional e ao presidente Lula foram os temas discutidos no Tá na Mesa da Federasul pelo prefeito Sebastião Melo durante o painel "Jornada 6x1: Impactos no público e no privado" realizado ontem, no Palácio do Comércio.

Melo mostrou preocupação com o impacto financeiro bilionário nas contas públicas, especialmente no que diz respeito aos serviços terceirizados (somente na prefeitura de Porto Alegre são 3,5 mil que atuam na terceirização do serviço de limpeza urbana) e à manutenção da infraestrutura urbana dos municípios - serviços de saúde e de manutenção asfáltica.

Melo destaca que mudanças na escala de trabalho deveriam ser feitas de forma gradual e por setores, priorizando a produtividade e a negociação em vez de imposições legais imediatas. O prefeito criticou o uso eleitoral da discussão para reduzir a jornada e acabar com a escala de seis dias trabalhados para um de descanso (6x1). "A redução da escala sem planejamento pode gerar informalidade e aumento de custos no transporte coletivo, educação e na saúde", disse.

Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Melo destacou que um estudo feito pela entidade aponta um rombo nas contas públicas das prefeituras brasileiras de aproximadamente R$ 30 bilhões por ano por conta do fim da escala 6x1. "O Brasil tem seis mil prefeituras e muitas terceirizações de serviços. Isso demonstra que a escala 6x1 não pode ser um tema eleitoral", acrescenta. Melo disse que integrantes da Frente Nacional dos Prefeitos levarão as reivindicações aos deputados e senadores e também ao presidente Lula.

O prefeito afirmou que não é contra o debate acerca da escala 6x1. "Não sou contra. Sou contra o atropelo e o uso eleitoral da matéria", comenta. Melo disse querer saber quais são as consequências da mudança. "Os países que adotaram essa mudança fizeram isto gradativamente com estudos setoriais", acrescenta. Melo afirmou que o governo federal colocou o tema como pauta eleitoral e existe uma certa timidez da oposição que não quer enfrentar o assunto em ano de eleições. "Estou aqui para discutir as consequências do fim da escala 6x1 para a máquina pública. Será menos serviço na área da saúde e de limpeza urbana para quem mais precisa (no caso o cidadão)", aponta.

Sobre o tema, o presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, mostrou preocupação com a saúde financeira das famílias, ao argumentar que a redução da carga horária sem ajustes econômicos poderá forçar trabalhadores ao acúmulo de empregos informais. "Defendemos a desoneração da folha de pagamento como estratégia para elevar o salário líquido e restaurar o poder de compra dos trabalhadores", ressalta.

Comissão aprova relatório, e PECs sobre o tema avançam

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem o relatório favorável do deputado Paulo Azi (União Brasil-BA) para as duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que definem o teto de oito horas diárias e 36 horas semanais de trabalho. A votação foi feita de forma simbólica - sem registro individual dos votos. Agora, os projetos seguem para análise de mérito em uma comissão especial, que ainda será criada. A expectativa é que o texto seja votado no plenário da Casa em maio.

O fim da jornada 6x1 é uma das bandeiras do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para tentar a reeleição.

As PECs foram apresentadas pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), em 2019, e pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), em 2026. O parecer de Azi não trata do mérito das PECs, ou seja, dos conteúdos propostos. A competência do relator na CCJ é examinar somente se as propostas não afrontam os princípios constitucionais.

A PEC de Reginaldo Lopes institui na Constituição um dispositivo que prevê "duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho". Segundo o texto, a nova regra entra em vigor 10 anos após a data da publicação da emenda constitucional. A PEC de Erika Hilton também prevê um teto de oito horas diárias e 36 semanais, mas o dispositivo estabelece jornada de trabalho de quatro dias por semana, o que transformaria a escala 6x1 em escala 4x3. O texto ainda define que a emenda constitucional entra em vigor um ano após a data da sua publicação.

INFORME PUBLICITÁRIO

EMPRESA INOVADORA
Paulo Boa Nova
pauloboanova1@gmail.com

Comprador da Motter Engenharia: "A honestidade na hora da compra vai influenciar, lá na frente, o preço justo que oferecemos ao cliente".

José Carlos de Jesus, responsável pelo departamento de suprimentos da Motter Engenharia.

PBN: Estou conversando com o amigo de muitos anos, um dos funcionários mais importantes da Motter Engenharia. Refiro-me a José Carlos de Jesus. Ele está na Motter há 31 anos. José Carlos, quando foste admitido na Motter, começaste exercendo qual função?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Entrei como Encarregado de Almoxarifado.

PBN: Hoje tu exerces qual cargo?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Atualmente, sou responsável pelo departamento de suprimentos.

PBN: És o responsável pelo material que será usado nas obras?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Sim.

PBN: Que grande responsabilidade. Para exercer o teu cargo, o sujeito não pode ser desonesto. Por isso que o engenheiro Motter gosta tanto de ti. Há três décadas tu cuidas muito bem do dinheiro dele. Lidas com uma fortuna em materiais.

JOSÉ CARLOS DE JESUS: O movimento é bem grande. A cada mês, aumenta um pouco. E tem mais as compras em nome de clientes, que a gente faz bastante.

PBN: Tu compras para os clientes?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Sim, eu compro usando a razão social da Motter Engenharia e também negocio materiais que serão usados nas obras dos clientes, em nome deles. Essa postura, lá na ponta, vai influenciar num preço justo e honesto para nossa clientela. Por isso que a Motter é famosa no mercado em que atua por prestar um ótimo serviço, com eficiência e rapidez, tudo por um preço justo e acessível. Essa imagem da empresa também demonstra que sabemos comprar bem, que sabemos precificar adequadamente e que somos honestos com quem nos contrata.

PBN: Quais são os teus critérios? Tu fazes o Processo de Compras?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Depende do caso. Nós já conhecemos os fornecedores. Sabemos quais as empresas que poderão nos entregar produtos por preços bons, e até melhores se comprarmos em quantidade. E o cliente também já sabe que, se aconselhamos aquela operação, é porque ela é a melhor. Em caso de clientes novos, em que não estejamos acostumados a comprar os produtos indicados para a obra deles, aí sim fazemos o Processo de Compras, que é a sequência de etapas para adquirir produtos ou serviços de forma estratégica, econômica e eficiente.

PBN: Que bom ser cliente da Motter.

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Importante reforçar que essa forma de conduzir o departamento, desde que entrei aqui, é baseada em critérios do engenheiro Motter. Seguidamente ele senta comigo para aprimorarmos alguma forma de ação aqui no setor.

PBN: Quando entrei na tua sala, antes de começar a entrevista, tu estavas ao telefone, alugando uma escada. Certos equipamentos vocês alugam?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Sim, muitos equipamentos. Quando se trata de um serviço mais específico, entende? Não adianta tu teres ferramenta parada aqui na firma para usar de vez em quando. Certos instrumentos de trabalho especiais, que não usamos com frequência, esses eu alugo. Sai mais barato para o cliente.

PBN: O que faz com que a Motter Engenharia, fundada há 43 anos pelo engenheiro Motter, continue no mercado com todo o vigor, há tanto tempo?

JOSÉ CARLOS DE JESUS: Eu acho que a Motter se mantém há tanto tempo por levar a sério a sua missão. O slogan da empresa, criado há muitos anos pelo engenheiro Motter, é "Seriedade em instalações". Nessa frase estão embutidos muitos benefícios para nossos clientes: seriedade significa prometer e cumprir; seriedade significa se houver engano no orçamento, arcar com o prejuízo; seriedade significa não ter feriado ou fim de semana, se for necessário; seriedade quer dizer botar-a-cara-a-tapa se houver erro na execução. Seriedade não é ser emburrado, sério no sentido de ser sisudo, brabo. Não. Seriedade é, mesmo sendo descontraído, levar a sério o seu mister, o seu modus operandi, a sua atividade-fim. Foi por isso que nós vencemos na vida como empresa, e continuamos firmes, na luta.

economia
índices e mercados

/ INFLAÇÃO

ÍNDICES DE PREÇOS (%)

					Acumulado	
	Dez	Jan	Fev	Mar	Ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,01	0,41	-0,73	0,52	0,19	-1,83
IPA-M (FGV)	-0,12	0,34	-1,18	0,61	-0,23	-4,22
IPC-BR-M (FGV)	0,24	0,51	0,30	0,30	1,12	3,32
INCC-M (FGV)	0,21	0,63	0,34	0,28	0,87	3,46
IGP-DI (FGV)	0,10	0,20	-0,84	1,14	0,50	-1,30
IPA-DI (FGV)	0,03	0,00	-1,21	1,38	0,15	-3,63
IPA-Ind. (FGV)	0,44	0,92	-0,99	1,02	0,94	-1,43
IPA-Agro (FGV)	-1,14	-2,63	-1,87	2,44	-2,12	-10,75
IGP-10 (FGV)	0,04	0,29	-0,42	-0,24	-0,36	-9,64
INPC (IBGE)	0,21	0,39	0,56	0,91	1,87	3,77
IPCA (IBGE)	0,33	0,33	0,70	0,88	1,92	4,14
IPC (IEPE)	0,94	0,68	0,30	0,47	1,46	6,50

	Jan	Fev	Mar	Acumulado trimestral
IPCA-E (IBGE)-	0,20	0,84	0,44	1,49

FONTE: FGV, IBGE E IEPE (DADOS ATÉ MARÇO/2026) ÍNDICES EDITADOS EM 13/01/2026

INDEXADORES

	Jan 2026	Fev 2026	Mar 2026
Valor de alçada (R$)	14.285,00	14.382,50	14.425,00
URC R$	57,14	57,53	57,70
UPF-RS (R$)/anual	28,3264	28,3264	28,3264
FGTS (3%)	0.004212	0.004188	0.003676
UIF-RS	37,19	37,31	37,43
UFM (Unidade financeira de Porto Alegre/anual/R$)			6,0411

FONTE: FORUM CENTRAL DE PORTO ALEGRE, SEC. DA FAZENDA DO RS, CEF, TRT E SEDAI

IPCA ANUAL

Ano	Índice (%)
2027*	3,99
2026*	4,80
2025	4,26
2024	4,89
2023	4,46

*Previsão Focus FONTE: IBGE

/ COTAÇÕES

DÓLAR FUTURO 20/04/2026

Meses	Contr. aberto	Contr. negoc.	Máximo	Médio	Último	Volume total
Mai/2026	4.991,00	178.975	4.999,50	-	4.962,50	-
Jun/2026	5.024,00	2.360	5.028,50	-	5.009,00	-
Jul/2026	5.281,304	-	5.281,304	-	5.281,304	-
Ago/2026	5.320,14	-	5.320,14	-	5.320,14	-

Bolsa de Mercadorias & Futuros - Taxa do Dólar Comercial
(contrato =US$ 50.000,00; cotação = R$ 1.000,00) FONTE: B3

JUROS FUTURO 20/04/2026

Meses	Contr. aberto	Contr. negoc.	Máximo	Médio	Último	Volume total
Mai/2026	14,59	86.075	14,635	-	14,632	-
Jun/2026	14,445	47.202	14,464	-	14,463	-
Jul/2026	14,396	273.308	14,396	-	14,38	-
Ago/2026	14,29	41.717	14,305	-	14,285	-

Bolsa de Mercadorias & Futuros - DI de 1 Dia Futuro
(contrato = R$ 100.000,00; cotação = PU) FONTE: B3

PETRÓLEO

Tipo	Em US$
Brent/Londres/Jun	101,91
WTI/Nova Iorque/Mai	92,96

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

/ MOEDAS

DÓLAR

Dia	Comercial		
	Compra	Venda	Variação
22/04	4,9735	4,9740	0%
20/04	4,9737	4,9742	-0,18%
17/04	4,9828	4,9833	-0,19%
16/04	4,9924	4,9929	+0,01%
15/04	4,9917	4,9922	-0,03%

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

CÂMBIO TURISMO/BRASIL

	Compra	Venda
Dólar (EUA)	4,9725	5,1530
Dólar Australiano	3,1500	3,8500
Dólar Canadense	3,2000	3,9500
Euro	5,8208	6,0360
Franco Suíço	5,2000	6,8000
Libra Esterlina	6,3000	7,3000
Peso Argentino	0,0030	0,0070
Peso Uruguaio	0,1000	0,1700
Yene Japonês	0,0260	0,0450
Yuan Chinês	0,3500	0,9500

FONTE: AGÊNCIA ESTADO E PRONTUR

CÂMBIO BC

22/04/2026 - Valor de venda

	Em R$	Em US$
Real	1,00	4,9653
Dólar (EUA)	4,9653	1
Euro	5,8164	1,1714
Yene (Japão)	4,9653	159,51
Libra Esterlina (UK)	6,7066	1,3507
Peso Argentino	0,003609	1377

OURO

Dia	B3	Nova York
	grama	onça-troy (31,1035g)
22/04	343,000	4.753,00
20/04	343,000	4.828,80
17/04	343,000	4.879,60

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

CRIPTOMOEDA

22/04 (18h)	Valor
Bitcoin	R$ 390.741,00

/ CONJUNTURA

BALANÇA (US$ bi)

	Exportação	Importação	Saldo
Fev	26,306	22,098	4,207
Jan	25,153	20,810	4,342
Dez	31,037	21,404	9,633
Nov	28,514	22,673	5,841
Out	31,975	25,010	6,964

FONTE: BANCO CENTRAL

PIB

Ano	Índice (%)
2027*	1,80
2026*	1,86
2025	2,40
2024	3,49
2023	2,92

*Previsão Focus FONTE: IBGE

RESERVAS

Liquidez Internacional

Data	US$ bilhões
20/04	368.520
17/04	369.150
16/04	368.117
15/04	368.134
14/04	368.105
13/04	366.4781

FONTE: BANCO CENTRAL

/ MERCADO IMOBILIÁRIO

CUB - RS - MARÇO NBR 12.721 - Versão 2006

Projetos	Padrão de acabamento	Projetos padrões	R$/m²	Variação (%) Mensal	No ano	12 meses
Residenciais						
R - 1 (Residência Unifamiliar)	Baixo	R 1-B	2.443,87	-0,03	1,06	4,81
	Normal	R 1-N	3.260,42	0,44	2,07	6,56
	Alto	R 1-A	4.390,59	0,75	2,59	6,76
PP (Prédio Popular)	Baixo	PP 4-B	2.322,98	0,29	1,06	5,35
	Normal	PP 4-N	3.188,70	0,34	2,12	6,40
R - 8 (Residência Multifamiliar)	Baixo	R 8-B	2.202,59	0,32	0,90	4,92
	Normal	R 8-N	2.771,11	0,50	1,91	6,12
	Alto	R 8-A	3.561,63	0,70	2,38	6,76
R - 16 (Residência Multifamiliar)	Normal	R 16-N	2.714,41	0,55	1,94	6,26
	Alto	R 16-A	3.625,73	0,70	2,07	6,33
PIS (Projeto de Interesse Social)		PIS	1.782,22	0,10	1,09	6,13
RPQ1 (Residência Popular)		RP1Q	2.508,82	0,35	0,57	5,46
Comerciais						
CAL- 8 (Comercial Andar Livres)	Normal	CAL 8-N	3.602,26	0,79	2,56	6,81
	Alto	CAL 8-A	4.183,34	1,10	3,20	8,04
CSL- 8 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 8-N	2.747,09	0,36	1,40	5,52
	Alto	CSL 8-A	3.249,91	0,50	1,64	7,05
CSL- 16 (Comercial Salas e Lojas)	Normal	CSL 16-N	3.707,68	0,40	1,57	5,73
	Alto	CSL 16-A	4.378,09	0,55	1,82	7,19
GI (Galpão Industrial)		GI	1.341,34	0,27	0,08	3,40

FONTE: SINDUSCON/RS

ALUGUEL

Indicador (%)	Dez./25	Jan./26	Fev./26	Mar./26	Abr./26
IPC (IEPE)	5,86	6,12	6,57	6,32	6,50
INPC (IBGE)	4,18	3,90	4,30	3,36	3,77
IPC (FIPE/USP)	3,85	3,83	3,80	3,54	3,51
IGP-DI (FGV)	-0,44	-1,20	-1,11	-2,91	-1,30
IGP-M (FGV)	-0,11	-1,05	-0,91	-2,67	-1,83
IPCA (IBGE)	4,46	4,26	4,44	3,81	4,14
Média do INPC e do IGP-DI	2,61	1,35	1,60	0,22	1,23

Válido para correção de imóveis com período anual. O cálculo do reajuste é feito pelo índice do mês anterior. Os índices desta tabela mostram o acumulado de 12 meses. FONTE: SECOVI/RS

/ SUA VIDA

SALÁRIO-MÍNIMO

Nacional: **R$ 1.621,00**

Rio Grande do Sul

R$ 1.789,04

R$ 1.830,23

R$ 1.871,75

R$ 1.945,67

R$ 2.267,21

Cada faixa atende acategorias específicas.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Quem recebe salário de até R$ 1.980,38.

Benefício de R$ 67,54

CESTA BÁSICA

	DIEESE (R$)	IEPE/UFRGS (R$)
01/2026	786,84	1.053,69
01/2026	795,37	1.055,25
12/2025	784,22	1.057,78

DIEESE: 13 produtos para famílias com até quatro pessoas e um salário mínimo.
IEPE/UFRGS: 54 produtos com 1.182 famílias da Região Metropolitana que recebem até 21 salários mínimos.

IMPOSTO DE RENDA

Tabela de Incidência Mensal A partir janeiro de 2026

Base cálculo (R$)	Alíquota (%)	Dedução (R$)
Até 2.428,80	0	0
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Rendimentos previdenciários isentos para maiores de 65 anos: R$ 1.903,98
Dedução mensal por dependente: R$ 189,59
Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20

Tabela de Redução Mensal A partir janeiro de 2026

Rendimentos Tributáveis	Redução do Imposto
até R$ 5.000,00	até R$ 312,89 de modo que o imposto devido seja zero
de R$ 5.000,01 até R$ 7.350,00	R$ 978,62 - (0,133145 x rendimentos tributáveis sujeitos à incidência mensal) de modo que a redução do imposto seja decrescente linearmente até zerar para rendimentos a partir de R$ 7.350,00

FONTE: RECEITA FEDERAL

CONTRIBUIÇÕES AO INSS

Salário contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até um salário mínimo (R$ 1.621)	7,5
De R$ 1.621,01 a R$ 2.902,84	9
De R$ 2.902,85 até R$ 4.354,27	12
De R$ 4.354,28 até R$ 8.475,55	14

Tabela de contribuição dos segurados empregados, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1 de Janeiro de 2026.

FONTE: PREVIDÊNCIA SOCIAL

/ AGRONEGÓCIO

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

Rio Grande do Sul - Semana de 13/04/2026 a 17/04/2026

Produto	Unidade	Mínimo (R$)	Médio (R$)	Máximo (R$)
Arroz	saco 50 kg	55,00	60,05	65,33
Boi para abate	kg vivo	11,00	11,61	12,50
Cordeiro para abate	kg vivo	12,00	12,76	14,00
Feijão	saco 60 kg	140,00	151,11	160,00
Leite (valor liq. recebido)	litro	-	-	-
Milho	saco 60 kg	56,00	58,00	62,00
Soja	saco 60 kg	117,00	119,78	124,00
Suíno tipo carne	kg vivo	6,20	6,48	7,00
Trigo	saco 60 kg	54,00	59,25	61,00
Vaca para abate	kg vivo	9,00	10,26	11,00

FONTE: EMATER/RS-ASCAR

/ CADERNETA DE POUPANÇA

ANTIGA (depósitos até 3/5/2012)

Dia	20/04	21/04	22/04	23/04	24/04
Rendimento %	0,6697	0,6697	0,6697	0,6717	0,6715
Mês	Fevereiro			Março	
Rendimento %	0,5000			0,5000	

*Contas com aniversário no dia 1 FONTE: BANCO CENTRAL

NOVA (depósitos a partir de 4/5/2012)

Dia	20/04	21/04	22/04	23/04	24/04
Rendimento %	0,6697	0,6697	0,6697	0,6717	0,6715

FONTE: BANCO CENTRAL

/ INDEXADORES FINANCEIROS

TJLP

Taxa de Juros de Longo Prazo

Mês	%
Abr/2026	9,13
Mar/2026	9,19
Fev/2026	9,19

TLP-PRÉ*

Taxa de Longo Prazo

Mês	%
Abr/2026	7,77
Mar/2026	7,72
Fev/2026	7,75

* Sem IPCA

SELIC

Mês	Juros para pagamento em atraso
Mar/2026	1,21%
Fev/2026	1,00%
Jan/2026	1,16%

Meta: **15%** Taxa efetiva: **14,90%**

Para débitos federais, entre eles o I.R, além dos juros, há multa de 0,33% ao dia, limitada a 20% sobre o valor nominal.

TR

Taxa Referencial		
Período	Dias úteis	(%)
02/04 a 01/05	23	0,1735
02/03 a 01/04	23	0,1207
02/02 a 01/03	19	0,1718
02/01 a 01/02	21	0,1742
02/12 a 01/01	20	0,1634

FONTE: INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS

TBF

Taxa Básica Financeira	
Validade	Índice (%)
11/04 a 11/05	0,8791
11/03 a 11/04	1,1015
11/02 a 11/03	0,9153
10/01 a 10/02	1,0716
05/12 a 05/01	0,9787

FONTE: INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS

CUSTO DO DINHEIRO

Tipo	%
Hot-money (mês)	N/A
Capital de giro (anual)	N/A
Over (anual)	14,65
CDI (anual)	14,65
CDB (30 dias)	14,44

FONTE: AGÊNCIA ESTADO

/ CRÉDITO DOS BANCOS

CHEQUE ESPECIAL

Taxa média

Banco	% (ao mês)
Bradesco	8,24
Banco do Brasil	8,20
Banrisul	7,87
Safra	8,00
Santander	8,27
Caixa Econômica Federal	8,15
Agibank	8,27
Itaú Unibanco	8,38

Período: 31/03/2026 a 07/04/2026 FONTE: BANCO CENTRAL

economia

Ibovespa passa por nova correção e recua para 192 mil, após o feriado

Na semana, índice da B3 acumula perda de 1,45%; dólar fechou estável a R$ 4,97, com alta do petróleo

/ MERCADO FINANCEIRO

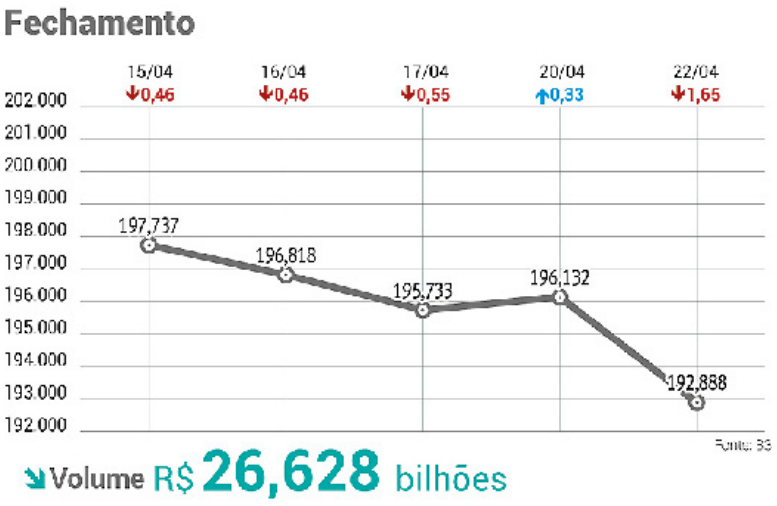
Na contramão de Nova York, o Ibovespa retrocedeu aos 192 mil pontos ontem em dia de perdas que não foram ainda maiores pelo efeito proporcionado por Petrobras (ON +1,86%, PN +1,38%), que mais uma vez acompanhou a alta do petróleo, com ganhos superiores a 3% em Londres e Nova York na sessão. Entre as principais blue chips, a correção no setor financeiro, o de maior peso no índice, ficou entre -2,66% (Bradesco ON) e -3,62% (Banco do Brasil ON) no fechamento. E Vale ON, principal papel do Ibovespa, recuou 1,70%, na mínima do dia no encerramento, a R$ 87,22.

Ao fim, o índice da B3 mostrava baixa de 1,65%, aos 192.888,96 pontos, com mínima a 192.687,29 nesta quarta-feira em que saiu de abertura a 196.132,06 pontos, em patamar correspondente à máxima do dia. O nível de fechamento foi o menor desde 8 de abril. Na semana, o Ibovespa acumula perda de 1,45%, com ganho no mês ainda a 2,90%. No ano, sobe 19,71%. O giro da sessão ficou em R$ 26,6 bilhões. Em Nova York, os principais índices de ações mostraram alta de 0,69% (Dow Jones), 1,05% (S&P 500) e 1,64% (Nasdaq), em que tanto a referência ampla (S&P 500) como a de tecnologia (Nasdaq) renovaram recordes.

Na B3, na ponta ganhadora, destaque para as ações do setor de energia: além de Petrobras, apareceram PetroReconcavo (+3,82%) e Prio (+1,74%). Hapvida também foi bem, em alta de 2,18% no fim do dia. No lado oposto, Cogna (-6,97%), Embraer (-6,01%) e Yduqs (-5,43%).

"Ontem (terça), sem negócios na B3 pelo feriado de Tiradentes, o dia não havia sido legal para as ADRs brasileiras em Nova York, então na sessão de hoje (quarta) prevaleceu um alinhamento, um catch up, em relação ao que se viu na terça-feira por lá", diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research. "Era uma correção, um ajuste que já estava contratado. E o clima externo continua a não ser dos melhores, por mais que se tenha visto essa alta, hoje (quarta), em Nova York, muito pautada também por resultados corporativos nessa temporada que se inicia", acrescenta o analista.

Ele observa ainda que apesar da relativa distensão geopolítica, em especial com a extensão do cessar-fogo anunciada na terça-feira pelo governo dos EUA em relação ao Irã - e que terminaria na noite desta quarta -, as negociações têm se mostrado, até o momento, longe de uma "linearidade" que conduza a um cenário de superação do conflito.



"Permanece a disfunção na passagem de petróleo pelo Estreito de Ormuz", com efeito direto sobre os preços, o custo da energia, em nível global, acrescenta o analista. "O que nos ajuda é que somos exportadores líquidos de petróleo", ressalva Spiess, enfatizando também a exposição da B3 a ações do setor de energia, com destaque para Petrobras, que têm sido o fator determinante para o desempenho do Ibovespa nos dias mais voláteis, de alta ou baixa do petróleo.

Apesar da renovação do cessar-fogo por iniciativa do governo Trump, "o Irã tem afirmado que não retomará as negociações com os Estados Unidos até que ocorra uma cessação das ameaças", aponta Daniel Teles, especialista e sócio da Valor Investimentos.

Após operar em leve baixa ao longo da tarde, o dólar à vista ganhou fôlego na reta final do pregão e encerrou a sessão estável, a R$ 4,9740. Operadores pontuam que o avanço do petróleo, com o barril do tipo Brent acima de US$ 100, deu suporte ao real em dia sinal predominante de alta da moeda americana no exterior e de queda aguda do Ibovespa.

A escalada da commodity contrabalança o aumento da percepção ao risco no exterior ao favorecer os termos de troca do país e, em tese, diminuir menos espaço para a redução da taxa Selic.

Após rombo, BRB aprova aumento de capital

Os acionistas do Banco de Brasília (BRB) aprovaram ontem, em assembleia geral extraordinária, aumento de capital social da instituição de até R$ 8,8 bilhões. A ação busca cobrir o rombo deixado por operações com o Banco Master, de Daniel Vorcaro.

O aporte sugerido pelo banco a seus acionistas é de até R$ 8,817 bilhões. Conforme a estrutura definida, a subscrição mínima é de R$ 536 milhões. Atualmente, o capital social do BRB é de R$ 2,344 bilhões.

Considerando o valor mínimo, ele subirá para R$ 2,88 bilhões. No caso do máximo, o capital saltará para R$ 11,161 bilhões.

O banco é organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, e seu acionista controlador é o governo do Distrito Federal, com 53,71% das ações totais. O Distrito Federal, porém, não tem os recursos necessários em caixa para fazer o aporte no banco e recorre a um processo de captação.

Em março, foi sancionada uma lei autorizando o governo distrital a executar ações para socorrer o banco, como a contratação de até R$ 6,6 bilhões em operações de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou instituições financeiras.

Na assembleia, foi dada autorização para o conselho de administração do BRB praticar todos os atos necessários à implementação do aumento de capital.

/ MERCADO DIA

MAIORES ALTAS

Ação/Classe	Preço R$	Oscilação
Cia. de Fiacao e Tecidos Cedro e Cachoeira	10,00	+21,43%
Oncoclinicas do Brasil Servicos Medicos SA	1,900	+10,21%
Azevedo & Travassos SA Pfd	0,14	+8,86%
Sondotecnica Engenharia de Solos S.A. Pfd Shs B	73,99	+7,53%
Sansuy SA Industria de Plasticos	10,85	+6,74%

(*) cotações p/ lote mil
($) ref. em dólar
(NM) Cias Novo Mercado
(N1) Cias Nível 1
(#) ações do Ibovespa
(&) ref. em IGP-M
(N2) Cias Nível 2
(MB) Cias Soma

MAIORES BAIXAS

Ação/Classe	Preço R$	Oscilação
Bardella SA Industrias Mecanicas Pfd	5,00	−16,67%
Haga SA Industria e Comercio	2,72	−11,97%
Azul S.A.	27,420	−10,22%
Mills Locacao Servicos e Logistica S.A.	13,44	−7,31%
Cogna Educacao S.A.	3,07	−6,97%

(*) cotações por lote de mil
($) ref. em dólar
(NM) Cias Novo Mercado
(N1) Cias Nível 1
(#) ações do Ibovespa
(&) ref. em IGP-M

MAIS NEGOCIADAS

Ação/Classe	Preço R$	Oscilação
Cogna Educacao S.A.	3,07	−6,97%
Petroleo Brasileiro SA	47,67	+1,38%
Itausa SA	14,41	−2,24%
Banco Bradesco SA	20,41	−2,95%
Companhia Paranaense de Energia	16,71	−1,12%

(N1) Nível 1
(N2) Nível 2
(NM) Novo Mercado
(S) Referenciadas em US$

BLUE CHIPS

Ação/Classe	Movimento
Itau Unibanco PN	-2,61%
Petrobras PN	+1,23%
Bradesco PN	-2,95%
Ambev ON	-2,02%
Petrobras ON	+1,86%
MBRF SA ON	-4,39%
Vale ON	-1,72%
Itausa PN	-2,1%

MUNDO/BOLSAS

	Nova York		Londres	Frankfurt	Milão	Sidney	Coreia do Sul
Índices	Dow Jones	Nasdaq	FTSE-100	Xetra-Dax	FTSE(Mib)	S&P/ASX	Kospi
em %	+0,69	+1,64	-0,21	-0,31	-0,25	-1,18	+0,46
	Paris	**Madri**	**Tóquio**	**Hong Kong**	**Argentina**		**China**
Índices	CAC-40	Ibex	Nikkei	Hang Seng	BYMA/Merval	Xangai	Shenzhen
em %	-0,96	-0,75	+0,40	-1,22	-1,41	+0,52	+1,00

Mercado Digital

Patricia Knebel, de Praga
patricia.knebel@jornaldocomercio.com.br

Confira, diariamente, no blog Mercado Digital, conteúdos sobre tecnologia e inovação. Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.

jornaldocomercio.com/mercadodigital

Players de TI não podem acorrentar clientes, defende CEO da Suse

A rapidez com que a Inteligência Artificial (IA) está mudando tudo coloca pressão nos líderes de tecnologia, que precisam reavaliar a cada poucas semanas o que é tecnicamente possível e financeiramente viável para implementar e competir com a IA.

Nesse cenário, é preciso devolver o poder às mãos dos líderes de tecnologia e permitir que a escolha aconteça novamente. "Seu parceiro de TI precisa libertá-lo, não acorrentá-lo", disse o CEO da Suse, Dirk-Peter van Leeuwen, em interação com executivos de diversas indústrias durante o Susecon 2026, que acontece nesta semana, em Praga, na República Tcheca.

O executivo comenta que, no passado, se vincular a um único fornecedor parecia ser uma ótima ideia para as empresas. Hoje, o cenário é outro. "Quando o tapete é puxado debaixo dos nossos pés, precisamos da capacidade de responder muito rapidamente", analisa. E na busca da resiliência digital, tema do evento esse ano, o open source é um dos caminhos mais certeiros, defende. "A possibilidade de escolha é o que faz o open source tão especial. Se você depende de um modelo proprietário de caixa preta, você não tem resiliência. Você está alugando sua inteligência a terceiros. As empresas precisam pensar na soberania e se desejam manter o controle sobre o fluxo de seus dados", provoca.

Trata-se do suporte que permite o uso de código aberto em um ambiente crítico para os negócios, reforça o líder da empresa, que é uma das líderes globais em sistemas corporativos open source. "Não é possível ser resiliente se estiver dependendo de sistemas legados caros e inflexíveis, com fornecedores que aumentam drasticamente o custo de renovação porque você não tem outra escolha", aponta.

O executivo fez uma análise do momento conjuntural do mundo e defendeu a necessidade de se construir um negócio capaz de resistir, adaptar-se, movimentar-se e evoluir. "A globalização está sob pressão. Alianças de confiança estão sendo questionadas. Isso significa que as cadeias de suprimentos que considerávamos garantidas não são mais 100% sólidas como uma rocha. Estamos tendo que nos adaptar a uma nova realidade", analisa van Leeuwen.

A inovação está acelerando a um ritmo sem precedentes. Nos últimos 12 meses, vimos a Nvidia se

SUSE/DIVULGAÇÃO/JC

Não há resiliência em sistemas caros e inflexíveis, diz Leeuwen

tornar a primeira empresa avaliada em US$ 5 trilhões, a comercialização de robôs humanoides usando IA e o progresso na computação quântica. Ao mesmo tempo, as ameaças à cadeia de suprimentos e à segurança estão mais sofisticadas do que nunca.

"Sei, pelas minhas conversas com nossos clientes, que eles estão reavaliando sua estratégia de fornecedores. Os CIOs estão seriamente preocupados em como avançar neste mundo ambíguo. Esta é a realidade de 2026. Vocês estão sendo solicitados a agir rapidamente", disse o executivo, para uma plateia atenta. A resiliência não se constrói com rigidez e estática, relata Leeuwen. O executivo destacou cinco caminhos fundamentais para as empresas avançarem na resiliência digital: soberania com padrões abertos, gerenciar e proteger a arquitetura de nuvem híbrida, otimizar a eficiência operacional e os custos, modernizar cargas de trabalho em diversos ambientes e inovar com IA e Edge.

Empresa anuncia o AI Factory, resultado de uma parceria com a Nvidia

A Suse anunciou esta semana durante o Susecon o Suse AI Factory com a Nvidia, conjunto de software unificado para IA empresarial projetado para preencher a lacuna entre o desenvolvimento local e a produção empresarial escalável. A perspectiva é operar como uma fábrica digital pronta para uso, produzindo recursos de IA de nível empresarial e fornecendo para as empresas as ferramentas para montar, implantar, gerenciar e governar aplicativos de IA de forma consistente e em escala, em qualquer ambiente, da borda tática ao data center principal e à nuvem pública.

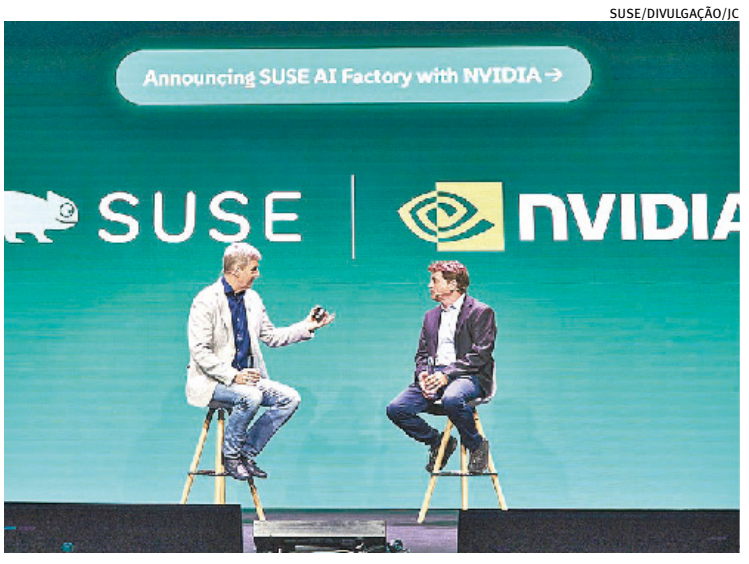
"A nossa visão é que o cliente deve poder fazer suas próprias escolhas e manter autonomia. O Suse AI foi desenvolvido, especificamente, para empresas que estão buscando a soberania de dados e é por isso que nossa plataforma de IA está atraindo os parceiros mais interessantes nesta área, como a Nvidia", destaca o CEO Suse, Dirk-Peter van Leeuwen.

Projetado para atender às rigorosas exigências globais de soberania digital, o Suse AI Factory com Nvidia oferece às organizações a capacidade de usar a mais recente tecnologia de IA da Nvidia, mantendo a lógica sensível e os dados proprietários protegidos em sua infraestrutura privada.

Essas tecnologias incluem microsserviços Nvidia NIM, Nvidia NeMo para criação e gerenciamento de agentes, Nvidia Run:ai, para orquestração de GPUs, entre outras.

"A adoção de IA pelas empresas está se acelerando, criando demanda por infraestrutura que garanta o controle e a governança de dados para cargas de trabalho regulamentadas", disse John Fanelli, vice-presidente de Software Empresarial da Nvidia. "Nossa colaboração com a Suse atende a essa necessidade, oferecendo um AI Factory aberto e completo, construído sobre uma base de segurança e soberania", reforça.

SUSE/DIVULGAÇÃO/JC



Executivos da Suse e da Nvidia anunciaram o Suse AI Factory

Homenagem a clientes mais inovadores em soluções com código aberto

Como tradicionalmente acontece, a Suse anunciou no Susecon, que acontece em Praga, os 12 vencedores do Customer Awards 2026. O programa global de premiação celebra organizações que estão redefinindo o que é possível com código aberto, usando as soluções da companhia para acelerar a inovação e criar um impacto na economia.

SUSE/DIVULGAÇÃO/JC

Premiação aos 12 vencedores ocorreu durante Susecon 2026, em Praga

Os vencedores de 2026

Advocate Award: Egger Group
Acelerador de IA: FETC
Cloud nativa: Nexi Group
Pioneira em Soberania Digital: Airbus Defence & Space e Dienst ICT
Inovação em EDGE: CVS Health e Carnival Corporation
Inovação Geeko: Grupo Elektra
Inovação para o Bem: Omnicell
Excelência em Código Aberto: Mizuho Bank e PepsiCo
Visionário em Virtualização: Centro Nacional Suíço de Supercomputação (CSCS)

Quer receber notícias de inovação e tecnologia? Cadastre-se no Bot do **Mercado Digital**!

economia

Fepam solicita novo prazo e posterga resposta sobre projeto da CMPC

Segundo o órgão, solicitação considera a necessidade de conclusão de análises técnicas ainda em curso

/ INDÚSTRIA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) solicitou ao Ministério Público Federal (MPF) a prorrogação, por mais 15 dias, do prazo para responder à recomendação que trata do licenciamento ambiental do Projeto Natureza, da CMPC. A resposta, que era aguardada para ontem, deve ser novamente postergada, caso o pedido seja aceito.

De acordo com a Fepam, a solicitação leva em conta a necessidade de conclusão de análises técnicas ainda em andamento. O órgão estadual afirma que o processo envolve a consolidação de informações, o recebimento de manifestações de órgãos intervenientes e o alinhamento de contribuições de diferentes entidades, cujos prazos próprios precisam ser compatibilizados.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental também reforçou, em nota, que o tema segue sendo tratado com prioridade, destacando que a resposta ao Ministério Público Federal deverá se basear em critérios técnicos e na segurança das informações reunidas ao longo do processo.

Procurado, o MPF informou, por meio da assessoria de imprensa, que ainda está apurando a solicitação e não confirmou, até o momento, se o novo prazo será concedido.

A recomendação do órgão federal, emitida no início de março, sugeriu a suspensão do processo de licenciamento ambiental do empreendimento até que sejam realizadas consultas às comunidades indígenas potencialmente afetadas, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O documento foi direcionado à Fepam, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e ao Ministério dos Povos Indígenas.

O pedido de prorrogação ocorre após uma primeira extensão já ter sido concedida pelo MPF. Em 19 de março, a Fepam solicitou mais 30 dias para responder à recomendação, alegando a necessidade de aguardar esclarecimentos da Funai - considerados essenciais para subsidiar a manifestação técnica do órgão estadual. Na ocasião, o prazo final havia sido estabelecido para 20 de abril. Com o ponto facultativo na segunda-feira e o feriado de Tiradentes no dia seguinte, a expectativa era de que a resposta fosse formalizada ontem.

CMPC/DIVULGAÇÃO/JC

Resposta envolvendo o projeto Natureza era aguardada para ontem

O diretor-presidente da Fepam, Renato Chagas, já havia indicado anteriormente ao Jornal do Comércio que a resposta poderia ser parcial, caso ainda não houvesse posicionamento definitivo da Funai sobre o componente indígena do projeto. O órgão federal, por sua vez, reitera que vem atuando dentro de suas competências legais, com base na análise técnica dos elementos do processo e na observância dos direitos dos povos indígenas.

O Projeto Natureza da CMPC prevê a construção de uma fábrica de celulose no município de Barra do Ribeiro, com capacidade estimada de 2,5 milhões de toneladas por ano. Com investimento total de cerca de R$ 27 bilhões, o empreendimento também inclui estruturas logísticas, como terminais aquaviários no Estado, voltados ao escoamento da produção e ao recebimento de insumos.

Considerado um dos maiores projetos industriais em análise no Rio Grande do Sul, o licenciamento tem mobilizado diferentes atores institucionais e gerado debates sobre segurança jurídica, desenvolvimento econômico e garantias socioambientais.

/ TRIBUTOS Fonte: www.informanet.com.br

IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

24/04	IOF	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica, de fato gerador de 2º decêndio mês atual (20/04/2026)
24/04	IOF	Operações de Câmbio - Entrada de moeda, de fato gerador de 2º decêndio mês atual (20/04/2026)
24/04	IRRF	Rendimentos de Capital - Títulos de renda fixa - Pessoa Física, de fato gerador de 2º decêndio mês atual (20/04/2026)
24/04	IRRF	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior - Aplicações Financeiras, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/04/2026)
24/04	PIS/Pasep	Folha de salários, de fato gerador de mês anterior (31/03/2026)
24/04	PIS/Pasep	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária, de fato gerador de mês anterior (31/03/2026)

O jornal de economia e negócios do RS
Fundado por J.C. Jarros - 1933
Jornal do Comércio
Filiado ANJ Associação Nacional de Jornais www.anj.org.br
www.jornaldocomercio.com

Departamento de Circulação
circulacao@jornaldocomercio.com.br
Atendimento ao Assinante
Telefone (51) 3213.1300
De 2ª a 6ª das 8h às 18h
atendimento@jornaldocomercio.com.br
Vendas de Assinaturas
Telefone/Whatsapp: (51) 3213.1397
vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br
Exemplar avulso: R$ 6,50
Whatsapp:

Assinaturas

Mensal	R$	109,90
Trimestral à vista	R$	269,73
1+2	R$	99,90
Total Parcelado	R$	299,70
Semestral à vista	R$	528,66
1+5	R$	97,90
Total Parcelado	R$	587,40
Anual à vista	R$	997,92
1+11	R$	92,40
Total Parcelado	R$	1.108,80

Desconto de 10% para pagamento à vista
Formas de Pagamento:
Cartões de Crédito (VISA, MASTER, ELO, AMERICAN e DINERS)
Débito em Conta: BB, Bradesco, Banrisul, CEF, Santander, Sicredi e Itaú e Pix
Boleto Bancário.
Consulte nossos planos promocionais em: **www.jornaldocomercio.com/assine**

Departamento Comercial
Atendimento às agências e anunciantes
Telefone (51) 3213.1333
agencias@jornaldocomercio.com.br
Operações comerciais
Tel: (51) 3213.1355
anuncios@jornaldocomercio.co m.br
Publicidade legal
Tel: (51) 3213.1331 / 3213.1338
comercial@jornaldocomercio.com.br

Redação
Telefones e e-mails
(51) 3213.1362
Editoria de Economia
(51) 3213.1369
economia@jornaldocomercio.com.br
Editoria de Geral
(51) 3213.1372
geral@jornaldocomercio.com.br
Editoria de Política
(51) 3213.1374
politica@jornaldocomercio.com.br
Editoria de Cultura
(51) 3213.1376
cultura@jornaldocomercio.com.br

Administrativo e Financeiro
Telefone (51) 3213.1381
financeiro@jornaldocomercio.com.br
rh@jornaldocomercio.com.br
suprimentos@jornaldocomercio.com.br

Henderson Comunicação
Brasília - DF
QI 23. LOTE 09 BLOCO A 604 GUARÁ II
71060-636
Telefone (61) 3322.4634 e (61) 3322.8989
marciaglobal@terra.com.br

internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

Irã apreende embarcações no Estreito de Ormuz

Governo persa não tem interesse de negociar com EUA no Paquistão

/ ORIENTE MÉDIO

ASIF HASSAN/AFP/JC

Trégua estendida por Trump pode ser frágil diante da tensão entre os países

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC, na sigla em inglês) informou ontem a apreensão de duas embarcações no Estreito de Ormuz, em meio à escalada de tensões na região e a relatos de novos ataques contra navios comerciais.

Em comunicado, a Marinha da IRGC afirmou que os navios "MSC Francesca", que segundo Teerã tem ligação com Israel, mas navega sob bandeira do Panamá, e "Epaminondas", de bandeira da Libéria, foram interceptados e conduzidos para águas territoriais iranianas. Segundo o grupo paramilitar, as embarcações operavam "sem a autorização necessária" e teriam manipulado seus sistemas de navegação, "colocando em risco a segurança marítima".

"As cargas, documentos e demais registros serão verificados", disse a Guarda Revolucionária, acrescentando que "interferir na ordem e na segurança do Estreito de Ormuz é nossa linha vermelha".

Pouco antes, a Operação de Comércio Marítimo do Reino Unido (UKMTO, na sigla em inglês) informou ter recebido relato de um incidente a cerca de 15 quilômetros a oeste do Irã. De acordo com o órgão, o capitão de um navio cargueiro que deixava águas internacionais relatou ter sido alvo de disparos e, em seguida, parado na água. A tripulação está segura e não houve danos à embarcação, segundo o comunicado.

Horas antes, a UKMTO havia relatado outro ataque a 15 milhas náuticas (27,7 km) à Nordeste de Omã. Segundo o comandante de um navio porta-contêineres, a embarcação foi abordada por uma lancha armada da IRGC, sem contato prévio por rádio, e sofreu "danos severos" na ponte de comando após ser alvejada. Não houve incêndio nem impacto ambiental, e todos os tripulantes estão em segurança.

O Irã não tem, por enquanto, intenção de negociar com os EUA no Paquistão na sexta-feira e o presidente americano, Donald Trump, está mentindo sobre a possibilidade de uma nova rodada de diálogo com o país persa no fim da semana, informou a agência de notícias Tasnim em publicação no X.

A informação da agência iraniana acontece após Trump afirmar ao New York Post "boas notícias" poderiam surgir sobre um acordo com Teerã, depois de conversas frustradas na terça-feira na capital paquistanesa de Islamabad.

Na esteira de incertezas, em mensagem via Telegram, a Tasnim classificou o Estreito de Ormuz como uma "artéria vital" dos cabos de internet dos países do Golfo Pérsico. "Segundo dados de redes submarinas, pelo menos sete cabos principais de comunicação dos países do Golfo Pérsico passam por essa rota, enquanto mais de 97% do tráfego mundial de internet é transportado justamente por esses cabos de fibra óptica no leito do mar", relembrou.

Negociações da Ucrânia não podem esperar a guerra no Irã, diz Zelensky

/ GUERRA NA UCRÂNIA

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelensky, afirma que as negociações para tentar encerrar a guerra na Ucrânia não podem ficar em segundo plano por causa do conflito no Irã. Declaração foi feita em entrevista à CNN. O ucraniano disse ainda ver risco em condicionar a retomada de esforços diplomáticos ao fim da guerra no Irã. Para ele, a mudança de foco internacional tira atenção da agressão russa e pode travar iniciativas em paralelo.

O líder ucraniano afirmou que conversas técnicas com os EUA continuam, mas que não enxerga espaço para uma reunião política agora. "Nós não temos o financiamento. É realmente uma questão de vida, de sobrevivência. Para nos defendermos, precisamos muito desse dinheiro", disse.

Ele apontou como desafio o fato de o mesmo time americano tocar as negociações sobre Irã e Ucrânia. Ele citou o enviado Steve Witkoff e Jared Kushner, genro do presidente Donald Trump, como integrantes da equipe envolvida nas duas frentes.

Ucraniano também relatou impacto do conflito no fornecimento de armas para Kiev, com atrasos em itens considerados-chave. Ele destacou a falta de mísseis antibalísticos e disse que a produção limitada nos EUA reduz a quantidade disponível para a Ucrânia.

Zelensky falou com a CNN horas depois de a União Europeia aprovar um empréstimo de € 90 bilhões para a Ucrânia. Ele afirmou que o dinheiro é decisivo para manter a capacidade de defesa e ampliar a produção de armamentos. Segundo a CNN, o pacote estava prometido havia meses, mas foi atrasado por um impasse político na Hungria.

Zelensky afirmou ainda que a falta de recursos impede a Ucrânia de produzir tudo o que consegue fabricar. Ele usa como exemplo de interceptores de drones, dizendo que o país está produzindo atualmente cerca de mil unidades por dia, embora tenha capacidade para fabricar 2 mil diariamente.

Peru adia compra de caças dos EUA, e ministros renunciam em protesto

/ AMÉRICA DO SUL

O ministro da Defesa do Peru, Carlos Diaz, e o ministro das Relações Exteriores, Hugo de Zela, renunciaram a seus cargos ontem, em meio à decisão do presidente interino José María Balcázar de adiar a compra de aeronaves F-16 dos Estados Unidos.

Balcázar, que está na função de forma interina e deixa o posto em julho, disse que a compra foi adiada até o próximo governo assumir o poder - o país vive atualmente expectativa de contagem dos votos do primeiro turno da eleição nacional para saber quem irá ao segundo turno, previsto para junho.

Depois, o presidente interino afirmou que suas declarações foram mal interpretadas, e que ele adiou o pagamento para a compra dos caças. Em entrevista à estação de rádio local RPP após sua renúncia, Zela disse que o acordo incluía uma primeira parcela avaliada em US$ 2 bilhões, seguida por uma segunda fase no valor de US$ 1,5 bilhão. Ele acrescentou que um primeiro pagamento estava programado para quarta-feira, embora não tenha divulgado o valor.

Balcázar nega ter mentido sobre os contratos, e afirmou após as declarações dos ministros que "o que se está discutindo é a necessidade de o novo governo conhecer as negociações desta compra, não há outra intencionalidade".

Já Diaz, no cargo apenas desde 17 de março, tinha previsão de comparecer perante a Comissão de Defesa do Congresso na segunda-feira para responder a perguntas sobre a suspensão da assinatura de um acordo. "Uma decisão estratégica foi tomada na área de segurança nacional com a qual tenho uma discordância fundamental", disse Diaz em sua carta de renúncia.

O Peru passou anos negociando com diferentes empresas para modernizar sua envelhecida frota de caças franceses Mirage 2000 e russos MiG-29, adquiridos nas décadas de 1980 e 1990. O Peru pretende eventualmente adquirir um total de 24 jatos, mas um primeiro acordo seria para 12 aeronaves.

Balcázar cancelou a cerimônia de assinatura na sexta-feira passada para a aquisição dos jatos F-16 poucas horas antes de ela ocorrer, citando preocupações em vincular o próximo governo a um grande compromisso de defesa, disse um funcionário do governo.

Avião com R$ 15 milhões cai no Paraguai e é saqueado

/ PARAGUAI

Um avião com R$ 15 milhões caiu na cidade de Minga Guazú, no Paraguai, no último sábado. Após a queda, moradores da região saquearam a aeronave antes que autoridades chegassem ao local. A estimativa é de que US$ 2 milhões tenham sido perdidos. As informações são da Aeroin.

A queda da aeronave, pertencente à empresa Aerotax e fretado pela Prosegur, ocorreu a 750 metros da pista do Aeroporto Guaraní. O avião fazia parte de uma operação que transportava US$ 5 milhões e R$ 15 milhões de Ciudad del Este para Assunção. Após o acidente, os malotes de dinheiro ficaram espalhados pela região. A polícia analisa conversas registradas no WhatsApp para identificar os envolvidos no saque do dinheiro.

Um comunicado da Direção Nacional de Aeronáutica Civil do Paraguai informou que avião emitiu um alerta de falhas no motor às 15h38min. O piloto, Fernando Noldin, morreu no local. Já o copiloto, Yeruti Nuñez, está em estado estável. Dois passageiros, Hiron Bogado e Freddy Recalde, estão em estado grave. Relatórios preliminares indicam que a aeronave sofreu uma falha no motor esquerdo durante o voo, o que resultou na queda, informou a DNAC.

O comissário Carlos Duré, do Departamento de Cooperação Policial Internacional, confirmou o desaparecimento do montante. "A investigação presume que parte do capital foi subtraída por pessoas que compareceram ao local imediatamente após o acidente", afirmou o chefe policial ao ABC Color. Equipes fizeram buscas pela região, mas não conseguiram recuperar o dinheiro. Após o episódio, autoridades informaram que criminosos estariam se passando por agentes para extorquir os moradores e roubarem o dinheiro recolhido. "Foi registrado ao menos um caso em que indivíduos exigiram a devolução do dinheiro por engano".

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

STF tem 2 votos para manter preso ex-presidente do BRB

Ministros realizam votação por meio de julgamento virtual

/ INVESTIGAÇÃO

BRB/DIVULGAÇÃO/JC

Paulo Henrique Costa é suspeito de corrupção passiva e lavagem de dinheiro

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) tem dois votos para manter a prisão do ex-presidente do BRB (Banco de Brasília) Paulo Henrique Costa, decretada na semana passada pelo ministro André Mendonça. O julgamento ocorre em plenário virtual e se encerra amanhã.

O ministro Luiz Fux seguiu o relator. Ainda faltam votar os ministros Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes. O ministro Dias Toffoli não participa do julgamento, pois se declarou suspeito de julgar processos relacionados à investigação do Banco Master.

O ministro informou a colegas que tomou a decisão para evitar questionamentos sobre sua atuação, devido aos negócios feitos pela empresa de sua família com um fundo controlado pelo Master.

Em seu voto, Mendonça reitera os termos da decisão que autorizou a prisão e diz que a medida é fundamental para "resguardar a ordem econômica, a instrução criminal e a aplicação da lei penal". Fux não apresentou voto escrito, apenas seguiu o relator.

Costa é investigado no âmbito da operação Compliance Zero, que investiga irregularidades na atuação do BRB para comprar o Master, do empresário Daniel Vorcaro, que também está preso e negocia acordo de delação premiada.

O ex-presidente do BRB é suspeito de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Segundo as investigações, ele teria ocultado seis imóveis recebidos como propina, quatro em São Paulo e dois em Brasília, avaliados em R$ 146,5 milhões, dos quais cerca de R$ 74,6 milhões já teriam sido pagos.

O advogado Cléber Lopes, que faz a defesa de Costa, disse que seu cliente não praticou crime algum e que a prisão realizada foi um exagero por parte da Justiça. "A defesa continua firme na convicção de que o Paulo Henrique não cometeu crime algum", disse.

A Segunda Turma também tem maioria para manter a prisão do advogado Daniel Monteiro, apontado como arquiteto jurídico do Master. De acordo com a PF (Polícia Federal), ele teria recebido R$ 86 milhões para participar do esquema, viabilizando pagamentos e ocultando a titularidade dos imóveis.

A defesa de Monteiro afirmou que o advogado foi surpreendido pela decisão. "Sua atuação sempre se deu de forma estritamente técnica, na condição de advogado do Banco Master e de diversos outros clientes, sem qualquer participação em atividades alheias ao exercício profissional", afirmou.

Para André Mendonça, manter os investigados em liberdade significaria "risco concreto de desaparecimento de recursos e bens necessários à recomposição dos danos decorrentes dos ilícitos sob apuração".

O ministro também diz que, como "a organização criminosa demonstra altíssima capacidade de reorganização, mesmo após a deflagração de operações", a prisão é essencial para interromper a prática de "ocultação e reciclagem de capitais por meio de empresas de fachada".

Ao longo da investigação, Paulo Henrique Costa costumava argumentar que nenhuma decisão foi individual dentro do BRB e que os instrumentos usados na compra de carteiras de crédito são comuns no mercado.

Os seis apartamentos atribuídos a Costa pela PF são de altíssimo padrão, com metragem elevada e alto custo de manutenção.

Bolsonaro pede autorização para fazer nova cirurgia

/ SAÚDE

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) pediu ao ministro Alexandre de Moraes autorização para que o ex-presidente realize uma cirurgia no ombro amanhã ou no sábado. A defesa diz que Bolsonaro "apresenta quadro de dor persistente e incapacidade funcional" no ombro direito, mesmo após tratamento conservador, e precisa usar remédios para dor diariamente.

"O exame físico e os exames de imagem indicam lesão de alto grau do tendão do supraespinhal, com retração importante, comprometimento do terço superior do tendão do subescapular, subluxação da cabeça longa do bíceps e lesões associadas, contexto em que foi formalmente indicado procedimento cirúrgico para fixação das lesões do manguito rotador do ombro direito e lesões associadas, por via artroscópica, de acordo com relatório médico realizado pelo Dr. Alexandre Firmino Paniago, datado de 14/04/2026", aponta a defesa.

A defesa de Bolsonaro pede que Moraes libere "todos os atos médicos preparatórios, pré-operatórios, internação, realização do procedimento, pós-operatório e reabilitação correlata diretamente vinculados ao tratamento cirúrgico indicado".

Em 27 de março, o ex-presidente teve a prisão domiciliar humanitária concedida por 90 dias por Moraes para sua recuperação, após ter alta do hospital. No último mês, ele foi diagnosticado com "broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa" e precisou ficar internado em tratamento intensivo por duas semanas.

Repórter Brasília

Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Mesmo medo, penas diferentes

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Para o deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto), a legislação brasileira ainda comete um erro grave: trata ameaça e perseguição como crimes de pesos diferentes, embora os efeitos sobre a vítima sejam quase sempre os mesmos. O resultado é uma brecha que, na prática, favorece a impunidade.

Violência começa antes da agressão

Hoje, a ameaça tem pena menor do que o crime de perseguição. Mas, na vida real, os dois comportamentos costumam caminhar juntos. Primeiro aparecem as mensagens, as intimidações, os avisos velados. Depois vêm a insistência, o controle, a vigilância e a perseguição. A vítima, porém, sente o mesmo impacto desde o início: medo, insegurança, ansiedade e a sensação permanente de que algo pior pode acontecer.

Escalada silenciosa

Pompeo sustenta que tratar a ameaça como um delito menos grave, acaba permitindo que a violência cresça em silêncio, até chegar a agressões físicas ou mesmo ao feminicídio. "Chega de ter pessoas ameaçando, que é muito comum; chega de ter pessoas perseguindo, que é muito comum", afirma o parlamentar. Na avaliação dele, "colocar ameaça e perseguição no mesmo patamar daria ao Estado mais força para agir logo no início, antes que o agressor avance".

Punição mais dura para evitar tragédias

Para o deputado, "a equiparação das penas tem também um efeito preventivo, pois a mensagem deixaria de ser a de que ameaçar alguém é um problema menor; na medida em que nós colocamos a ameaça e a perseguição no mesmo patamar, temos mais condições de enfrentar esse tipo de crime, processar esse tipo de crime, penalizar esse tipo de crime, e fazer com que os autores paguem pelo que cometeram". Segundo ele, "a punição mais severa também serviria de exemplo para impedir novos casos".

A rotina de quem vive sob medo

Quem sofre ameaça ou perseguição muda a própria vida. Muitas vítimas deixam de sair de casa, trocam de telefone, evitam lugares, interrompem amizades e vivem olhando para trás. Não raro, uma frase aparentemente isolada é apenas o começo de uma escalada. O medo permanente, a sensação de estar sendo vigiada, e a incerteza sobre o próximo passo do agressor produzem marcas profundas.

Crianças também se tornam vítimas

Pompeo defende ainda o aumento de pena quando a ameaça ou perseguição acontecem diante de familiares, especialmente crianças. Em muitos casos de violência doméstica, filhos presenciam intimidações e acabam carregando o trauma. Mesmo sem serem o alvo direto, convivem com o medo, a tensão e a violência dentro de casa. Para o parlamentar, "quando o crime acontece na frente de crianças, a situação é ainda mais grave e precisa ser tratada como agravante".

A lei precisa reagir

Com ameaças e perseguições cada vez mais frequentes nas redes sociais e aplicativos de mensagens, Pompeo de Mattos argumenta que a legislação precisa acompanhar essa realidade. Para ele, "ameaça e perseguições não podem continuar sendo vistas como episódios menores ou desentendimentos passageiros. Quando alguém passa a viver sob medo constante, a violência já começou".

política

Partidos de esquerda se unem na corrida ao Piratini

Pela primeira vez, unificação ocorre ainda no primeiro turno

ELEIÇÕES 2026

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

FABIOLA CORREA/JC

Lideranças do PSOL entregam propostas à pedetista Juliana Brizola

Os principais partidos de centro-esquerda vão disputar as eleições estaduais em uma chapa unificada pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul depois da redemocratização. Após o PSOL oficializar a pré-candidatura de Juliana Brizola (PDT) ao governo do Estado nesta quarta-feira, em uma reunião na qual entregou aos pedetistas uma carta com 10 pontos que devem constar no programa de governo, a coligação liderada por Juliana passa a reunir oito partidos: o PDT, PT, PSOL, PCdoB, PV, Rede, PSB e Avante.

Inclusive, todas as siglas devem participar de um ato conjunto no dia 1º de maio. Na ocasião, a coligação deve oficializar a aliança em torno da chapa composta por Juliana, o vice Edegar Pretto (PT), e os candidatos ao Senado Paulo Pimenta (PT) e Manuela d'Ávila (PSOL). "É um momento histórico, porque é a primeira vez que esse campo popular e democrático constrói uma aliança ampla no primeiro turno. São oito partidos sob a liderança da nossa pré-candidata ao governo do Estado Juliana Brizola", comemorou Edegar Pretto - que desistiu de concorrer ao Palácio Piratini para ser vice de Juliana.

A reunião na sede dos pedetistas - em que lideranças do PDT, PSOL e PT sentaram-se em torno de uma mesa comprida - encaminhou uma série de encontros a partir da próxima segunda-feira para construir as propostas de campanha de Juliana. Inclusive, o coordenador de campanha da pedetista, o ex-deputado federal Vieira da Cunha, pediu a palavra na reunião para solicitar a indicação de quadros do PSOL e do PT para contribuírem com a tarefa.

Essas reuniões devem incorporar as reivindicações do PSOL e da extinta pré-candidatura de Edegar Pretto. A carta entregue pelo PSOL aos pedetistas inclui dez pontos. Entre eles, estão a luta contra as privatizações no Estado, a valorização do serviço público e a atuação concreta na prevenção de desastres ambientais.

Além da construção do programa de governo, vários nomes reforçaram durante a reunião a necessidade de unidade na campanha. No início do encontro, alguns dirigentes partidários - como o próprio presidente estadual do PDT, Romildo Bolzan Júnior - pareciam ter algum receio de que o apoio crítico do PSOL causasse ruídos durante a campanha. Ele disse que a pré-candidatura não podia correr o risco de ser questionada a todo o tempo durante a campanha.

Nesta terça-feira, o diretório estadual do PSOL aprovou o apoio crítico à Juliana. Isso significa que a militância do PSOL vai fazer campanha para a pré-candidata do PDT desde que ela absorva propostas dos psolistas. E, se ela for eleita, a sigla não deve participar do governo.

Contudo, após a fala de Romildo, diversas lideranças - como o ex-prefeito de Porto Alegre José Fortunati (PT), o vereador Pedro Ruas (PSOL) e Edegar Pretto - garantiram o comprometimento de todos os partidos aliados na campanha. "Já dissemos o que o apoio crítico significa. Agora, uma coisa tem que ficar clara. A gente não entrou na coligação para brincar, entramos para ganhar. Se não achássemos que vamos ganhar, teríamos seguido o nosso próprio caminho", resumiu Ruas.

Vários líderes fizeram falas parecidas antes do final da reunião, de modo que muitos saíram da sede do PDT com a sensação de que a aliança estava mais coesa e organizada. "A direita é muito organizada. E uma crítica que se fazia à esquerda é que ela nunca se unia. Chegou um ponto que não temos mais esse direito (de disputarmos a eleição separados). Por isso, estamos unidos em defesa das instituições democráticas", avaliou Juliana.

Confira as 10 reivindicações à Juliana Brizola na carta de apoio crítico do PSOL

1. Luta pela revisão da dívida do Estado e Orçamento Participativo

2. Valorização e respeito aos trabalhadores e aos movimentos que lutam por direitos

3. Educação pública como prioridade e não mercadoria, e escolas como centros de referência

4. Dignidade nas periferias e política de cuidado com infraestrutura social

5. Compromisso com a vida das mulheres e enfrentamento ao feminicídio

6. Valorização do serviço público e defesa do patrimônio gaúcho. Não às privatizações

7. Segurança pública baseada em inteligência e valorização dos servidores

8. Meio ambiente, desenvolvimento e prevenção de desastres

9. Reforma agrária e apoio aos pequenos agricultores

10. Combate à discriminação e apoio aos segmentos vulneráveis

Legislativo deve concluir hoje a votação do Plano Diretor da Capital

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

Os vereadores de Porto Alegre devem votar e aprovar nesta quinta-feira o projeto de Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS), após cerca de um mês e meio de debates e apreciação de emendas referentes ao projeto. Depois, na quinta-feira seguinte, dia 30 de abril, iniciam as votações de emendas da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que estabelece questões mais técnicas e específicas do Plano Diretor da Capital.

Inicialmente foram apresentadas 401 emendas ao projeto. Destas, os vereadores destacaram mais de 300 para serem votadas individualmente ou em bloco no plenário da Câmara Municipal - para destacar uma matéria, eram necessárias 12 assinaturas dos parlamentares. As demais emendas foram aprovadas - 28 - ou rejeitadas - 12 - em comissões da Casa, e não foram destacadas. Ou seja, aquelas aprovadas no plenário ou nas comissões fazem parte da íntegra do projeto a ser votada nesta quinta, que precisa de 18 votos favoráveis para ser aceito.

Considerando que a bancada de oposição ao governo Sebastião Melo (MDB) é composta por 12 vereadores e precisaria convencer parlamentares da base para barrar o projeto, a tendência observada nos bastidores da Casa é de aprovação do PDUS nesta quinta.

Chamou atenção a celeridade em que foram apreciadas as emendas do Plano Diretor, proposta que é considerada pelo próprio prefeito Melo como a "lei mais importante da cidade", conforme ele destacou em sua campanha à reeleição, em 2024.

A estratégia da base governista foi de firmar acordos com a oposição para votação de emendas em bloco, bem como a estender as sessões além do tempo regimental e muitas vezes levando votações para a madrugada.

Neste sentido dos acordos, a oposição conseguiu aprovar 20 emendas apresentadas por vereadores da bancada e 2 elaboradas por entidades da cidade.

Caso se confirme a tendência de aprovação do PDUS, os vereadores partem, a partir da quinta-feira seguinte, a apreciar o Luos, que conta com 121 emendas. Conforme a justificativa apresentada pela prefeitura ao projeto, esta proposta "dispõe sobre o uso, a ocupação e o parcelamento do solo urbano, detalhando o zoneamento municipal e os parâmetros urbanísticos e edilícios em estreita consonância com o Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS)".

Vereadores da base governista acreditam que a apreciação desta proposta deve levar, em média, o período de um mês para ser finalizada.

CNM defende redistribuição de royalties de petróleo

/ MUNICIPALISMO

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) está defendendo a aplicação de uma lei federal de 2012 que propunha redistribuir os royalties de petróleo entre os entes federados produtores da commodity e os que não a produzem. A legislação havia sido suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que deve retomar a análise do tema em plenário no dia 6 de maio.

A CNM fechou acordo com 19 estados brasileiros das cinco regiões do País para que estes apoiassem a proposta, que constituí, conforme comunicado da entidade, na "aplicação imediata da Lei 12.734/2012 a partir de maio de 2026, incidindo sobre a totalidade da produção de petróleo, sem as limitações restritivas de 'excedente de produção' ou de outros marcos temporais".

O consultor jurídico da CNM, Ricardo Hermany, reforçou a defesa da proposta durante a reunião na última sexta-feira. "Um município com 211 mil habitantes recebe a totalidade de royalties que atenderia 132, 7 milhões de habitantes. Nós temos uma concentração que se agiganta ainda mais no âmbito subnacional. Precisamos avançar, sim, nessa proposta de consensualismo federativo", argumentou Hermany.

geral

Editor: Deivison Ávila
geral@jornaldocomercio.com.br

Capital quer revitalizar todas as praças até o final de 2027

Para este ano, a meta da prefeitura é recuperar 350 espaços públicos

/ INFRAESTRUTURA

Joaquim Porto
joaquimp@jcrs.com.br

FABIOLA CORREA/JC

Praça Dom Feliciano está sendo reformada desde novembro de 2025

Com a meta de requalificar aproximadamente 50% das praças de Porto Alegre ainda em 2026, a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb) afirma que, até o momento, já foi realizada a revitalização de 93 destes espaços. A previsão traçada pela entidade para este ano é que o número total chegue a 350, com um investimento de R$ 8 milhões contratado para os serviços feitos pela prefeitura. De acordo com o Executivo, o município conta com cerca de 730 espaços públicos.

Em comparação com o ano passado, esse número se torna ainda mais expressivo, sendo de 190 praças a mais - montante de 160 em 2025. Na avaliação do secretário de Serviços Urbanos, Rafael Fleck, o motivo se dá pois, no ano passado, se investiu muito em telamento e em obras que dependiam de maiores recursos financeiros.

"Já para esse ano e o próximo, estamos fazendo um planejamento para atingir 100% das praças. Mas com obras do dia a dia, com a qualificação de playground, pintura e substituição de bancos, poda, iluminação e lixeiras", afirmou o titular da pasta.

Conforme Fleck, só é possível conseguir atingir esse número maior de praças, porque os serviços que serão executados são com menor investimento. Ele explica que, em projeções futuras, para 2027, a meta é conseguir abranger todos os terrenos restantes, que, concluindo as previsões deste ano, vão girar em torno de 360 praças.

Uma das áreas em obra se trata da Praça Dom Feliciano, localizada no Centro Histórico da Capital, que está em processo de revitalização desde novembro de 2025 e, atualmente, se encontra aproximadamente 45% concluída. As ações devem seguir até o final de junho deste ano. O investimento total gira em torno de R$ 700 mil, e o manejo arbóreo e deslocamento de árvores que foram suprimidas por quedas, já foram realizados.

Hoje, o que está em andamento nesta área em específico é o restauro das muretas, reparo total nos passeios - que são de pedra portuguesa -, restauro no monumento do Mário Totta, o paisagismo por completo, mobiliários, bancos, playground, banheiros, pintura e iluminação. "O nosso foco é requalificar esses espaços para a comunidade poder utilizar esses equipamentos cada vez mais", relatou Fleck.

Mounjaro é aprovado para crianças com diabetes tipo 2

/ SAÚDE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem o uso do Mounjaro (tirzepatida) para o tratamento do diabetes tipo 2 em pacientes com idades entre 10 e 17 anos. O medicamento já era autorizado para adultos, para tratar também obesidade e apneia do sono. A Federação Internacional de Diabetes (IDF) publicou, em 2021, um estudo que estima em 1,1 milhão o número de adolescentes (14 a 19 anos) que vivem com diabetes tipo 2. No Brasil, um estudo de 2019 publicado na revista Pediatric Diabetes estimou que cerca de 213 mil adolescentes vivam com a condição.

Segundo a Lilly do Brasil, fabricante do Mounjaro e detentora da patente da tirzepatida, a aprovação da Anvisa é baseada nos resultados de um estudo clínico publicado em setembro de 2025 na revista The Lancet. O ensaio, feito com jovens de 10 a 17 anos, mostra que o medicamento reduziu a hemoglobina glicada, marcador do controle do açúcar no sangue, em 30 semanas (2,2 pontos percentuais, em média). O estudo também apontou baixas taxas de descontinuação por efeitos adversos, sendo que os mais frequentes foram sintomas gastrointestinais como náusea, diarreia e vômito.

Outros medicamentos aprovados para o tratamento de diabetes tipo 2 em crianças e adolescentes são Victoza e Lirux (liraglutida), a partir dos 10 anos de idade; e Saxenda, Olire (liraglutida), Wegovy e Poviztra (semaglutida), a partir dos 12 anos.

Dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) mostram que, em janeiro de 2026, foram vendidas 3.385 caixas de medicamentos análogos de GLP-1 prescritos para crianças e adolescentes até 18 anos. O número é pequeno na comparação com a venda total no mesmo período (443.815 caixas), mas dá pistas sobre o acesso da população dessa faixa etária a esse tipo de medicamento.

Essa base de dados ligada à Anvisa, que é preenchida por farmácias privadas com informações sobre as vendas de remédios controlados, mostra também que 2.542 caixas desses medicamentos foram vendidas fora da idade recomendada pelos fabricantes, incluindo o Mounjaro, que teve 1.240 caixas vendidas para pessoas menores de 18 anos em janeiro.

Religiões se unem para celebrar a Festa de São Jorge em Porto Alegre

/ RELIGIÃO

A celebração do Dia de São Jorge, neste 23 de abril, vai juntar, pelo terceiro ano consecutivo, a partir das 8h, manifestações inter-religiosas de fé no bairro Partenon, Zona Lesta de Porto Alegre. Essa é a 73ª Festa de São Jorge, com o tema "Peregrinos da Esperança".

Ao mesmo tempo que na Igreja de São Jorge serão realizadas as missas, do lado de fora os fiéis vão receber bênçãos de integrantes da religião de matriz africana, que compõem a Família Yecari do Terreiro de Batuque Sociedade Beneficente Cultural Oxum e Oxalá, que realiza há mais de 20 anos trabalhos comunitários na zona norte de Porto Alegre.

São Jorge na Igreja Católica, e Ogum nas religiões de matriz africana, o santo é muito popular no Brasil. Para seus fiéis, representa coragem e força guerreira. A celebração, no seu dia, tanto no catolicismo, como nas religiões de matriz africana, mobiliza grande número de fiéis em todo o País.

A filha de santo Roseli Debem Sommer, atualmente com 47 anos, nasceu e cresceu em uma família católica. Foi batizada, fez a primeira comunhão e a crisma e se casou na igreja católica. A mudança de religião ocorreu aos 19 anos, sempre com o simbolismo de São Jorge como um santo guerreiro que corre à frente de suas batalhas e dificuldades.

"Minha falecida mãe sempre falava: te agarra no guerreiro, pede com bastante fé e com bastante coração, que tu pode ter certeza que ele vai te ouvir. São as palavras que sempre uso: que o grande guerreiro esteja sempre à frente das nossas batalhas", disse.

Integrante da Família Yecari, Roseli lembrou que atos inter-religiosos serão realizados também nas cidades de Rio Pardo e Santa Maria, levando "um pouquinho" da Família Yecari para outras regiões, o que, para o grupo é "importante e gratificante".

"Ali a gente vê manifestações de fé, da pessoa que está indo na Igreja católica para sua homenagem a São Jorge, e se depara com o terreiro de matriz africana também dando a bênção. São milhares de pessoas que circulam no local durante o dia."

À frente do 3º Ato Inter-religioso estão o presidente da Sociedade Beneficente Cultural Oxum e Oxalá, Pai Ricardo de Oxum, e a Família Yecari, em parceria com o padre Sérgio Belmonte, pároco da Igreja de São Jorge. Conforme o sacerdote do Terreiro de Batuque, a celebração representa a resistência e a luta da ancestralidade que não conseguia professar a sua fé.

"Só conseguiam professar a fé através das imagens da igreja católica [sincretismo]. Então, com São Jorge e todas as imagens dos santos, a gente tenta passar o simbolismo da matriz africana. São Jorge, Ogum e Nossa Senhora dos Navegantes, Iemanjá, são os santos mais populares do Brasil", disse Pai Ricardo.

A intenção do ato inter-religioso é convidar a comunidade de matriz africana e simpatizantes a vivenciar com católicos um dia de conexão espiritual e celebração coletiva de integração entre crenças e de respeito às diferentes tradições religiosas. "No último censo, o Rio Grande do Sul aparece com o maior número de praticantes de religiões de matriz africana do Brasil". disse.

Segundo o Pai Ricardo, o Rio Grande do Sul sempre foi um estado "muito racista" e os católicos tinham uma "visão distorcida" sobre a religião de matriz africana. "A família Yecari vem, ao longo de três anos, tentando quebrar este bloqueio e mostrar que as duas festas podem caminhar juntas. São Jorge e Ogum são louvados mundialmente e faz parte da tradição dos dois caminharem juntos", observou.

A programação, que começa com tradicional banho de cheiro pela Família Yecari, se estende até as 18h30min, depois de uma procissão ao redor da Igreja, com lavagem das escadarias da Paróquia São Jorge, ritual simbólico de purificação e renovação de energias. Os festejos em homenagem a São Jorge seguem neste domingo.

Programação

Quinta-feira – 23/04
- *6h às 18h* – Missas de hora em hora
- *19h* – Procissão luminosa
- *23h30min* – Ato inter-religioso (lavagem das escadarias)
- *24h* – Encerramento do dia

Domingo – 26/04
- *9h* – Missa Solene
- *10h* – Procissão oficial de São Jorge
- *12h* – Festejos populares
- *20h* – Missa e encerramento da festa

geral

Editor: Deivison Ávila
geral@jornaldocomercio.com.br

Porto Alegre conta com novo Caps Infantojuvenil na Região Sul

Centro é planejado para realizar 60 atendimentos diários e desafogar as emergências da Capital

PEDRO PIEGAS / PMPA/ DIVULGAÇÃO/JC

Espaço localizado no bairro Cavalhada é voltado ao atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes

/ SAÚDE

Alessandra Xavier
alessandram@jcrs.com.br

A rede municipal de saúde de Porto Alegre passou a contar, a partir desta quarta-feira, com uma nova unidade voltada ao atendimento em saúde mental de crianças e adolescentes. Localizado na Zona Sul, no bairro Cavalhada, o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil III (Capsi) Sul busca antecipar o atendimento em momentos de crise e desafogar as emergências. A cerimônia de inauguração reuniu o prefeito Sebastião Melo e o secretário municipal de Saúde, Fernando Ritter.

O espaço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, com atendimento noturno e aos fins de semana restrito a casos de crise, formando uma rede de atendimento 24 horas, característica que diferencia unidades do tipo III. A estrutura foi planejada para realizar, em média, até 60 atendimentos diários, contemplando a população infantojuvenil da Região Sul da Capital com transtornos mentais graves e persistentes. Serão cerca de 30 funcionários auxiliando na sede, que contempla também atividades recreativas para os pacientes. Apesar da inauguração oficial ter ocorrido nesta semana, a unidade já vinha operando desde 6 de abril.

Segundo Fernando Ritter, o local foi selecionado principalmente devido à acessibilidade de deslocamento na área, agregando mais um centro de atendimento na cidade - uma das capitais com maior cobertura de Caps por tamanho da população. Ritter pontua que a abertura deve ajudar a aliviar as emergências nos hospitais, colaborando para o desenvolvimento do sistema de saúde.

"Esse vai ser um cuidado continuado, referência para as nossas unidades básicas de saúde. Também vai ser a porta de entrada para aquelas famílias que precisam do serviço em situações de crise, desafogando as emergências", afirma o secretário.

Na ocasião, Melo comemorou a abertura da nova sede infantil em uma região afastada dos principais centros, que apenas abarcava os Caps Centro-Sul e Restinga, unidades voltadas a outras modalidades.

"É um passo importante da expansão do SUS (administrador do Caps) na área de saúde mental para as crianças. A unidade Sul pega desde o Cristal até o Lami, imagina a quantidade de território e famílias que vai atender. Se não abrimos mais unidades não é por falta de vontade, mas porque falta recurso".

O prefeito ainda destacou a carência na transferência de recursos financeiros que abarca o repasse federal para o setor da saúde mental, argumentando que a prefeitura subsidia uma porcentagem a mais do que prevista.

Entre os serviços ofertados estão consultas individuais, atividades coletivas, oficinas terapêuticas e permanência parcial ao longo do dia. O paciente primeiramente passa pelo acolhimento para identificar a gravidade do caso e iniciar o cuidado compartilhado. Após a estabilidade, o indivíduo retorna para a unidade de saúde, dando seguimento ao acompanhamento.

O novo Capsi Sul integra a política de expansão da rede de saúde mental da cidade. Atualmente, Porto Alegre possui 18 Caps, sendo quatro destinados ao público infantojuvenil. A gestão municipal projeta a abertura de outras seis unidades até 2026, com o objetivo de ampliar o acesso e descentralizar o atendimento especializado.

UTI neonatal do Fêmina fecha após detecção de bactéria

A UTI neonatal do Hospital Fêmina, de Porto Alegre, foi fechada por conta da presença de uma bactéria que levou à morte de um bebê. Equipes do setor e do controle de infecção detectaram a presença da chamada pan-resistente no último dia 16 deste mês.

Conforme o hospital, todos os órgãos reguladores e de fiscalização foram avisados (secretarias municipal e estadual de Saúde e Vigilância Sanitária) e foram adotados os procedimentos de restrição máxima com isolamento total da área, bloqueio de movimentações, fechamento temporário para novas admissões e testes em todos os pacientes internados no setor.

Dos 34 pacientes internados, quatro testaram positivo. "Infelizmente, um dos pacientes positivos veio a óbito. Ele nasceu de um parto de risco e em situação de prematuridade extrema, com 26 semanas. Os outros três bebês positivos estão estáveis e isolados, sendo acompanhados por equipe exclusiva de cuidados, sem contato com outros setores", diz a nota do Fêmina.

As equipes clínica e de enfermagem vêm atuando de forma diligente, garantindo que nenhum paciente internado ou gestante que tenha buscado o hospital fique sem atendimento ou exposta a situação de risco.

O hospital segue monitorando com o protocolo de restrição máxima para partos de risco, sendo acompanhado pelos serviços de regulação para garantir que eventuais casos graves que buscarem o hospital sejam transferidos para outras unidades hospitalares.

O secretário de Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter, comentou o assunto durante a inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil III Sul (Capsi Sul), na Zona Sul da cidade. Segundo ele, a situação está sob controle.

"Viemos acompanhando há cinco dias. Todas as medidas de segurança foram feitas. Conseguimos conter esse processo. Situação sob controle", afirmou, acrescentando que pacientes estão sendo encaminhados, quando necessário, ao Hospital Getúlio Vargas, à Santa Casa e ao próprio Conceição (do mesmo grupo do Fêmina).

esportes

esportes@jornaldocomercio.com.br

Leia a cobertura entre **Athletic-MG** x **Inter** pela 5ª fase da Copa do Brasil, acessando o QR Code abaixo

/ NOTAS ESPORTIVAS

Copa do Brasil - Nesta quinta-feira, pela 5ª fase da competição, às 19h, tem Atlético-MG e Ceará. Às 19h30min, jogam Palmeiras x Jacuipense, e, às 21h30min, Athletico-PR x Atlético-GO e Operário-PR x Fluminense.

Copa do Mundo - A participação de Estêvão no Mundial deste ano com a seleção brasileira está em "séria dúvida" após a lesão muscular sofrida pelo atacante no último sábado (18), durante duelo do Chelsea contra o Manchester United no Stamford Bridge, em Londres. Ao tentar uma arrancada aos 16 minutos do primeiro tempo, ele demonstrou estar sentindo fortes dores e caiu no gramado, precisando ser substituído.

Botafogo - O juiz Leonardo de Castro Gomes concedeu decisão favorável à SAF Botafogo na ação que pede a execução de uma dívida do Lyon - resultado do emaranhado de movimentações quando o empresário ainda controlava os dois lados na Eagle. A decisão mais recente saiu nesta terça-feira e dá prazo de três dias para que o clube francês pague 21 milhões de euros (R$ 137 milhões). A notícia surge no momento em que o clube carioca solicitou um pedido de recuperação judicial depois de ter sua dívida estimada em R$ 2,5 bilhões.

Corinthians - A equipe paulista fechou o ano de 2025 com déficit de R$ 143,44 milhões e dívida bruta de R$ 2,723 bilhões, segundo balanço enviado ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Orientação (Cori).

Chelsea - A série de maus resultados à frente do Chelsea encerrou o ciclo de Liam Rosenior à frente do time profissional. O clube inglês anunciou a demissão do profissional nesta quarta-feira. Contratado no início do ano para substituir Enzo Maresca, ele deixa o cargo depois de 107 dias.

Futebol Internacional - O zagueiro Dante, que teve passagens no Bayern de Munique e na seleção brasileira, já sabe o que fará após se aposentar da carreira de jogador, ao final da temporada europeia. O defensor será técnico das categorias de base do Bayern. Aos 42 anos, ele se aposentará da carreira de jogador em junho, ao final da temporada na Europa. Ele defende o Nice, da França, desde 2016. Após isso, assumirá a equipe sub-23 do clube alemão.

Correção - A foto publicada na matéria sobre a tenista Bia Haddad, na edição de quarta-feira, dia 22, trazia a tenista ucraniana Elina Svitolina, diferentemente do publicado.

Com nova formação, Grêmio pode ter continuidade de time contra o Coritiba

Tricolor se prepara para encarar o Coxa no próximo domingo, após a vitória na Copa do Brasil

/ CAMPEONATO BRASILEIRO

Filipe Plentz Munari
filipem@jcrs.com.br

Depois de superar o Confiança-SE por 2 a 0 pelo jogo de ida da 5ª fase da Copa do Brasil, o Grêmio segue sua intensa rotina de jogos no mês de abril e volta a olhar para o Campeonato Brasileiro. O Tricolor recebe o Coritiba na Arena, neste domingo, às 16h, pela 13ª rodada da competição.

Na partida contra os sergipanos na terça-feira), Luís Castro deu um esboço do que se pode esperar da equipe no decorrer da temporada. Após a derrota no final de semana passado contra o Cruzeiro, o treinador português afirmou que mudanças na formação tática da equipe seriam feitas e, após ficar com um a mais na partida da Copa do Brasil, ele realizou a alteração.

O técnico iniciou o jogo em seu habitual 4-3-3, com Nardoni, Arthur e Mec no meio-campo. Com a expulsão de Ícaro, do Confiança, no final do primeiro tempo, Castro retornou para a segunda etapa com duas alterações que alteraram o esqueleto de sua equipe. Nardoni e Pavón deram lugar a Leo Pérez e Braithwaite, respectivamente. Desta forma, Pedro Gabriel foi deslocado para a zaga, e posteriormente saindo para a entrada de Wagner Leonardo, se tornando o terceiro zagueiro.

Enamorado e Amuzu passaram a fazer as alas, com Arthur e Pérez como dupla de volantes. Braithwaite e Carlos Vinícius como dupla de ataque e Mec flutuando no espaço entre os meio-campistas. Com isso, os centroavantes, numa espécie de 3-4-1-2. O resultado foi a vitória contra o Dragão, com direito a assistência do dinamarquês para o gol do artilheiro Carlos Vinícius, que alcançou a marca de 13 gols no ano, e um belo tento de Amuzu para fechar o placar.

A nova formação chega para dar mais sustentabilidade para a defesa gremista, que tem sofrido ao longo da temporada, mas sem descartar o uso de um camisa 10 com mais liberdade. Com isso, Gabriel Mec, Riquelme e Monsalve devem receber constantes oportunidades na equipe titular, com o colombiano correndo por trás, já que a comissão técnica entende que ele possa ser mais eficaz pelos lados do campo.

Fora das quatro linhas, o meia-atacante Willian avançou na recuperação de sua lesão no músculo posterior da coxa direita. O atleta tem realizado tratamento intensivo para acelerar o retorno, com um prazo estipulado pelo Grêmio de quatro a seis semanas de afastamento. A novidade é que, entre hoje e amanhã, o jogador voltará aos movimentos com ajustes de carga.

LUCAS UEBEL/GRÊMIO/JC

Castro deve repetir a escalação do 2º tempo diante dos paranaenses

GNU aposta em promessas que conheceram suas modalidades no clube

/ ESPORTES OLÍMPICOS

Mateus Rocha
mateusr@jcrs.com.br

O Grêmio Náutico União (GNU) completou 120 anos de história no dia 1º de abril. Desde sua fundação, em 1906, o clube vem sendo o primeiro ponto de muitos atletas em diversas modalidades. De lá saíram esportistas que tiveram destaque em suas categorias e chegaram até as Olimpíadas. A associação teve pelo menos um representante em 13 dos últimos 16 jogos. Além de valorizar seu passado, o GNU segue nutrindo talentos para o futuro. É o caso de Matheus Melecchi e Giorgio Fumagalli. Os dois atletas conheceram o clube através da família e desde muito cedo fazem parte do quadro de associados, que atualmente reúne 34 mil pessoas.

Foi assim, que pela convivência com os amigos, Melecchi se manteve na natação. "Meus pais me botaram muito cedo em algumas modalidades, para eu não ficar parado. Quando fui crescendo, acabei cortando algumas, como futebol e tênis por exemplo, e acabei seguindo nas piscinas pelas amizades", relembra.

Com o tempo, o nadador descobriu uma aptidão para as provas longas. "Quando fui subindo de categoria para participar do Brasileiro, tinha que pegar índice. Eu consegui tempos melhores nos 1.500m e 400m livres, provas mais de fundo. Mas sempre no limite, brigando para ir para as competições, longe de ter chance de medalha".

Quando tinha 16 anos, competindo no Juvenil 2, o nadador começou a ter mais destaque e a conquistar medalhas. Na categoria Júnior, ficou em 6º lugar na maratona aquática no Mundial de 2022, em Seicheles. E a partir daí, a carreira de Melecchi decolou. Ano passado, conquistou duas medalhas de prata no Pan-Americano, nos 1.500m e nos 10km, e também foi convocado para a seleção, além de passar a integrar o Programa Olímpico da Marinha do Brasil.

Mesmo com todos esses apoios, o atleta também valoriza o auxílio do clube, que envolve desde as refeições até o cuidado com o bem-estar. "Tenho uma relação muito boa com o GNU. Conheço quase todo mundo. Desde o porteiro até o treinador. E a piscina da sede Moinhos é sem dúvida a melhor que já treinei", conclui.

A história de Fumagalli é semelhante. Desde criança ele frequenta os espaços do GNU e por lá teve os primeiros contatos com a esgrima. Para ele, o sucesso veio cedo. "Na minha primeira competição, com 9 anos, eu 'medalhei'. Mas nem tinha noção do tamanho daquilo. Eu lembro de inclusive ficar triste e chorar porque perdi a final", explica.

Mas a virada de chave veio aos 16 anos, em 2022. "Durante a pandemia, como fiquei mais afastado dos compromissos sociais, me dediquei mais aos treinos, mesmo on-line'. O investimento logo deu resultados, nesse mesmo ano foi campeão nacional e vice Sul-Americano e ainda conseguiu classificação para dois Mundiais. Assim como Melecchi, ele ressalta a importância do clube no seu crescimento. "Os treinadores são ótimos, assim como o ambiente, academia e toda estrutura", exalta.

DIVUGAÇÃO/GNU/JC

DIVULGAÇÃO/GNU/JC

Fumagalli e Melecchi se destacam na esgrima e natação respectivamente

Panorama

Fotos resgatadas da enchente

O Centro Cultural da Ufrgs (Eng. Luiz Englert, 333) recebe a exposição *Álbuns submersos: arquivos emergentes*, do projeto Resgate de Memória, vinculado ao Núcleo de Antropologia Visual da Universidade. A mostra reúne fotografias resgatadas das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul, que, em laboratórios improvisados de lavagem e recuperação digital, foram restauradas pelo grupo ao longo de quase dois anos. A exposição também incorpora experimentações com cianotipias e fotomontagens, propondo outras formas de ver, sentir e recriar imagens. Junto ao trabalho do Resgate de Memória, são exibidas obras de Jean Segata, Natalia Negretti, Natalia Farias Silva e da dupla Felipe Akira Miasato e Raphael Barbanjo, selecionadas para a Mostra Fotográfica da IV Reunião de Antropologia da Saúde. A visitação é gratuita e vai até 7 de maio, de segunda a sexta-feira, das 9h às 19h.

DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO CULTURAL UFRGS/DIVULGAÇÃO/JC

***Álbuns submersos: arquivos emergentes* está no Centro Cultural da Ufrgs**

AGENDA

10h e 13h - Peça infantil *Detetive Grogs e suas Alucinadas Aventuras*, com Jéferson Rachewski, tem duas sessões na Sala Álvaro Moreyra (Erico Verissimo, 307). Entrada franca.

18h30min - Exibição de *Hacking at Leaves*, de Johannes Grenzfurthner, seguida de conversa com o diretor e convidados. No Instituto Cultural Remanso (Santo Antônio, 366). Gratuito.

20h - Espetáculo *Outras Danças para Chopin* celebra o Dia Internacional da Dança no CHC Santa Casa (Independência, 75). A partir de R$ 32,00, em sesc-rs.com.br/espetaculosculturais.

20h - Show gratuito de Dia Nacional do Choro no Instituto Ling (João Caetano, 440), conduzido por Mathias 7 Cordas. Senhas por ordem de chegada, uma hora antes da apresentação.

21h - Banda Casadimadera sobe ao palco do Grezz (Almirante Barroso, 328) para show que transita entre bossa, samba e rock'n'roll. A partir de R$ 30,00, pelo Sympla.

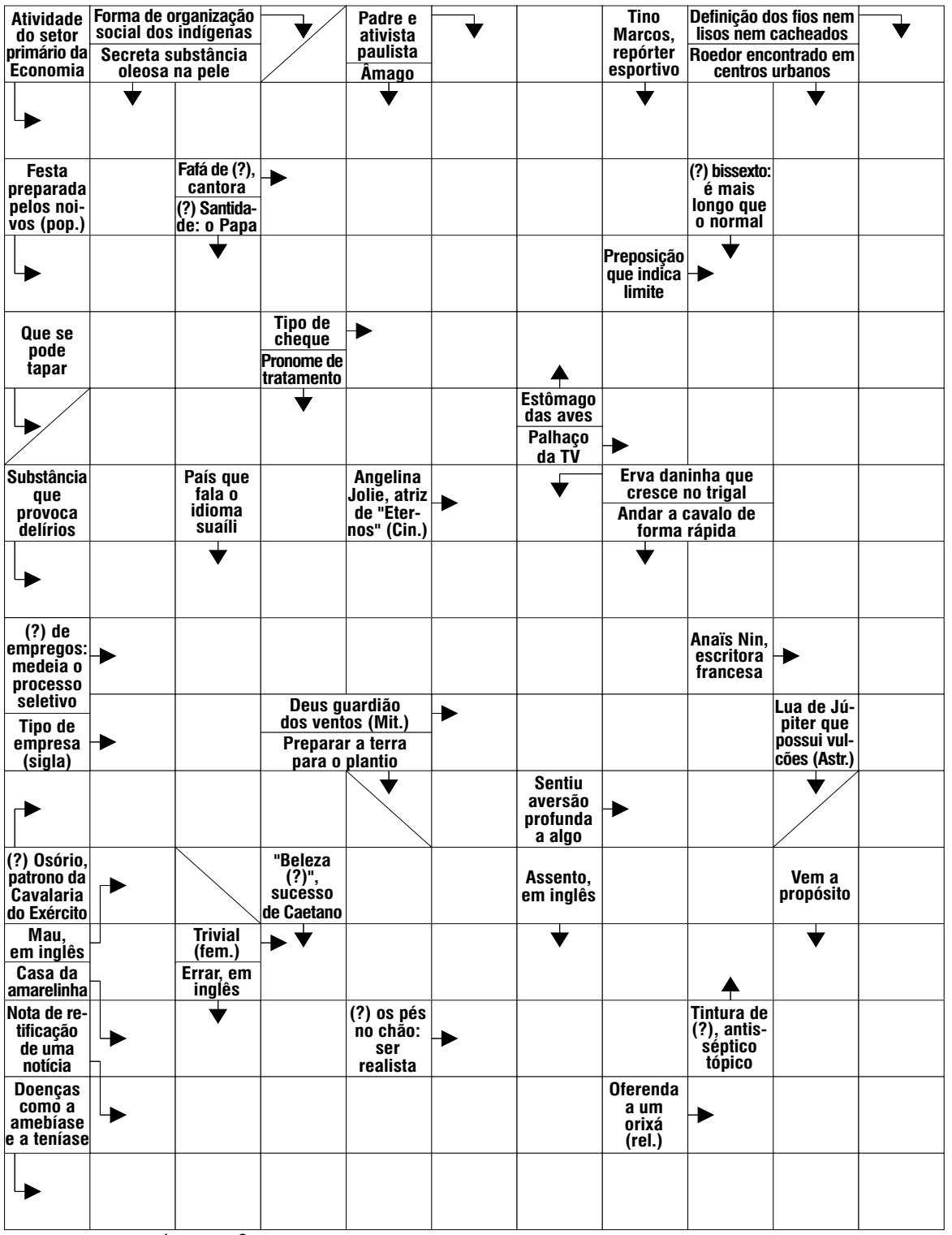
21h - Banda tributo ao Creedence Clearwater Revival, Revisiting Creedence estará no Auditório Araújo Vianna (Osvaldo Aranha, 685). A partir de R$ 190,00 no Sympla.

21h - Chococorn and the Sugarcanes e Vitor Brauer trazem seu rock alternativo ao Ocidente (Osvaldo Aranha, 960). A partir de R$ 30,00 via Blumie ou na bilheteria do local.

21h - Indira Castro e Luciano de León no show *Vozes Latino-Americanas*. No Café Fon Fon (Vieira de Castro, 22), de R$ 30,00 a R$ 60,00 no local. Informações: (51) 99880-7689.

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL


Atividade do setor primário da Economia
Forma de organização social dos indígenas
Secreta substância oleosa na pele
Padre e ativista paulista
Âmago
Tino Marcos, repórter esportivo
Definição dos fios nem lisos nem cacheados
Roedor encontrado em centros urbanos
Festa preparada pelos noivos (pop.)
Fafá de (?), cantora
(?) Santidade: o Papa
(?) bissexto: é mais longo que o normal
Preposição que indica limite
Que se pode tapar
Tipo de cheque
Pronome de tratamento
Estômago das aves
Palhaço da TV
Substância que provoca delírios
País que fala o idioma suaíli
Angelina Jolie, atriz de "Eternos" (Cin.)
Erva daninha que cresce no trigal
Andar a cavalo de forma rápida
(?) de empregos: medeia o processo seletivo
Anaïs Nin, escritora francesa
Tipo de empresa (sigla)
Deus guardião dos ventos (Mit.)
Preparar a terra para o plantio
Lua de Júpiter que possui vulcões (Astr.)
Sentiu aversão profunda a algo
(?) Osório, patrono da Cavalaria do Exército
"Beleza (?)", sucesso de Caetano
Assento, em inglês
Vem a propósito
Mau, em inglês
Trivial (fem.)
Errar, em inglês
Casa da amarelinha
Nota de retificação de uma notícia
(?) os pés no chão: ser realista
Tintura de (?), antisséptico tópico
Doenças como a amebíase e a teníase
Oferenda a um orixá (rel.)

BANCO 3/bad — céu — ebó — err. 4/seat. 6/uganda. 8/prosaica. **2**

Solução

P	A	R	A	S	I	O	T	S	E	S	
	E	R	R	A	T	A		E	B	O	
	C	E	U		T	E	R		A	D	
	A		P	R	O	S	A	I	C	A	
	B	A	D		A	L		P	O		L
G	E	N	E	R	A	L		O	D	I	U
	S	A			E	O	L		O		D
	A	G	E	N	C	I	A		E	A	N
A	L	U	C	I	N	O	G		E	N	O
	U		O		A	J				A	S
V	D	A	V	E	L		B	O	Z	O	
	N	U		N	O	M	I	N	A	L	
C	A	S	O	R	I	O		A	T	E	
	L		B	E	L	E	M		A	B	
A	G	R	I	C	U	L	T	U	R	A	
				T		A	J				C

Horóscopo

Gregório Queiroz / Agência Estado

Áries: Disposição para distribuir seus bens materiais com um sentido de fazer o bem e agraciar as pessoas queridas. Mas você próprio pode receber belas surpresas na vida material.

Touro: A conjunção entre Vênus e Urano indica os sentimentos amorosos intensos que você vive hoje. É tempo de se extasiar com a beleza e com a apreciação estética.

Gêmeos: A conjunção faz os sentimentos mais cativantes tocarem seu íntimo. Talvez tenha que vivê-los somente em seu íntimo, pois só intimamente eles são plenamente absorvidos.

Câncer: Algo de surpreendente se dá no trabalho e nas amizades, com mudanças fora do programa. Os sentimentos fraternais surgem no convívio com os amigos.

Leão: Você está motivado e disposto para o trabalho, devido a uma boa vontade para com as pessoas ou ainda por se colocar a serviço de alguma grande causa humanitária.

Virgem: Sentimentos fraternais surgem na maneira de pensar e na condução de suas aspirações filosóficas. Você busca uma visão positiva da vida humana.

Libra: Os momentos de intimidade com a pessoa amada tendem a ser profundos e deliciosos. Você está um tanto poético na sua maneira de pensar e tratar o ser humano.

Escorpião: A conjunção entre Vênus e Urano, para você, desperta diretamente os sentimentos para com a pessoa amada, mas sentimentos amplos, fraternais e visionários.

Sagitário: A inovação nas relações e de trabalho está favorecida. Os desejos amorosos passam os limites da realidade. Os sentimentos fraternais surgem em meio ao trabalho com colegas.

Capricórnio: A conjunção entre Vênus e o fraternal mas individualista Urano indica a possibilidade de viver um grande encontro amoroso. Ainda assim pode desejar algo mais, algo inatingível.

Aquário: Os sentimentos fraternais surgem no ambiente familiar e você se aproxima afetivamente dos motivos e interesses dos demais. A disposição é de cooperação e de harmonia.

Peixes: Os sentimentos fraternais surgem em meio às pessoas do cotidiano Você poderá viver um encontro encantador, de perfeito entendimento e de uma estética que lhe satisfaz.

Panorama

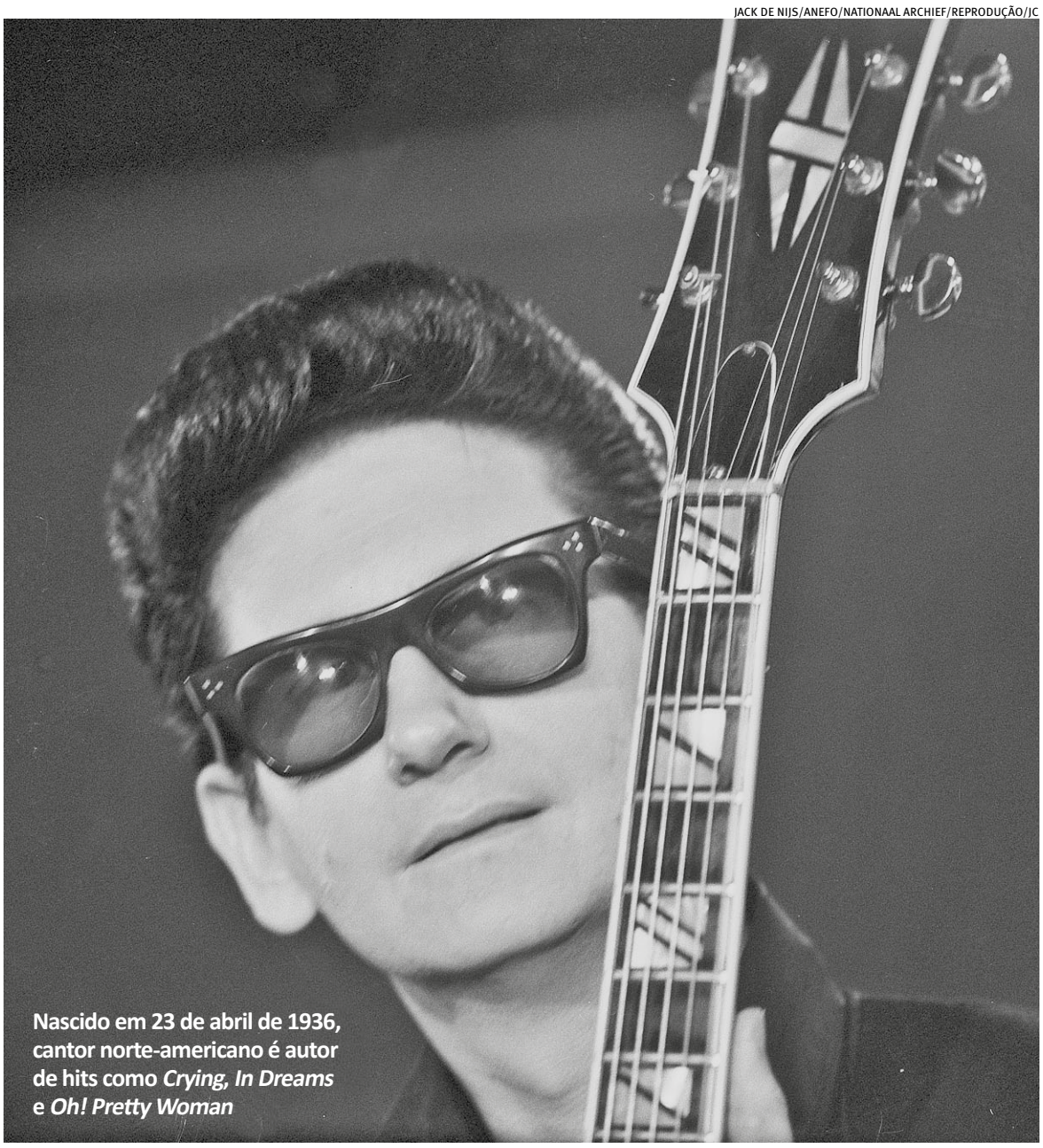
Editor: Igor Natusch
igor@jornaldocomercio.com.br

MEMÓRIA

Os 90 anos de Roy Orbison, a lenda do rock que chegou três vezes ao sucesso

Igor Natusch
igor@jornaldocomercio.com.br

JACK DE NIJS/ANEFO/NATIONAAL ARCHIEF/REPRODUÇÃO/JC



Nascido em 23 de abril de 1936, cantor norte-americano é autor de hits como *Crying*, *In Dreams* e *Oh! Pretty Woman*

No mundo da música, um artista pode se considerar sortudo se conseguir conquistar, uma vez que seja, o estrelato. Imagine-se, então, a emoção do cantor e guitarrista Roy Orbison ao gravar, em setembro de 1987, o especial de televisão *A Black and White Night* - um evento que marcava não o primeiro, mas o segundo auge da carreira do músico. Cercado de convidados do quilate de Bruce Springsteen, Bonnie Raitt, k.d. lang e Tom Waits, o cantor - nascido há exatos 90 anos, em 23 de abril de 1936 - parecia não apenas extasiado, mas sinceramente surpreso com a adulação que recebia. "Se houver qualquer coisa que eu possa fazer por você, me ligue", dizia ele aos muitos famosos que subiram ao palco com ele naquela noite. Uma forma comovida e ligeiramente desajeitada de demonstrar sua gratidão pelo que talvez considerasse uma gentileza exagerada, que talvez nem merecesse de verdade.

Estava enganado, é claro. A verdade é que merecia sim, e muito, todas as honrarias. Mais do que um dinossauro da indústria surfando uma onda saudosista, Orbison havia reconquistado o estrelato praticamente do zero, com material novo e relevância renovada. Já cinquentão, o músico conquistou seus primeiros Grammy, com as gravações de *That Lovin' You Feelin' Again* (em parceria com Emmylou Harris) e *Crying* (ao lado de k.d. lang), e a participação no supergrupo The Travelling Willburys - ao lado de lendas (e fãs) como George Harrison, Tom Petty e Bob Dylan - foi um estrondoso sucesso de vendas. Músicos tão díspares como Bruce Springsteen, Glenn Danzig e a banda Van Halen estavam fazendo sucesso com regravações suas, e o uso do clássico *In Dreams* como trilha sonora de *Veludo Azul*, de David Lynch, o recolocou de vez no imaginário das multidões - ao ponto de um filme com sua história ser fortemente cogitado à época, com Martin Sheen no papel principal. Diante do inesperado retorno ao sucesso, Roy Orbison chegou a fazer uma rigorosa dieta para perder peso e melhor resistir às exigências das turnês - mas, ao mesmo tempo, concedia entrevistas com um misto de surpresa e quase desconfiança. "A verdade é que eu ainda não consigo acreditar nisso tudo", disse o mestre do rock norte-americano, em mais de uma ocasião.

Talvez lembrasse, nessas ocasiões, da sua primeira jornada ao sucesso - de como tinha sido difícil chegar lá, e de como tinha sido empurrado para o lado, rumo à obscuridade, quase sem perceber. Nascido em Vernon, no Texas, cantava no rádio desde os nove anos, e começou a tocar em bandas com treze, desde então determinado a viver da música a qualquer custo. No cenário musical da virada dos anos 1950, ser um compositor e manter uma banda na estrada eram carreiras quase distintas: Orbison queria a primeira, mas precisou investir na segunda durante anos para conseguir pagar as contas, por vezes com muita dificuldade. Mesmo com o apoio de artistas como Johnny Cash, Orbison só começaria a fazer sucesso de verdade na terceira gravadora, a Monument Records, a partir do single *Only the Lonely* - em 1960, quando o cantor já tinha mais de uma década como profissional da música. Além da dificuldade em conquistar as paradas, sua aparência também não ajudava: usava lentes fundo de garrafa (depois substituídas por óculos escuros), vestia-se sempre de preto e ficava praticamente estático no palco, longe das danças e movimentos coreografados de vários pioneiros do rock.

Mas o sucesso veio, e veio como um turbilhão. Ficou famosa no anedotário do rock a ocasião em que excursionou pela Inglaterra em 1963, ao lado de ninguém menos que os Beatles. Mesmo sendo o artista mais experiente, pediu para ir ao palco primeiro na noite inaugural da turnê - e teria feito tanto sucesso que foi chamado para o bis nada menos que 14 vezes, sendo agarrado e impedido de voltar na última delas pelos apavorados John Lennon e Paul McCartney. Felizmente, todos ficaram amigos pelo caminho, e os Fab Four repetidamente falaram sobre a admiração que sentiam pela música do norte-americano. Sucessos como *In Dreams*, *It's Over* e *Oh! Pretty Woman* mostravam as grandes características do músico: seus arranjos complexos, muitas vezes fora do padrão, e a voz poderosa, que alcançava quatro oitavas sem perder a potência dramática.

Tudo ruiu a partir de 1966, com a morte da esposa Claudette em um acidente automobilístico. Depois de uma separação dolorosa, causada por traições mútuas, os dois haviam se reconciliado recentemente. O natural luto pela tragédia coincidiu com o auge da Invasão Britânica nas rádios dos EUA, fazendo com que Orbison sumisse das paradas. Em 1968, novo momento de dor: seus dois filhos mais velhos morrem em um incêndio em sua casa no Tennessee, e Orbison fica tão deprimido que, durante anos, quase não consegue mais escrever novas canções. Embora tenha seguido a carreira sem grandes interrupções durante as décadas, a verdade é que Roy Orbison desapareceu do grande público: diz-se que um show em Cincinnati, em homenagem ao seu 40º aniversário em 1976, teve menos de 200 pessoas na plateia.

Eis que, contra os prognósticos, Roy Orbison voltou a ser uma estrela. E estava vivendo o auge desse revival quando a morte o surpreendeu, em 6 de dezembro de 1988: foi visitar sua mãe e o filho Wesley, em um intervalo antes de turnês pela Europa e EUA, e acabou sofrendo um ataque cardíaco fulminante no banheiro, sendo encontrado já sem vida. Fiel à aura de certo mistério que sempre envolveu sua figura pública, e atendendo a desejos do próprio músico, foi enterrado em uma sepultura sem lápide, de forma que as pessoas em geral nunca soubessem onde seu corpo está.

E se é curioso que um artista consiga estourar nas paradas em duas situações distintas, que dizer de alguém que chega lá uma terceira vez, depois da morte? Assim foi com Roy Orbison: singles póstumos como *I Drove All Night* e *You Got It* fizeram grande sucesso, e ele foi, em 1989, o primeiro artista desde Elvis Presley a, depois do falecimento, chegar ao top 5 dos EUA com dois discos diferentes: *Traveling Wilburys Vol. 1*, em quarto lugar, e o LP *Mystery Girl* em quinto. Uma honraria na qual o próprio Orbison, em algum lugar do lado de lá, deve ter tido até dificuldade em acreditar.

ines249

Jornal do Comércio

www.jornaldocomercio.com

Porto Alegre, quinta-feira, 23 de abril de 2026

fechamento

Lotação

Atendendo a um pedido da Associação dos Transportadores de Passageiros por Lotação (ATL), a tarifa do transporte seletivo por lotação em Porto Alegre será fixada em R$ 9 a partir da próxima segunda-feira, 27. O decreto nº 23.747, que regulamenta o novo valor, foi publicado ontem em edição extra no Diário Oficial de Porto Alegre (Dopa). O reajuste ocorre após quase quatro anos sem atualização tarifária, sendo o último em julho de 2022.

Sabatina

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal reagendou para a próxima quarta-feira a sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias. Ele foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal. A data havia sido adiantada para o dia 28 pela proximidade com o feriado do Dia do Trabalhador. Os parlamentares temiam que a sessão ficasse esvaziada, como justificou o relator Weverton Rocha (PDT-MA) na semana passada.

Pecuária Familiar

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul realiza nesta quinta-feira, às 10h, audiência pública para debater políticas de desenvolvimento da bovinocultura e ovinocultura, com foco na pecuária familiar. Proposta pelo deputado Adão Pretto Filho (PT) e conduzida pelo presidente da Comissão, Zé Nunes (PT), a iniciativa reúne setor e autoridades no Plenarinho para discutir incentivos e estratégias ao campo.

Ceasa

A Ceasa/RS vai formalizar nesta sexta-feira, 24 de abril, a troca da presidência da instituição. Deixa o cargo de diretor-presidente Carlos Siegle de Souza, que esteve à frente da Ceasa desde maio de 2023. Assume a presidência Ailton dos Santos Machado, nomeado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul. Com experiência na gestão pública, Ailton já presidiu a Ceasa anteriormente e, mais recentemente, atuava como diretor comercial do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga).

Nota eletrônica

Produtores rurais do Rio Grande do Sul devem ficar atentos às novas alterações na documentação fiscal. A partir de 1º de maio, a nota fiscal em papel, conhecida como "talão do produtor", não poderá mais ser utilizada. Será preciso emitir a nota eletrônica. A documentação eletrônica já era obrigatória desde janeiro para os mais de 800 mil produtores rurais que atuam no território gaúcho.

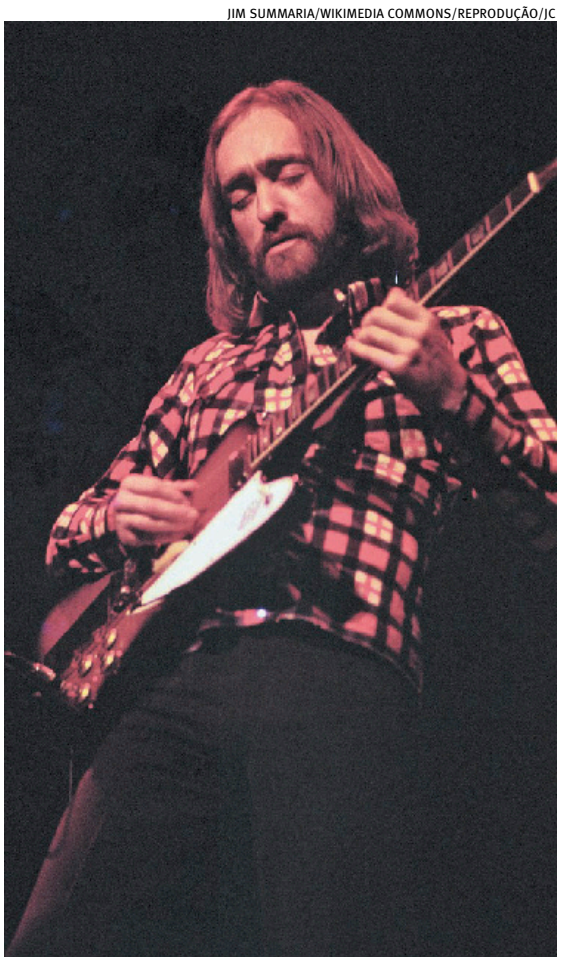
em foco

Guitarrista da banda Traffic e autor de *hits* do rock mundial como *Feelin' Alright?*,

Dave Mason

morreu no último domingo, aos 79 anos, informou a família na quarta-feira. A causa da morte não foi confirmada, mas, em outubro, Mason se aposentou das turnês devido a problemas crônicos de saúde. Mason começou sua carreira como um dos fundadores da banda inglesa e psicodélica Traffic, nos anos 1960, lançando hits como *Hole in My Shoe*. Em 1967, pouco depois da faixa alcançar a segunda posição nas paradas, ele deixou o grupo. O guitarrista seguiu a carreira solo, lançando outras canções de sucesso como *Only You Know and I Know* e *We Just Disagree*. Mason participou de gravações dos Rolling Stones, Jimi Hendrix e George Harrison, tocou ao lado de Eric Clapton em uma turnê com Delaney & Bonnie and Friends e colaborou com o Fleetwood Mac no início dos anos 1990. "Sou uma espécie de Forrest Gump do rock", brincou, certa vez, em declaração para o USA Today, em 2024.

JIM SUMMARIA/WIKIMEDIA COMMONS/REPRODUÇÃO/JC



TÂNIA MEINERZ/JC

Após dois shows com lotação esgotada em Porto Alegre, o grupo

TNT

retorna ao Araújo Vianna (Osvaldo Aranha, 685) nesta sexta-feira, às 21h, para um show diretamente conectado ao início de sua trajetória. A noite celebra o álbum de estreia *TNT I* (1986), marco fundamental na história da banda e do rock gaúcho. Ainda há ingressos à venda, entre R$ 100,00 e R$ 800,00, no Sympla. O show traz um repertório exclusivo, pensado especialmente para esta data. Canções que nasceram junto com a icônica capa das flores — como *Cachorro Louco*, *Ana Banana*, *Identidade Zero* e *Oh! Deby* — voltam ao centro do palco, ao lado de outros hits que marcaram um período de intensa efervescência do rock nacional. O show terá participação especial da Orquestra do Colégio Marista Rosário, realçando os arranjos de canções que permanecem fortes no coração roqueiro de diferentes gerações.

Em 23 de abril é comemorado o

Dia Mundial do Livro,

data com origem na Catalunha e que, atualmente, refere-se ao falecimento do espanhol Miguel de Cervantes. Inspirada pelo exemplo catalão, e buscando estimular a reflexão sobre a leitura, a indústria de livros e a propriedade intelectual, a Unesco institui, em 1955, a data de 23 de abril como o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor. No Brasil, também celebra-se o Dia Nacional do Livro, em 29 de outubro, data de fundação da Biblioteca Nacional. Em homenagem ao nosso companheiro de celulose e aos escritores e escritoras, sem os quais os livros não existiriam, a repórter Andressa Pufal elaborou uma lista de 10 livros escritos por gaúchos para ler (ou começar a ler) nessa data - desde Caldre Fião a Erico Verissimo, passando por Dyonélio Machado e chegando a nomes recentes como Julia Dantas e Daniel Galera. Confira a matéria completa no site do JC.

previsão do tempo

FONTE: METSUL METEOROLOGIA

Rio Grande do Sul

As projeções atualizadas reduziram a intensidade do frio sobre o Estado e deixaram o ar mais gelado sobre o Uruguai, mas ainda irá refrescar. O ar frio chega às cidades de fronteira com o Uruguai, com previsão de mínimas ao redor de 11 a 13°C na Campanha e na Serra Sudeste. Em grande parte do Estado a temperatura oscilara na casa dos 17 a 19°C. A instabilidade toma conta do Estado. Pancadas de chuva de forte intensidade e temporais muito isolados poderão ocorrer, especialmente na segunda metade do dia.

11° 30°

Porto Alegre

O sol até poderá aparecer nas primeiras horas da manhã, porém, a tendência é de aumento de nuvens e pancadas de chuva. Não se afasta chuva forte isolada. Para a sexta-feira, a previsão é de tempo instável com chuva a qualquer hora. Há potencial para chuva moderada a forte e não se afasta chance de alagamentos.

20° 24°

PORTO ALEGRE NOS PRÓXIMOS DIAS

Sexta-feira	Sábado	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira
23° 20°	24° 19°	25° 18°	19° 14°	19° 10°

ines249

Jornal do Comércio

2º Caderno

Porto Alegre, quinta-feira, 23 de abril de 2026 - Nº 231 - Ano 93

PUBLICIDADE LEGAL

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 257/2026. Edital: Concorrência Nº 6/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM CBUQ NAS RUAS AFONSO TOCHETTO, RODOLFO FIGUR E ANGELO GIACOMETTI - CONTRATO DE REPASSE Nº 976369/2025/MCIDADES/CAIXA - MINISTÉRIO DAS CIDADES. Entrega dos Envelopes: 09:00. Horário: 12 de maio de 2026. Abertura dos Envelopes: 09:00. Horário: 12 de maio de 2026. Edital: Av. Firmino Girardello, nº 85 - Centro, Getúlio Vargas – RS, pelo fone (54) 3341-1600 ramal: 235 ou pelo site: www.pmgv.rs.gov.br.

Getúlio Vargas, 17 de abril de 2026.

PEDRO PAULO PREZZOTTO, Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Tupandi

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de computadores, notebooks e chromebooks para diversas secretarias do Município, conforme descrição no Edital e seus anexos. Abertura dia 06/05/2026, às 09h00min, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Edital disponível no Site:www.tupandi.rs.gov.br. Informações complementares pelo telefone (51) 3635-8040.

Paulinho Ludwig, Prefeito Municipal.

Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A

CGCMF nº 03.146.349/0001-24

CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e em Assembleia Geral Extraordinária, que serão realizadas no dia 30 de abril de 2026, às 10 horas, na Rua Furriel Luiz Antônio Vargas, 250 - Conjunto 1304, Porto Alegre, RS, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: I. Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciação das Demonstrações Financeiras e Relatórios de Administração da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2024; (ii) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; (iii) Deliberação sobre a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberação sobre a assunção de membro suplente ao cargo de membro titular do Conselho de Administração. **II. Assembleia Geral Extraordinária** (i) Fixação do montante de recursos destinados à remuneração dos administradores. Porto Alegre, 16 de abril de 2026.

Alex Mendes Sarandy dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A.

CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A. ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 14hs30min. (quatorze horas e trinta minutos), na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 1450, Auxiliadora, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 90.480-001, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(b)** deliberar sobre a destinação dos resultados apurados pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(c)** Eleger os membros do conselho de administração da Companhia; **(d)** Examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2026.

Porto Alegre, RS, 20 de abril de 2026

Sérgio Antônio L. de Mello Saraiva
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA DOS VALOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
PROCESSO Nº 29/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços comuns de engenharia, consistentes na obra de ampliação da EMEI Vó Justina Rossato – Pró-Infância, localizada no município, compreendendo a construção de área adicional de 68,70 m², com utilização de paredes em alvenaria e gesso acartonado, piso em porcelanato, forro em gesso acartonado e cobertura em aluzinco, com recursos provenientes do Governo Federal (programas VAAR e Escola em Tempo Integral). Propostas: de 22/04/2026 até as 09h00min do dia 08/05/2026, no https://bllcompras.com/. Abertura: 07/05/2026, às 09h01min, no https://bllcompras.com/ Edital no https://bllcompras.com/ e no <www.pmfv.rs.gov.br>. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, Rua Rubert, 900, de 2a a 6a-feira, das 8 às 12 e das 13:30 às 17h, pelo telefone (55) 3328-1133 ou pelo e-mail pmlicita@pmfv.rs.gov.br.

Fortaleza dos Valos/RS, 14 de abril de 2026.

PAULO CEZAR MARANGON, Prefeito Municipal

TRAMONTINA S/A – Carlos Barbosa/RS – CNPJ: 55.314.965/0001-40 – NIRE: 43300080293

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO – Convocamos os Acionistas da Tramontina S/A a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 9h (nove horas), na sede social da Companhia, situada na Avenida Ivo Tramontina, nº 1024, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa/RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras. 2. Eleger os membros do Conselho de Administração. 3. Fixar o montante global anual da remuneração da Diretoria e deliberar sobre a remuneracão do Conselho de Administracão. Carlos Barbosa/RS, 17 de abril de 2026. **Marcos Tramontina – Diretor**

EXTRAVIO/ROUBO DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR

MIGUEL ANGELO ANTONIOLI, INSCRITO NO CGC/TE SOB Nº 029/1142486 TRAVESSÃO CREMONA ANA RECH, EM CAXIAS DO SUL, COMUNICA O EXTRAVIO DO TALÃO DE PRODUTOR TIPO: P SÉRIE 157 DA NOTA FISCAL 182031 A 182040. O MESMO NÃO SE RESPONSABILIZA PELO USO DESTAS NOTAS FISCAIS. OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 170247/2026/40010.

ASCOL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUÍPE

Adesão a Ata de Registro de Preços - Registro de Preços de Outros Órgãos nº 004/2025

Paulo Roberto Dalla Corte, Pref. De Catuípe/RS, torna público a adesão a Ata de Registro de Preços nº 001/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 003/2024,realizado pelo Consórcio de Municípios da Mogiana - CMM, com o objetivo de FORNECIMENTO DE KIT DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS DE APOIO A APRENDIZAGEM NAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA COM MÓDULOS PARA ALUNOS E PROFESSORES, QUE CONTEMPLEM LIVROS DIDÁTICOS E MANUAIS DOS PROFESSORES. Fornecedor: A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA, CNPJ: 01.795.809/0001-10, Valor de até R$ 124.189,38.

Catuípe/RS, 22 de Abril de 2026. **PAULO ROBERTO DALLA CORTE, Prefeito Municipal de Catuípe**

SINJOR-RS

SINDICATO DOS VENDEDORES DE JORNAIS E REVISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sede Própria: Rua dos Andradas, 1560 – salas 2415/2416 – CEP 90026-900.
Fones: 3224-6318 – Porto Alegre – RS

ELEIÇÕES SINDICAIS
AVISO

No dia 12 de maio de 2026, das 10:00 às 17:00 horas, na Sede da Entidade, à Rua dos Andradas, nº1560 -sala 2416 -24º andar-Galeria Malcon , nesta capital, será realizada a Eleição de sua Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes. O registro das chapas, poderá ser requerido no horário de 10:00 às 17:00 horas, dentro do prazo de três (03) dias a contar da publicação do presente aviso. Caso não seja obtido quorum em 1ª convocação, a Eleição em 2ª votação, será realizada no dia 21 de maio de 2026 e não conseguido o quorum, a Eleição se processará em 3ª votação no dia 29 de maio de 2026, no mesmo horário acima mencionado. O Edital de convocação das Eleições encontra-se afixado na Sede da Entidade.

Porto Alegre, 22 de abril de 2026.
Ernesto Pereira da Silva - Presidente

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a **ALTERAÇÃO DO SEGUINTE PROCESSO LICITATÓRIO: Licitação nº 24/2026, Chamamento Público nº 04/2026** – Contratação de Projetos de Arquitetura, Engenharia, Infraestrutura e Geotecnia no Município de São Francisco de Paula/RS**. Licitação nº 24/2026, Pregão Eletrônico nº 24/2026** – **Data de Abertura: 20/05/2026, às 09h30min** – Registro de preços para aquisição de tinta específica para equipamento de pintura viária. A sessão do pregão eletrônico será realizada através do Portal de Compras Públicas, no link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações disponíveis no site: www.saofranciscodepaula.rs.gov.br. 23 de abril de 2026. Thiago Carniel Teixeira, Prefeito.

NÚCLEO COMUNITÁRIO E CULTURAL BELÉM NOVO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Administração, no uso de suas atribuições e na forma dos artigos 19º e 20º do Estatuto Social, convoca os senhores Conselheiros, Diretores e demais Membros da Entidade para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na forma presencial e, concomitantemente, na forma de vídeo conferência, na sede da Entidade, à Avenida Juca Batista, nº 7570, em Porto Alegre/RS, no dia 28 de abril de 2026, às 19h em primeira chamada e às 19h30min em segunda e última chamada, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1 - Prestação de Contas do exercício 2025, com parecer do Conselho Fiscal;
2 - Plano Orçamentário para o Exercício de 2026;
3 - Movimentação de Conselheiros;
4 - Assuntos Gerais.

Porto Alegre, 24 de abril de 2026.
Luiz Francisco Barreto
Presidente do Conselho de Administração

APAE Porto Alegre - RS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PORTO ALEGRE, APAE de Porto Alegre, com sede nesta cidade, Rua General Jonathas Borges Fortes, 297, Bairro Glória, devidamente representada por sua Presidente Marilda Cruz Nonnemacher, CONVOCA todos os associados especiais e contribuintes que tem suas obrigações sociais e financeiras, conforme o art. 23 combinado com o art. 25, inciso V, ambos de seu estatuto, para Assembleia Geral Ordinária que será realizada na Unidade Dr. João Alfredo de Azevedo, situada na Rua Cataratas Andreatta, 80, Bairro Vila Nova, no dia 23 de maio de 2026 (sábado) sendo a primeira convocação às 09:00h com a maioria dos associados e em segunda convocação às 09:30h, com qualquer número de associados e com a seguinte Ordem do Dia: a) apresentação e aprovação do Relatório de Atividades de 2025; b) apresentação e aprovação das contas do exercício de 2025, com o parecer do Conselho Fiscal da APAE Porto Alegre.

Porto Alegre, 23 de Abril de 2026.

Marilda Cruz Nonnemacher
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ

Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2026

O Daeb - Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé torna público que, no dia 06 de maio de 2026, será realizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, através do site www.pregaobanrisul.com.br, com início às 10 horas, pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DO ITEM REMANESCENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 0040/2025 - CONTEINERS, 20 PÉS, PADRÃO INTERNACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO INTERMODAL – PADRÃO CLASSE A TAMANHO MÍNIMO DE 6 METROS DE COMPRIMENTO X 2,30 METROS DE LARGURA X 2,50 METROS DE ALTURA, PARA O SETOR OPERACIONAL DO DAEB. Informações pelo telefone (53) 32407800 - Ramal 221 ou pelo e-mail: licitacoes@daeb.com.br

MAX GERALDO MEINKE
Diretor Geral do Daeb

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ

Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2026

O Daeb - Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé torna público que, no dia 06 de maio de 2026, será realizada a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, através do site www.pregaobanrisul.com.br, com início às 14 horas, pelas condições estabelecidas no presente edital e seus anexos visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) VEÍCULOS AUTOMOTORES LEVES, DO TIPO PICK-UP DE PEQUENO PORTE. Informações pelo telefone (53) 32407800 - Ramal 221 ou pelo e-mail: licitacoes@daeb.com.br

MAX GERALDO MEINKE
Diretor Geral do Daeb

PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ/RF nº 93.169.340/0001-21 - NIRE 43.3.0003125-0

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas da PALUDO PARTICIPAÇÕES S.A. para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (a "AGOE"), que se realizará às 10 horas do dia 30 de abril de 2026, sob a forma exclusivamente digital e remota, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei 6.404/1976 e do disposto na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, a saber: Em Assembleia Geral Ordinária. (a) Discutir, examinar e votar as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Em Assembleia Geral Extraordinária. (c) deliberar sobre o cancelamento de 743 (setecentos e quarenta e três) ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução do capital social; e, d) a alteração do art. 5º e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir, se aprovada, a modificação decorrente do item (c) da ordem do dia.

INFORMAÇÕES GERAIS: 1. *Documentos à disposição dos acionistas*. Os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados na AGOE encontram-se disponíveis aos acionistas (i) na sede social da Companhia, (ii) bem como nas versões digital e impressa do Jornal do Comércio, conforme a edição do dia 30 de março de 2026, na página 9 da versão digital e da versão impressa. 2. *Participação dos acionistas na AGOE*. Os acionistas, por meio de seus representantes legais ou por procurador devidamente constituído, participarão e votarão virtualmente na AGOE, com a câmera do seu dispositivo eletrônico ativada e acionada durante todo o curso da AGOE. Para participarem virtualmente da AGOE por meio da Plataforma Digital, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico camilla.oliveira@vipal.com.br, até às 14 horas do dia 24 de abril de 2026. A solicitação deverá estar acompanhada da identificação e e-mail para contato do acionista e de seu representante legal ou, se for o caso, de seu procurador constituído que comparecerá à AGOE, incluindo os documentos necessários para a sua participação, conforme discriminados no item 3 abaixo. Visando à segurança da AGOE, o acesso à Plataforma Digital será restrito aos acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 14 horas do dia 24 de abril de 2026). Dessa forma, caso os acionistas não enviarem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGOE. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização (ou seja, até às 14 horas do dia 29 de abril de 2026), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail camilla.oliveira@vipal.com.br ou telefone (51) 32053555, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. 3. *Documentação necessária à participação do acionista*. Solicita-se aos acionistas que seus representantes legais compareçam à AGOE munidos da documentação societária comprobatória dos poderes de representação e, para aqueles que desejam ser representados por seus respectivos procuradores que observem o disposto no §1º do art. 126 da Lei 6.404/76. Caso o acionista seja representado por seus representantes legais, apresentar: (i) último estatuto social ou contrato social consolidado e registrado perante a Junta Comercial; (ii) ato que comprove a eleição e os poderes do representante legal; (iii) documento de identidade com foto do representante legal (RG, CPF, Passaporte). Caso o acionista seja representado por procurador, apresentar instrumento de mandato cujo procurador tenha sido constituído há menos de um ano, devendo ser um acionista, administrador da Companhia ou advogado. 4. *Informações adicionais*. A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio da Plataforma Digital. Recomenda-se que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). Em caso de qualquer dúvida com relação aos procedimentos da AGOE, entrar em contato por meio do endereço eletrônico camilla.oliveira@vipal.com.br. Porto Alegre, RS, 20 de abril de 2026. **Arlindo Paludo** - Presidente do Conselho de Administração.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 7ª REGIÃO CRPRS

CONCURSO PÚBLICO 01/2026 - EDITAL Nº 07/2026 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS E DISCURSIVA

A Conselheira Presidenta do CRP/RS, no uso de suas atribuições legais, torna de conhecimento público, por este Edital, a data e os horários de realização das Provas Teórico-Objetivas e Discursiva, que ocorrerão no município de Porto Alegre/RS, no dia 03/05/2026, DOMINGO, nos turnos manhã e tarde. DA DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS: 1.1. 1.1. DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – TURNO MANHÃ. 1.1.2. DOS TEMPOS DE PROVA: a) A essa candidata terá 03 (três) horas e 30 (trinta) minutos para a resolução da Prova Teórico-Objetiva e o preenchimento da Folha de Respostas Definitiva. b) Horário de apresentação das pessoas candidatas: 08 (oito) horas. c) Horário de fechamento dos portões: 09 (nove) horas. d) Início das provas: 09 (nove) horas e 20 (vinte) minutos. 1.2. DO CARGO DE ASSESSOR TÉCNICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – TURNO MANHÃ. 1.2.1. 1.2.1. DOS TEMPOS DE PROVA: a) A pessoa candidata terá 04 (quatro) horas para a resolução da Prova Teórico-Objetiva, Produção Textual e o preenchimento da Folha de Respostas Definitiva. b) Horário de apresentação das pessoas candidatas: 08 (oito) horas. c) Horário de fechamento dos portões: 09 (nove) horas. d) Início das provas: 09 (nove) horas e 20 (vinte) minutos. 1.3. DOS CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO E MÉDIO - TURNO TARDE. 1.3.1. DOS TEMPOS DE PROVA: a) A pessoa candidata terá 03 (três) horas e 30 (trinta) minutos para a resolução da Prova Teórico-Objetiva e o preenchimento da Folha de Respostas Definitiva. b) Horário de apresentação das pessoas candidatas: 14 (quatorze) horas. c) Horário de fechamento dos portões: 15 (quinze) horas. d) Início das provas: 15 (quinze) horas e 20 (vinte) minutos. 1.4. As pessoas candidatas devem chegar com antecedência para evitar aglomerações, visto que, antes de entrarem na sala, deverão guardar seus pertences, assim como respeitar o distanciamento nas filas para ingresso no recinto de prova. 1.5. A pessoa candidata deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início. 1.6. A pessoa candidata só poderá retirar-se do recinto da prova portando o caderno de questões após 02 (duas) horas do início. 1.7. O controle e o aviso do horário são de responsabilidade do fiscal de sala. 1.8. A pessoa candidata deverá consultar o seu local de prova, bem como o número da sala, pelo site www.fundatec.org.br, através do link "Consulta da Data, Hora e Local da Prova Teórico-Objetiva e Discursiva". 2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 2.1. Todos os horários determinados por esse Edital seguirão conforme horário de Brasília/DF. 2.2. Serão obedecidos todos os procedimentos descritos nos itens 7 e 8 do Edital de Abertura durante a realização das provas. 2.3. No local de prova, serão observados os cuidados de vigilância sanitária conforme orientações legais vigentes. 2.3.1. Às pessoas com sintomas gripais, recomenda-se o uso de máscara de proteção durante a realização das provas.

JENIFFER MOREIRA DE MELLO
Conselheira Presidenta

ines249

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar

CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

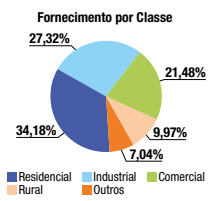
Relatório da Administração

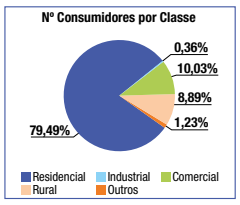
Senhores Acionistas:
A administração da **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S.A. - ELETROCAR** apresenta a Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas e Demonstrativos adicionais, dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração, bem como um resumo das principais atividades desenvolvidas pela empresa contidos no Relatório da Administração, **relativas ao exercício social de 2025**.

Área de concessão e atuação
A Eletrocar atende os municípios de Carazinho, Chapada, Coqueiros do Sul, Santo Antônio do Planalto e Almirante Tamandaré do Sul nas áreas urbanas e rurais e nos municípios de Colorado e Selbach, somente a área urbana. Sua sede está localizada no município de Carazinho, região norte do estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km da capital, Porto Alegre, pela BR 386.
A Eletrocar é uma empresa concessionária dos serviços públicos de energia elétrica, tendo sua concessão de distribuição estabelecida com a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, até 07/07/2045 conforme 4º aditivo ao contrato de nº 084/2000 de 18/10/00.

Mercado
A ELETROCAR atende em sua área de concessão um total de 40.456 consumidores, apresentando um crescimento de 0,73% em relação a 2024 com incremento de 295 novos consumidores, já o consumo em MWh teve um aumento de 7,06% no mesmo período.

	MWh			Nº Consumidores		
Mercado/Classes	**2025**	**2024**	**Var %**	**2025**	**2024**	**Var %**
Residencial	85.594	80.687	6,08	32.159	31.861	0,94
Industrial	68.415	62.012	8,58	148	152	(2,63)
Comercial	53.782	50.770	5,93	4.058	4.035	0,59
Rural	24.976	22.571	10,63	3.596	3.631	(0,99)
Outros*	17.633	16.841	4,70	495	483	2,70
Total	**250.400**	**232.881**	**7,06**	**40.456**	**40.161**	**0,73**





Investimentos

Imobilizações/R$ do ano	**2025**	**2024**	**2023**
Redes de Distribuição	5.890.399	6.488.261	5.676.064
Linhas de Transmissão	–	–	–
Subestações	1.131.851	99.254	211.569
Terrenos/Edificações	12.940	0	288.466
Medidores/Tele medição	1.187.109	1.099.701	818.718
Veículos	–	–	–
Equipamentos	323.189	158.405	116.023
Total das Imobilizações	**8.545.488**	**7.845.622**	**7.110.840**
Valores Adicionados por atividade	**2025**	**2024**	**2023**
Distribuição	8.280.730	7.747.843	7.013.061
Administração	264.758	97.779	97.779
Total das Imobilizações	**8.545.488**	**7.845.622**	**7.110.840**

Desempenho Econômico Financeiro

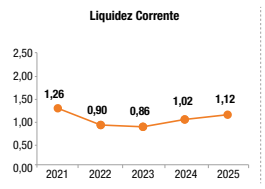
Receita operacional:
A receita operacional bruta da Companhia totalizou R$185.209.314,85 em 2025 ante R$175.698.422,95 em 2024, um aumento de 5,41%.
A receita de fornecimento de energia elétrica faturada foi de R$145.890.349,95 em 2025 ante R$134.076.480,68 em 2024 tendo um aumento de 8,81%.

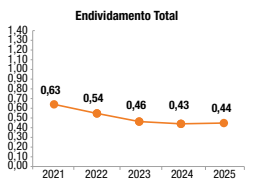
Despesas operacionais e deduções a receita:
As despesas operacionais totalizaram R$182.733.004,49 em 2025 ante R$171.893.913,63 em 2024, com um aumento de 6,31%.

Endividamento:
Neste exercício, o endividamento líquido passou de R$869.733,19 em 2024, para R$7.829.107,49 em 2025, tendo um aumento de R$6.959.374,30, um aumento de 800,17%, representando 11,00% de comprometimento do patrimônio líquido, tendo seu reflexo no financiamento de obras de novas subestações de energia.

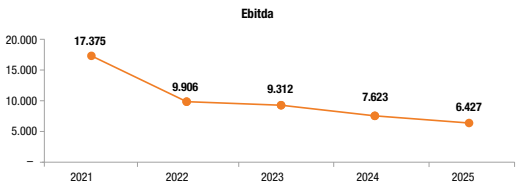
Resultado Líquido: Em 2025, a Companhia registrou um lucro líquido de R$3.206.911,75, ante um lucro de R$3.196.950,26 em 2024, tendo um aumento de 0,31%.

Resumo da Demonstração do Resultado	**2025**	**2024**	**Variação %**
Receita das operações	185.209	175.698	5,41
Deduções a receita	(61.849)	(54.358)	13,78
Custo com energia elétrica	(78.789)	(76.723)	2,69
Demais despesas operacionais	(42.095)	(40.812)	3,14
Resultado Operacional do Serviço Público	**2.476**	**3.805**	**(34,91)**
Resultado financeiro	(2.470)	(1.941)	27,25
Lucro antes dos impostos	**6**	**1.864**	**(99,65)**
I. renda e contribuição social	(525)	(1.692)	(68,74)
Reversão juros Capital próprio	3.726	3.025	23,13
Lucro líquido do exercício	**3.207**	**3.197**	**0,31**





EBITDA	**2025**	**2024**
Lucro Líquido antes IR/CS	3.207	3.197
Impostos	525	1.692
Reversão Juros JCP	(3.726)	(3.026)
Redito financeiro	2.470	1.941
(+) Depreciação/Amortização	3.950	3.819
Ebitda	**6.426**	**7.623**



Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

		Legislação Societária	
Ativo	**NE**	**2025**	**2024**
Circulante		**42.094**	**38.163**
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.1	1.481	2.884
Consumidores	7.2	18.745	15.198
Serviços em Curso	7.3	938	650
Tributos a Compensar	7.4	603	551
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	7.863	5.937
Créditos a Receber	7.8	7.498	7.677
Estoques	7.9	4.725	5.069
Despesas Antecipadas	7.10	241	197
Não Circulante		**84.678**	**82.907**
Consumidores	7.2	1.997	2.536
Investimentos temporários	7.7	246	161
Tributos a Compensar	7.4	2.132	3.688
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	54	51
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	4.165	5.666
Outros Créditos	7.11	12	10
		8.606	**12.112**
Intangíveis - em Serviço	7.12	72.875	69.452
Intangíveis - em Curso	7.12	3.197	1.343
		76.072	**70.795**
Total do Ativo		**126.772**	**121.070**

		Legislação Societária	
Passivo	**NE**	**2025**	**2024**
Circulante		**37.605**	**37.424**
Fornecedores	7.13.1	7.638	8.839
Empréstimos e Financiamentos	7.13.6	1.836	2.006
Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.13.3	2.749	2.251
Tributos	7.13.2	4.310	2.346
Dividendos Declarados	–	54	55
Encargos Setoriais	7.13.4	1.803	1.178
Passivos Financeiros Setoriais	7.6	4.197	8.843
Outras Obrigações	7.13.5	14.909	11.906
Provisões Passivas	7.13.7	109	–
Não Circulante		**18.009**	**15.165**
Empréstimos e Financiamentos	7.13.6	5.231	794
Tributos	7.13.2	1.102	1.454
Encargos Setoriais	7.13.4	2.300	1.876
Outras Obrigações	7.13.5	30	868
Provisões Passivas	7.13.7	9.346	10.173
Patrimônio Líquido		**71.158**	**68.481**
Capital Realizado Atualizado	7.14.1	44.700	44.700
Reservas de Capital	7.14.2	371	233
Ajuste de Avaliação Patrimonial	7.14.3	18.133	19.526
Reservas de Lucros	7.14.4	7.954	4.022
Total do Passivo		**126.772**	**121.070**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31/12/25 e 31/12/24 - Valores em milhares de Reais

	Capital Realizado Atualizado	Reserva de Capital	Ajuste Avaliação Patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31.12.23 (R$)	**35.000**	**163**	**20.926**	**10.158**	**–**	**66.247**
Aumento Capital Social	9.700	–	–	(9.700)	–	–
Distribuição Dividendos/JCP	–	–	–	(436)	–	(436)
Realização/Ajustes de reservas	–	70	(1.400)	823		(507)
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	3.197	3.197
Destinações propostas à AGO:						
* Reserva Legal	–	–	–	160	(160)	–
* Reserva de Lucros	–	–	–	3.017	(3.037)	(20)
Saldos em 31.12.24 (R$)	**44.700**	**233**	**19.526**	**4.022**	**–**	**68.481**
Aumento Capital Social						
Distribuição Dividendos/JCP						
Realização/Ajustes de reservas	–	138	(1.393)	–	750	(505)
Lucro Líquido do exercício	–	–	–	–	3.207	3.207
Destinações propostas à AGO:						
* Reserva Legal	–	–	–	160	(160)	–
* Reserva de Lucros	–	–	–	3.772	(3.797)	(25)
Saldos em 31.12.25 (R$)	**44.700**	**371**	**18.133**	**7.954**	**–**	**71.158**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Valor Adicionado do Exercício Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária	
	2025	**2024**
Geração do Valor Adicionado:		
Receitas de venda de energia elétrica	176.254	168.267
Receita de construção de infraestrutura	8.955	7.432
Provisão p/contingências	(553)	(1.956)
	184.656	**173.743**
(–) Insumos		
Custo da energia comprada	78.789	76.724
Custo de construção de infraestrutura	8.955	7.432
Materiais	1.305	1.270
Serviço de terceiros	4.198	4.588
Encargos setoriais	25.269	20.106
Outros encargos	3.204	3.567
	121.720	**113.687**
Valor Adicionado Bruto	**62.936**	**60.056**
Depreciação e amortização	3.950	3.819
Valor Adicionado Líquido Gerado	**58.986**	**56.237**
Receitas financeiras	2.939	3.981
Valor Adicionado a Distribuir	**61.925**	**60.218**
Distribuição do Valor Adicionado:		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	10.087	9.065
Encargos sociais (exceto INSS)	774	705
Benefícios	4.290	3.821
Provisões	2.694	2.429
Indenizações trabalhistas	8	–
Custos imobilizados	(1.452)	(1.398)
	16.401	**14.622**
Governos:		
ICMS	22.175	20.400
PIS/COFINS	14.405	13.852
INSS	2.962	2.723
Imposto renda e contribuição social	525	1.692
Outros	89	108
	40.156	**38.775**
Financiadores:		
Despesas financeiras	1.683	2.896
Aluguéis	478	728
	2.161	**3.624**
Acionistas:		
Remuneração do capital próprio	3.726	3.026
Lucros retidos/prejuízos	(519)	171
	3.207	**3.197**
Valor Distribuído	**61.925**	**60.218**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

		Legislação Societária	
	NE	**2025**	**2024**
Receita Operacional	7.16	**185.209**	**175.698**
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	145.890	134.076
Subsídios tarifários	7.16.1	16.683	15.482
Suprimento - CCEE	7.16.1	2.354	824
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	7.589	13.716
Receita construção de infraestrutura concessão	7.16.1	8.955	7.432
Outras receitas	7.17	3.738	4.168
Deduções da Receita Operacional	7.18	**61.849**	**54.358**
Taxas regulamentares	7.18.1	25.269	20.106
ICMS	7.18.2	22.175	20.400
COFINS/PASEP/ISS	7.18.2	14.405	13.852
Receita Operacional Líquida		**123.360**	**121.340**
Custos Operacionais		**120.884**	**117.536**
Custo com Energia Elétrica	7.19	**87.745**	**84.155**
Energia elétrica comprada para revenda	7.19	55.756	52.539
Encargos de transmissão, conexão	7.19	20.570	21.834
Encargos e demais despesas setoriais	7.19	2.464	2.351
Custo de construção de infraestrutura concessão	7.19	8.955	7.431
Custos de Operação	7.20	**33.139**	**33.381**
Pessoal		19.363	17.345
Material		1.305	1.270
Serviços de terceiros		4.198	4.588
Depreciação e amortização		3.950	3.819
Provisões		553	1.956
Outras despesas		3.770	4.403
Lucro Operacional Bruto		**2.476**	**3.804**
Receita financeira	7.21	2.939	3.981
Despesa financeira	7.21	5.409	5.922
Resultando Financeiro		**(2.470)**	**(1.941)**
Resultado Operacional		**6**	**1.863**
Reversão juros capital próprio		3.726	3.026
Lucro antes Impostos		**3.732**	**4.889**
Contribuição social	7.15	149	468
Imposto de renda	7.15	376	1.224
Lucro Líquido do Exercício		**3.207**	**3.197**
Lucro p/Ação do Capital Social (R$)		2,01	2,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Período Findo em 31 de Dezembro - Valores em milhares de Reais

	Legislação Societária	
	2025	**2024**
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	**3.207**	**3.197**
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/amortização	3.950	3.819
Baixas ativo intangível	723	626
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	(718)	2.093
	3.955	**6.538**
Geração bruta de caixa	**7.162**	**9.735**
Consumidores	3.007	(106)
Impostos a compensar	(1.504)	9.961
Estoque	(344)	427
Despesas antecipadas	45	(54)
Serviços em curso	288	(128)
Ativos financeiros setoriais	1.926	(3.533)
Ativo não circulante	(1.411)	232
Créditos a receber e outros	(179)	(2.068)
	1.828	**3.351**
Fornecedores	(1.201)	53
Obrigações sociais e trabalhistas	498	207
Tributos	816	(5.428)
Encargos setoriais	1.048	576
Passivos financeiros setoriais	(4.645)	456
Demais passivos	2.164	367
	(1.320)	**(3.769)**
Juros sobre empréstimos	1.147	468
Juros e encargos de dívidas	162	317
Imposto de Renda e Contrib. Social	634	1.488
	1.943	**2.273**
Geração operacional de caixa	**2.071**	**4.888**
Atividades de financiamentos		
Empréstimos Pagamentos	(2.757)	(2.610)
Empréstimos obtidos	5.878	1.150
Dividendos e juros s/capital próprio	(1)	3.005
	3.120	**1.545**
Atividades de investimentos		
Investimentos no ativo intangível	(10.400)	(7.846)
Contribuição e doação do consumidor	1.075	1.481
Ajuste Reserva/avalição patrimonial	2.731	1.414
	6.594	**(4.951)**
Geração líquida de caixa	**(1.403)**	**1.482**
Saldo das disponibilidades		
No início do período	2.884	1.402
No fim do período	1.481	2.884
Aumento (redução) nas disponibilidades	**(1.403)**	**1.482**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2024 e 2025

1. Contexto operacional: A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia. Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 39.865 consumidores. A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul. A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias. Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do serviço público de energia elétrica. Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

2. Concessão: Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	*084/2000*	*4º*	*09/12/15*	*Distribuição*	*07/07/2045*

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente. O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão. **3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica:** No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X. A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2027. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. **4. Apresentação:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE" e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, versão 2022, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória 933 de 18 de maio de 2021 e do Despacho 2.904 de 17 de setembro de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias. As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletrocar.com.br a partir de 30 de abril de 2026. De acordo com a Instrução Contábil 6.3.14 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado. A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira da Aneel. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05): Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado. Na

continua→★

ines249

continuação

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo "bifurcado" em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. **5. Práticas Contábeis Específicas do Setor**: **5.1 - Plano de Contas** - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL. **5.2 - Ativos e passivos regulatórios** - A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela - A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não inclusas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada. Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis. **5.3 - Ativo imobilizado e depreciação** - Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada. Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço. A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução. Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais. Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo. **5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão** - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. **5.5 - Reserva de avaliação** - A reserva de avalição está representada pelo registro das avaliações regulatórias compulsórias, com base nas Revisões Tarifárias Periódicas, cuja contrapartida está vinculada aos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem e das Obrigações Especiais. Sua movimentação ocorre pela baixa dos bens que a geraram, bem como pelos encargos de depreciação. **6. Práticas Contábeis Gerais**: **6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa -** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros** - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. **6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o quê prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber. **6.4 - Estoques** - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. **6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados** - referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais. **6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica** - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado** - até 31/12/25 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores. **6.8 - Receita e Custo de Construção** - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a "zero", considerando que: - A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica; - Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção. **6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE -** São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei n° 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08. **6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias** - estão apresentados na conta "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no Passivo Circulante. **6.11 - Ativo Financeiro - Indenizável (concessão)** - refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão. **6.12 - Ativos Intangíveis** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social** - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais. **6.14 - Despesas pagas antecipadamente** - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas. **6.15 - Aplicações Financeiras** - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço. **6.16 - Pis/Cofins** - A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins. **6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial** - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025/2024, não houve indicativo de deterioração e em função. Esta avalição é feita a cada 05 anos através da Revisão Tarifária Periódica, a qual se dará em 2027. **6.18 - Empréstimos e financiamentos** - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos. **6.19 - Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica. **6.20 - Encargos setoriais** - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **6.21 - Dividendos** - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido. **6.22 - Provisões -** A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. **6.23 - Demais direitos e obrigações -** Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. **6.24 - Questões ambientais -** A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. **6.25 - Transações entre partes relacionadas -** As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. **6.26 - Demonstrações do valor adicionado** - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. **6.27 - Apuração do resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **7. Notas Explicativas: 7.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2025	2024
Caixa e depósitos bancários a vista	301	652
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	911	1.887
Numerário em Trânsito	269	345
Total	**1.481**	**2.884**

7.1.1 - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. **7.1.2** - Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário. **7.2 - Consumidores - Contas a Receber:**

Consumidores	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas + 90 dias	2025	2024
Residencial	3.985	1.659	1.171	**6.815**	**5.521**
Industrial	699	17	109	**825**	**662**
Comercial	1.866	325	437	**2.628**	**2.095**
Rural	1.273	164	37	**1.475**	**1.130**
Poder Público	287	7	–	**294**	**145**
Iluminação Pública	231	–	–	**231**	**187**
Serviço Público	124	–	–	**124**	**76**
Consumo Próprio	–	–	–	–	–
Consumidores livres	1.429	–	–	**1.429**	**1.194**
Serviço taxado e outros	921	96	187	**1.204**	**1.178**
(-) Arrecadação processo classificação	(133)	–	–	**(133)**	**(161)**
Encargo capacidade emergencial	–	–	1	1	1
Renegociação/ parcelamentos	994	215	360	**1.568**	**1.196**
Não Faturado	4.031	–	–	**4.031**	**3.397**
Participação financeira do consumidor	84	190	6	**281**	**434**
Sub Total	**15.791**	**2.674**	**2.309**	**20.774**	**17.054**
(-) Provisões	–	–	(2.029)	**(2.029)**	**(1.856)**
Total consumidores	**15.791**	**2.674**	**280**	**18.745**	**15.198**

• Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso. **7.2.1 - Parcelamentos:** Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa. **7.2.2 - Receita não faturada**: Correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **7.2.3 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	Fornecimento		Parcelamento		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Residencial	1.175	1.057	94	91	1.269	1.148
Industrial	108	104	9	6	117	110
Comercial	387	345	30	27	417	372
Rural	31	32	0	3	31	35
Outros	195	191	0	0	195	191
Total	**1.896**	**1.729**	**133**	**127**	**2.029**	**1.856**

7.3 - Serviços em Curso: Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

Composição	2025	2024
Pesquisa e desenvolvimento	–	–
Eficiência energética	798	554
Outros	140	96
Total	**938**	**650**

7.4 - Tributos a Compensar: A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

	Circulante		Não Circulante	
Impostos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Icms - compras do ativo imobilizado	366	314	468	429
Icms - Subvenções consumidores	235	236	(195)	(175)
Pis/Cofins	1	1	1.859	3.434
Imposto de Renda/Contribuição Social	–	–	–	–
Total	**602**	**551**	**2.132**	**3.688**

• Icms compras do ativo imobilizado: refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores. • Icms sobre subvenções consumidores: refere-se à cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas. • Imposto de renda retido na fonte e contribuições: originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social. • Imposto de renda e contribuição social: O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos. • Pis/Cofins, créditos da exclusão do Icms da base do Pis/Cofins conforme processo Judicial 5000174-80.2012.4.04.7104/RS, com trânsito em julgado em 20/10/20 e Despacho Decisório RFB nº 1268 em 23/07/21 no valor atualizado de R$35.103.644,20. Valor original no período de 02/2007 a 10/2020 de R$23.734.642,54. Os valores compensados de julho de 2021 a março de 2025 foram de R$42.268.974,69. **7.5 - Depósitos Judiciais e Cauções**: Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Circulante		Não Circulante	
Depósitos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ações cíveis	–	–	–	–
Ações trabalhistas	–	–	54	51
Total	**–**	**–**	**54**	**51**

7.6 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais: A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

	CVA 2025			CVA 2024		
Composição	**Ativa**	**Passiva**	**Líquida**	**Ativa**	**Passiva**	**Líquida**
Custo de aquisição de energia	2.850	–	**2.850**	2.069	54	**2.015**
Proinfa	152	–	**152**	–	110	**(110)**
Transporte energia - rede básica	1.477	–	**1.477**	1.715	–	**1.715**
Transporte energia - Itaipu	6	138	**(132)**	125	155	**(30)**
Conta de desenvolvimento energético - CDE	368	1.071	**(703)**	55	57	**(2)**
Encargos de Serviço - ESS	2.486	–	**2.486**	745	–	**745**
Neutralidade da parcela A	–	758	**(758)**	–	1.896	**(1.896)**
Sobrecontratação de energia	524	385	**139**	1.228	47	**1.181**
Devoluções tarifárias	–	1.789	**(1.789)**	–	6.139	**(6.139)**
Outros	–	56	**(56)**	–	384	**(384)**
Total	**7.863**	**4.197**	**3.666**	**5.937**	**8.842**	**(2.905)**

	Circulante		Não Circulante	
Ativos e Passivos regulatórios	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativos				
Ativos regulatórios - em recuperação	4.183	1.428	–	–
Ativos regulatórios - em formação	3.680	4.509	–	–
Total do Ativo	**7.863**	**5.937**	**–**	**–**
Passivos				
Passivos regulatórios - em recuperação	3.145	7.877	–	–
Passivos regulatórios - em formação	1.052	965	–	–
Total do Passivo	**4.197**	**8.842**	**–**	**–**
Líquido	**3.666**	**(2.905)**	**–**	**–**

• Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic. • Dos valores constantes nos itens Devoluções tarifárias e Passivos regulatórios em recuperação, R$750 (R$750 mil 2024) se referem aos créditos de Pis/Cofins que estão sendo devolvido aos consumidores, conforme Ofício Circular 319/2021-SFF/SRM/SGT/ANEEL, Consulta Pública 018/2022 e Resolução Homologatória 3070/2022, 3223/23, 3352/24 e 3487/25, referente ao processo administrativo 48500.001747/2020-22. • Em recuperação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2025/2026. • Em formação: é composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2025 a 31 de dezembro 2025 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário em 2026.

7.7 - Investimentos temporários

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

	Prazo	Circulante		Não Circulante	
Banco	**resgate**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Banrisul - Cap Mais	09/06/27	–	–	93	70
Banrisul - Cap Master	09/10/26	–	–	107	50
Santander Capitalização	07/02/27	–	–	46	41
Total		**–**	**–**	**246**	**161**

7.8 - Créditos a receber:

Composição	2025	2024
Parcelamentos de contas de energia	115	467
Empregados	103	81
Rendas a receber	2.852	2.768
Subsídios tarifários	1.790	3.727
Adiantamento a fornecedores	2.658	623
Serviços a receber	33	31
Outros	29	62
Soma	**7.580**	**7.759**
(–) Crédito liquidação duvidosa	(82)	(82)
Total	**7.498**	**7.677**

7.8.1 - Subsídios tarifários: Referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás e CCEE a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Resolução homologatória	Competência	Valor Anual
Aneel 3352/24	Jul/24 a Jun/25	18.269
Aneel 3487/25	Jul/25 a Jun/26	16.755

7.8.2 - Rendas a receber: Refere-se ao compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica como meio de suporte para instalação de equipamentos de terceiros ou para utilização da rede elétrica como meio de transporte de sinais para comunicação. **7.9 - Estoque**: Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2025	2024
Manutenção do sistema	316	400
Construção	4.091	4.017
Consumo interno	261	345
Outros	57	307
Total	**4.725**	**5.069**

7.10 - Despesas Antecipadas

	Circulante	
Despesas	**2025**	**2024**
Prêmios de seguros	72	64
Impostos	67	67
Outras	102	66
Total	**241**	**197**

7.11 - Outros Créditos - Longo Prazo

Composição dos créditos	2025	2024
Créditos a receber	4.604	4.424
Fornecedores - Contratuais	202	202
Convênios de arrecadação	206	206
Investimentos Temporários	246	161
Tributos a compensar	2.132	3.688
Depósitos judiciais e cauções	54	51
Consumidores - Parcelamentos	1.997	2.536
Outros investimentos	12	10
Indenização pela concessão	4.165	5.666
Subtotal	**13.618**	**16.944**
(–) Crédito liquidação duvidosa	(5.012)	(4.832)
Total	**8.606**	**12.112**

7.12 - Ativo Intangível e Financeiro: 7.12.1 - Pela composição/Natureza:

Composição ativo intangível líquido (R$)	Intangível		Ativo Financeiro		Avaliado		Total	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Intangíveis	381.560	381.560	2.663.903	2.663.903	1.495.172	1.495.172	4.540.635	4.540.635
Terrenos	284.200	284.200	17.078	17.078	2.445.937	2.445.937	2.747.216	2.747.216
Edificações	893.472	966.949	2.750	2.750	386.574	407.297	1.282.795	1.376.995
Máquinas e Equipamentos	51.858.602	47.561.221	8.859.826	6.908.908	26.088.793	28.176.232	86.807.222	82.646.361
Veículos	1.298.243	1.697.096	–	–	16.218	18.833	1.314.461	1.715.929
Móveis e Utensílios	28.910	17.717	–	–	10.731	12.710	39.641	30.427
Em curso	2.735.004	1.342.435	–	–	–	–	2.735.004	1.342.435
Total	**57.479.991**	**52.251.177**	**11.543.557**	**9.592.640**	**30.443.426**	**32.556.182**	**99.466.975**	**94.399.999**
Obrigações especiais	(18.463.256)	(14.502.146)	7.378.224	3.926.470	(12.310.101)	(13.029.686)	(23.395.132)	(23.605.362)
Total líquido	**39.016.736**	**37.749.032**	**18.921.782**	**13.519.109**	**18.133.326**	**19.526.496**	**76.071.843**	**70.794.637**

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro). • Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	2025 Valor líquido	2024 Valor líquido
Em serviço				
Distribuição				
Custo histórico	106.865.823,01	38.459.623,93	68.406.199,08	64.380.567,90
Reavaliação	52.930.881,58	24.939.425,77	27.991.455,81	30.105.849,75
Administração				
Custo histórico	5.170.207,94	3.585.057,94	1.585.150,00	1.611.246,07
Reavaliação	3.649.648,04	1.197.677,60	2.451.970,44	2.450.332,36
	168.616.560,57	**68.181.785,24**	**100.434.775,33**	**98.547.996,08**
Em curso				
Distribuição	–	–	2.732.368,00	1.334.219,97
Administração	–	–	2.636,01	183.720,09
	–	–	**2.735.004,01**	**1.517.940,06**
	168.616.560,57	**68.181.785,24**	**103.169.779,34**	**100.065.936,14**

continua

ines249

continuação

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

Evolução Patrimonial - VOC	Saldo inicial em 01/2025	Adição	Baixas	Transferências/ ajustes	Saldo final em 12/2025
Em serviço					
Intangíveis	3.595.050,86	176.219,42	–	–	3.771.270,28
Terrenos	301.278,47	–	–	–	301.278,47
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.394.342,96	–	–	–	2.394.342,96
Máquinas e equipamentos	94.604.872,78	8.369.268,18	1.231.192,31	14.905,94	101.728.042,71
Veículos	3.596.521,59	–	–	–	3.596.521,59
Móveis e utensílios	230.918,46	–	1.249,46	14.905,94	244.574,94
Total em serviço	**104.722.985,12**	**8.545.487,60**	**1.232.441,77**	**–**	**112.036.030,95**
(–) Reintegração acumulada					
Intangíveis	926.882,12	32.306,89	–	–	959.189,01
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	1.424.644,53	73.476,77	–	–	1.498.121,30
Máquinas e equipamentos	34.267.017,58	3.502.847,98	696.060,38	376,99	37.073.428,19
Veículos	1.899.425,41	398.852,86	–	–	2.298.278,27
Móveis e utensílios	213.201,51	3.336,06	1.249,46	376,99	215.665,10
Total reintegração acumulada	**38.731.171,15**	**4.010.820,56**	**697.309,84**	**–**	**42.044.681,87**
Saldo Líquido	**65.991.813,97**	**4.534.667,04**	**535.131,93**	**–**	**69.991.349,08**

7.12.2 - Investimentos realizados:

		2025		2024	
Tipo de unidade de cadastro	**Código UC**	**Quantidade**	**R$**	**Quantidade**	**R$**
Postes	255	782	2.526	810	2.499
Condutores	190	40.817	1.260	41.380	1.154
Regulador de tensão	340	–	–	16	649
Medidores	295	3.058	676	2.779	713
Transformador de distribuição	565	115	1.205	159	1.798
Transformadores de medida	575	18	44	30	73
Equipamento geral e informática	230/235	47	323	63	158
Sistema de telemedição	485	1.123	467	664	314
Sistema de aterramento	395	851	320	737	49
Chave Seccionadora	160	120	303	73	68
Banco de Capacitores	125	3	54	1	11
Religadores	345	4	222	5	261
Painel de medição/Subestações	305	14	1.132	3	99
Veículos	615	–	–	–	–
Urbanização e Benfeitorias	610	1	13	–	–
Total Investimentos	**–**	**–**	**8.545**	**–**	**7.846**

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão:

	2025			2024		
Composição obrigações especiais	**Vlr. Histórico**	**Avaliação**	**Total**	**Vlr. Histórico**	**Avaliação**	**Total**
Participação Financeira União	332.703	633.176	**965.878**	332.703	633.176	**965.878**
Participação Financeira Consumidor	11.874.765	10.763.450	**22.638.215**	10.670.086	10.763.450	**21.433.536**
Subvenções para Investimentos	951.316	2.033.477	**2.984.792**	951.316	2.033.477	**2.984.792**
Universalização do Serviço Público	131.576	281.250	**412.826**	131.576	281.250	**412.826**
Outros	2.681.787	5.732.433	**8.414.220**	2.681.787	5.732.433	**8.414.220**
(–) Depreciação	(5.603.528)	(7.133.684)	**12.737.212**	(5.037.240)	(6.414.098)	**11.451.338**
Total em serviço Líquido	**10.368.619**	**12.310.101**	**22.678.720**	**9.730.228**	**13.029.686**	**22.759.914**
Em Curso	716.412	–	**716.412**	845.448	–	**845.448**
Total Obrigações Especiais	**11.085.031**	**12.310.101**	**23.395.132**	**10.575.676**	**13.029.686**	**23.605.362**

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE. • A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006. **7.12.4 - Avaliação Patrimonial:**

Composição ativo intangível líquido (RS)	2025			2024		
	VNR	**Depreciação**	**VMU**	**VNR**	**Depreciação**	**VMU**
Intangíveis	1.495.172	–	1.495.172	1.495.172	–	1.495.172
Terrenos	2.445.937	–	2.445.937	2.445.937	–	2.445.937
Edificações	3.105.200	2.718.626	386.574	3.105.200	2.697.903	407.297
Máquinas e Equipamentos	49.239.357	23.150.563	26.088.793	50.478.754	22.302.522	28.176.232
Veículos	27.574	11.356	16.218	27.574	8.741	18.833
Móveis e Utensílios	267.289	256.558	10.731	267.263	254.553	12.710
Total	**56.580.530**	**26.137.103,37**	**30.443.426**	**57.819.901**	**25.263.718,60**	**32.556.182**
Obrigações especiais	19.443.785	7.133.684	12.310.101	19.443.785	6.414.098	13.029.686
Total líquido	**37.136.745**	**19.003.419**	**18.133.325,62**	**38.376.116**	**18.849.620**	**19.526.496**

• A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição - VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido. **7.12.5 - Cálculo da Depreciação**: A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução. As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL n° 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema - poste	3,57%
Estrutura do sistema - Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e Utensílios	6,25%

Composição do ativo depreciado por tipo do bem	**Saldo do ativo imob. em serviço**	**Depreciação acumulada**	**imobilizado depreciar 2025**	**imobilizado depreciar 2024**
Intangíveis	3.771.270	959.189	2.812.081	2.668.169
Terrenos	301.278	–	301.278	301.278
Edificações	2.394.343	1.498.121	896.222	969.698
Máquinas e Equipamentos	101.728.043	37.073.428	64.654.615	60.333.617
Veículos	3.596.522	2.298.278	1.298.243	1.697.096
Móveis e Utensílios	244.575	215.665	28.910	21.955
Total	**112.036.031**	**42.044.682**	**69.991.349**	**65.991.814**

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão: De acordo com os Art. 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente. A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01. **7.13 - Passivo Circulante e Não Circulante:**

7.13.1 - Fornecedores:

	2025			2024		
		Não			Não	
Fornecedores	**Circulante**	**Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Circulante**	**Total**
Suprimento de energia elétrica	3.605	–	3.605	5.054	–	5.054
Compra de energia elétrica MCP	325	–	325	7	–	7
Encargos de uso da rede	1.329	–	1.329	1.317	–	1.317
Encargos de conexão	542	–	542	572	–	572
Materiais, serviços e outros	1.837	–	1.837	1.889	–	1.889
Total	**7.638**	**–**	**7.638**	**8.839**	**–**	**8.839**

7.13.2 Tributos:

	2025			2024		
		Não			Não	
Tributos	**Circulante**	**Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Circulante**	**Total**
Icms - faturamento	698	969	1.667	468	969	1.437
Icms - parcelamento	1.901	–	1.901	212	–	212
Inss	354	–	354	335	–	335
Imposto de renda e contribuição social	13	–	13	160	–	160
Fgts	107	–	107	102	–	102
Pis-Pasep/Cofins	760	–	760	601	–	601
Pis-Pasep/Cofins - parcelamento	400	134	534	364	485	849
Outros	76	–	77	104	–	104
Total	**4.310**	**1.103**	**5.413**	**2.346**	**1.454**	**3.800**

• Icms faturamento circulante: refere-se ao saldo a recolher do faturamento mensal com vencimento no dia 27 do mês e o saldo no dia 10 do mês seguinte. • Icms não circulante: refere-se a provisão para cobrança de Icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de setembro de 2018 a janeiro de 2020. • Icms Parcelamento [1] - referem-se a débitos de Icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica referente ao mês de novembro de 2025, parcelado em 12x em 23 de dezembro de 2025. • Icms Parcelamento [2] - Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS - "REFAZ 2017", instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa prévia parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores, com prazo final em agosto de 2025. • Pis/Cofins parcelados - Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic. • Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.2.1 - Tributos Parcelados:

Tributo	**Taxas**	**Prazo**	**Datas**		**31/12/25**			**31/12/24**		
	%	**meses**	**Início**	**Final**	**Circ**	**N.Circ.**	**Total**	**Circ.**	**N.Circ.**	**Total**
Icms	Selic	12m	23/12/25	27/11/26	1.901	–	1.901	–	–	–
Icms	Selic	60m	31/10/16	31/08/25	–	–	–	212	–	212
Pis-Pasep/ Cofins	1% am +Selic	60m	27/05/22	27/04/27	400	133	533	364	485	849
Soma					**2.301**	**133**	**2.434**	**576**	**485**	**1.061**

7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas:

Obrigações Trabalhistas	**2025**	**2024**
Folha de Pagamento	452	413
Provisão de férias	953	856
Provisão de gratificação 1/3 de férias	317	285
Provisão de encargos sociais	491	445
Tributos retidos na fonte	264	240
Outros	272	12
Total	**2.749**	**2.251**

• Folha de Pagamento, saldo de salários provisionados no mês de competência e pagos no mês seguinte; • Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais. • Tributos retidos na fonte - Imposto de renda retido na fonte e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte. **7.13.4 - Encargos Setoriais:**

Encargos Setoriais	**Circulante**		**Não Circulante**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Programa eficiência energética - PEE	821	576	1.381	1.207
Programa eficiência energética - Procel	182	94	–	–
Programa pesquisa e desenvolvimento - P&D	11	12	919	669
Programa pesquisa e desenvolvimento - Fndct	38	38	–	–
Programa pesquisa e desenvolvimento - Mme	19	19	–	–
	1.071	**739**	**2.300**	**1.876**
Conta de desenvolvimento energético - CDE	252	88	–	–
Encargo de energia de reserva - ERR	259	336	–	–
Taxa de fiscalização - Aneel	16	15	–	–
Adicional bandeira vermelha	204	–	–	–
Total	**1.802**	**1.178**	**2.300**	**1.876**

• PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n° 300/2008 e 316/2008. • Bandeiras Tarifárias - visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras.

	2025			2024		
Saldo dos programas Pee e P&d	**A recolher**	**Em aplicação**	**A aplicar**	**A recolher**	**Em aplicação**	**A aplicar**
Pee	23	798	1.381	23	553	1.207
P&d	11	–	919	12	–	669
Fndct	38	–	–	38	–	–
Mme	19	–	–	19	–	–
Procel	182	–	–	94	–	–
Total	**273**	**798**	**2.300**	**186**	**553**	**1.876**

7.13.5 Outras Obrigações:

Outras obrigações	**Circulante**		**Não Circulante**	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Consumidores - Devoluções	211	959	30	868
Contribuição para Iluminação Pública - CIP	380	387	–	–
Consumidores - GD/Microgeração	14.187	10.549	–	–
Convênios arrecadação e Outros	131	11	–	–
Total	**14.909**	**11.906**	**30**	**868**

• Consumidores - devoluções, referem-se a valores a serem devolvidos aos consumidores nas próximas faturas, referentes a faturas pagas em duplicidade, multas regulatórias por violações de indicadores, danos elétricos e créditos Pis/Cofins. • Consumidores - Geração Distribuída, refere-se ao saldo acumulado dos créditos gerados microgeração a serem compensados mensalmente nas faturas subsequentes. • Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. • Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública cobradas pelos Municípios. **7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos. Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	**Taxas**	**Prazo**	**Datas**		2025			2024		
	%	**Meses**	**Início**	**Final**	**Circ.**	**N.Circ.**	**Total**	**Circ.**	**N.Circ.**	**Total**
Eletrobrás	5% a.a. +RGR	120m	09/03/12	11/05/25	–	–	–	389	–	389
Brde [1]	4,60% a.a. +Selic	48m	15/10/21	15/11/26	289	–	289	507	22	529
Banrisul	3,29% a.a. +CDI	48m	01/09/22	27/09/26	373	–	373	690	181	871
Santander	4,13% a.a. +DICETIP	36m	05/02/24	20/01/27	369	130	499	420	590	1.010
Santander	4,27% a.a. +CDI	48m	28/05/25	09/05/29	805	2.128	2.933	–	–	–
Brde [2]	4,13% a.a. Selic	240m	15/01/25	15/11/44	–	2.973	2.973	–	–	–
Total					**1.836**	**5.231**	**7.067**	**2.006**	**793**	**2.799**

• O empréstimo junto a Eletrobrás foi obtido para financiamento de investimentos em uma Linha de Transmissão - LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I. • O empréstimo junto ao Brde [2] foi obtido para financiamento de investimentos na duplicação da Subestação Carazinho I, no valor de R$15.301.120,00, carência de 36 meses, prazo de pgto 204 meses, liberação cfe. execução. • Os empréstimos junto ao Santander foram obtidos para financiamento de capital de giro a curto prazo. • Os empréstimos do Banrisul e Brde [1] foram obtidos para financiamento da aquisição de veículos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Vencimento das parcelas LP	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**Total**
Eletrobrás	–	–	–	–	–	–	–
Brde [1]	289	–	–	–	–	–	289
Brde [2]	–	15	175	175	175	2.433	2.973
Banrisul	373	–	–	–	–	–	373
Santander [1]	369	130	–	–	–	–	499
Santander [2]	805	946	946	236	–	–	2.933
Total	**1.836**	**1.091**	**1.121**	**411**	**175**	**2.433**	**7.067**

Movimentação	**Saldo anterior**	**Adições**	**Juros**	**Pagamentos**	**Saldo atual**
Eletrobrás	389	–	5	(394)	–
Brde [1]	529	–	61	(301)	289
Brde [2]	–	2.878	382	(287)	2.973
Banrisul	871	–	105	(603)	373
Banrisul Rotativo	–	5.800	27	(5.827)	–
Santander [1]	1.010	–	107	(618)	499
Santander [2]	–	3.000	277	(344)	2.933
Total	**2.799**	**11.678**	**964**	**(8.374)**	**7.067**

7.13.7 - Provisões Passivas e Depósitos Judiciais: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

	2025		2024	
Provisão Contingências	**Provisão CP/LP**	**Dep. Jud.**	**Provisão CP/LP**	**Dep. Jud.**
Trabalhistas	–	87	54	–	200	46
Cíveis	–	1.558	–	–	1.589	5
Ambientais	109	141	–	–	324	–
Outras	–	8.060	–	–	8.060	–
Total	**–**	**9.845**	**54**	**–**	**10.173**	**51**

• Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras. • Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras causadas por falhas no fornecimento ou com redes de energia de energia elétrica. • Outras - A Empresa constituiu provisão para provável cobrança em 2022/23 pela supridora de energia elétrica de valores apurados a título de penalidade de subcontratação dos montantes de energia elétrica do ano de 2018, definidos no Proret 11.1. A Empresa manifestou administrativamente sua inconformidade alegando que não se trata de aplicar a penalidade, mas sim em erro de faturamento a menor dos montantes faturados mensalmente, em função da saída da geração própria em março de 2018 para o mercado livre. • Riscos ambientais - A Companhia está sujeita leis de preservação ambiental e considera que a exposição aos riscos, não representam impactos relevantes no resultado de suas operações. **7.14 - Patrimônio Líquido: 7.14.1 - Capital Social:** O Capital Social da Companhia em 31/12/25 é de R$44.700.000,00, representado por 1.598.333 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.576.274 ações ordinárias; 22.002 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

				Nº Ações	Capital Social
Composição Acionistas	**Espécie**	**2025**	**2024**	**%**	**R$**
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.514.361	1.514.361	94,74628	41.931.670
Roberto Neves Rodrigues	ON	49.441	49.441	3,09329	1.321.150
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	0,77493	331.133
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	0,00538	2.317
Diversos	PN	22.059	22.059	1,38013	1.113.730
Total		**1.598.333**	**1.598.333**	**100,00000**	**44.700.000**

• O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/25 é de R$44,52 e R$42,85 em 31/12/24. **7.14.1.1 - Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculado ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos. **7.14.2 - Reserva de Capital:** Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso. **7.14.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/07/2022 ajustado até 31/12/25.

Avaliação	**2025**	**2024**
Valor novo de reposição	56.580	57.820
Depreciação	(26.137)	(25.264)
Obrigações especiais	(19.444)	(19.444)
Obrigações especiais - Depreciação	7.134	6.414
Total	**18.133**	**19.526**

7.14.4 - Reserva de Lucros

Reservas	**2025**	**2024**
Reserva legal	320	160
Outros - Reserva Especial - Dividendos e JCP não distribuídos	6.706	3.005
Outros - Reserva de Lucros	928	857
Total	**7.954**	**4.022**

continua

continuação

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

• Reserva Especial - Dividendos não distribuídos, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório (25%), a qual foi constituída com base no Art. 202, §4º da Lei das S/A, devido a situação financeira incompatível com a distribuição. • Outros, refere-se ao saldo do lucro líquido do exercício a disposição da Assembleia Geral, a qual disporá para aumento do capital social.

7.15 - Efeitos Tributários no Resultado do Exercício:

	2025	2024
Lucro do Exercício antes impostos	**7**	**1.864**
+ Provisões	23.443	24.378
+ Multas	122	309
+ Despesas indedutíveis	221	254
Realização reserva avaliação	751	823
– Reversão de provisões	(22.890)	(22.422)
– Base negativa	–	–
Base de cálculo IR	**1.654**	**5.206**
Imposto de Renda	389	1.278
(–) Compensações	(13)	(54)
Contribuição Social	149	469
Total Tributos a recolher	**525**	**1.693**

7.16 - Receita Operacional: 7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo e demais receitas

	Nº Consumidores		MWh		Reais	
Classes	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecimento Faturado:						
Residencial	32.159	31.861	85.594	80.687	68.649	61.711
Industrial	149	152	68.415	63.012	20.408	18.257
Comercial	4.059	4.035	53.782	50.770	31.880	30.704
Rural	3.596	3.631	24.976	22.575	16.791	15.024
Poder público	445	435	5.124	4.848	4.068	3.657
Iluminação pública	11	11	5.440	5.460	2.613	2.396
Serviço público	34	31	6.828	6.311	1.673	2.652
Consumo próprio	5	5	241	223	–	–
Receita Faturada E. Elétrica	**40.458**	**40.161**	**250.400**	**232.886**	**146.082**	**134.401**
Fornecimento não faturado	–	–	–	–	634	469
Excedente reativos/ultrapassagem	–	–	–	–	(825)	(794)
Receita de Energia Elétrica	**–**	**–**	**–**	**–**	**145.891**	**134.076**
Demais receitas:						
Suprimento de energia	–	–	–	–	2.354	824
Receita de construção	–	–	–	–	8.955	7.432
Subsídios tarifários	–	–	–	–	16.682	15.482
Receita de compensação tarifária	–	–	–	–	7.589	13.716
Outras receitas	–	–	–	–	3.738	4.168
Receita Operacional Bruta	**–**	**–**	**–**	**–**	**185.209**	**175.698**

7.16.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. As tarifas em 2024 foram reajustadas na média em -8,24% e 4,24% em 2023. **7.16.3 - Receita não faturada**, correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida. **7.16.4 - Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda**, conforme Res. 463 de 22/11/11 da Aneel, submódulo 2.7 - Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais. **7.16.5 - Receita de Construção -** O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. **7.16.6 - Subsídios tarifários** - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. **7.16.7 - Receita de compensação tarifária** - Os Ativos e Passivos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" - CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

7.17 - Outras Receitas

Receitas	**2025**	**2024**
Renda da prestação de serviços	403	396
Serviço taxado	393	414
Compartilhamento de infraestrutura	2.767	3.264
Aluguel equipamentos	3	6
Arrecadação de convênios	2	2
Lucro na alienação/desativação	103	81
Outras	67	35
Total	**3.738**	**4.168**

7.18 - Deduções a Receita Operacional

7.18.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	**2025**	**2024**
Taxa de fiscalização	185	166
Conta de desenvolvimento energético - CDE	23.187	18.579
Bandeiras tarifárias	813	255
Programa de eficiência energética	557	553
Programa de pesquisa e desenvolvimento	557	553
Total	**25.269**	**20.106**

7.18.1.1 - Bandeiras Tarifárias: Conforme o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica, que lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas: (i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia; e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, com um acréscimo maior no faturamento. **7.18.1.2 - Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - PEE e P&D:** PEE e P&D - A Companhia reconhece passivos relacionados a valores faturados em tarifas, referentes a 1% da Receita Operacional Líquida, conforme as Resoluções Aneel n° 300/2008 e 316/2008.

7.18.2 - Impostos

Impostos	**2025**	**2024**
ICMS	22.175	20.400
COFINS	11.758	11.308
PIS/PASEP	2.553	2.455
ISS	94	89
Total	**36.580**	**34.252**
Total das deduções (encargos + impostos)	**61.849**	**54.358**

• As alíquotas de ICMS aplicadas pelo estado do RS são:

Residencial até 50 kwh	12%	Residencial até 50 kwh	17%
Industrial	17%	Comercial	17%
Rural até 100 kwh	Isento	Rural acima 50% Kwh	12%
Poder Público	17%	Iluminação Pública	17%
Serviço Público	17%		

• As alíquotas de PIS/COFINS aplicadas, regime não cumulativo, são: PIS: 1,65% e COFINS: 7,60% para as receitas operacionais; para as receitas financeiras são de 0,65% e 4% respectivamente. A alíquota de ISS é de 3%. **7.19 - Energia Elétrica Comprada para Revenda**

	Em Mwh		Em R$	
Custos com Energia	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Energia comprada	168,389	159,288	42.517	38.847
Geração distribuída			17.578	17.529
Proinfa	3.248	3.075	2.546	2.097
Variação cambial Itaipu			(82)	254
(–) Créditos PIS/COFINS			(4.340)	(3.837)
Total compra energia			**58.219**	**54.890**
Encargos de uso da rede			18.887	19.403
Encargo de Energia - ESS/EER			3.368	4.143
(–) Créditos PIS/COFINS			(1.685)	(1.712)
Total encargos			**20.570**	**21.834**
Custo com energia	**171,637**	**162,363**	**78.789**	**76.724**

7.20 - Custos operacionais totais: 7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	**2025**	**2024**
Pessoal - empregados	17.887	16.178
Pessoal - administradores	1.506	1.167
Material	1.305	1.271
Serviço de terceiros	4.199	4.587
Custo com energia comprada	78.789	76.724
Custo de construção infraestrutura	8.955	7.432
Aluguéis	477	727
Seguros	186	178
Depreciação/amortização	3.951	3.819
Impostos e taxas	88	108
(–) Recuperação de despesas	(419)	(370)
Outras despesas	2.493	2.880
Provisões/reversões	553	1.956
Contribuições e doações	221	254
Baixa bens ativo	723	625
Total	**120.884**	**117.536**

7.21 - Resultado Financeiro: 7.21.1 - Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	**2025**	**2024**
Rendimentos de aplicações financeiras	74	282
Acréscimos moratórios contas energia	1.405	1.429
Variações monetárias	614	1.549
Atualizações monetárias CVA	1.018	946
Outras	12	6
(–) Tributos	(184)	(231)
Total	**2.939**	**3.981**
Despesas		
Encargos de dívidas	368	504
Juros bancários/IOF	663	503
Juros e multas	234	22
Juros sobre o capital próprio	3.726	3.026
Variações monetárias	261	1.117
Atualização CVA	104	712
Outras	53	38
Total	**5.409**	**5.922**
Resultado	**(2.470)**	**(1.941)**

7.22 - Seguros: A Companhia mantém cobertura securitária patrimonial e da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e matérias, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	**Vigência**		**Vlr. segurado**
Veículos	2025	2026	Tabela Fipe
Patrimonial (incêndio/danos elétricos/vendaval)	21/06/25 a 21/06/26		24.275.000,00

7.23 - Participação de Resultados: Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa. **7.24 - Instrumentos Financeiros:** Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/25 e 31/12/2024 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício. **7.25 - Alíquotas PIS/COFINS:** Até junho de 2005 as alíquotas de PIS e COFINS eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva. **7.26 - Transações com Partes Relacionadas:** Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. **7.27 - Remuneração dos Administradores:** A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral. **7.28 - Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados:** A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale-alimentação, vale-transporte, auxilio-creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio-acidente trabalho, estabelecidos em acordo coletivo de trabalho. **7.29 - Questões Ambientais:** A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais. **7.30 - Revisão Tarifária Periódica - RTP:** A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores. De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a Aneel e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2027. Nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários. A 5ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2022 e o reajuste tarifário - RTA em 2025/2026, teve a seguinte recomposição tarifária:

2025			
Consumidores Residenciais - B1	**Baixa tensão - em média**	**Alta tensão - em média**	**Efeito médio para o consumidor**
19,79%	19,85%	24,96%	20,94%

2024			
Consumidores Residenciais - B1	**Baixa tensão - em média**	**Alta tensão - em média**	**Efeito médio para o consumidor**
(6,59%)	(6,62%)	(14,02%)	(8,24%)

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Eletrocar na 5ª revisão tarifária periódica

Base de Remuneração Bruta e Quota de Reintegração Regulatória (QRR)

Descrição	**Valor**
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(2) Índice de Aproveitamento Integral	–
(3) Obrigações Especiais Bruta	32.688.137
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.825.085
(5) Base de Remuneração Bruta	**87.638.031**
(17) Taxa de Depreciação	3,51%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	**3.076.095**

Base de Remuneração Líquida e Remuneração do Capital (RC)

Descrição	**Valor**
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(6) Depreciação Acumulada	53.101.456
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	86.049.797
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	–
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	86.049.797
(10) Almoxarifado em Operação	173.232
(11) Ativo Diferido	–
(12) Obrigações Especiais Líquida	23.892.890
(13) Terrenos e Servidões	6.977.568
(14) Base de Remuneração Líquida	**69.307.707**

7.31 - Análise Econômico-Financeira - (valores em R$ mil): Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício: **Receita Operacional Bruta Anual:** A receita operacional foi de R$185.209.314,85 sendo 5,41% superior a 2024 que foi de R$175.698.422,95. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica faturada foi de R$145.890.349,85134.401.313,60 contra R$134.401.313,60 em 2024, sendo 8,69% maior que 2024. **Icms s/Faturamento Energia Elétrica:** O ICMS faturado foi de R$22.175.141,12 em 2025 e de R$20.400.254,99 em 2024, sendo 8,70% superior a 2024. **Demais impostos:** PIS, COFINS e ISS somaram o valor de R$14.404.910,53 em 2025 e R$13.851.643,47 em 2024, sendo superior em 3,99%. **Encargos Setoriais:** Os encargos setoriais foram de R$25.268.591,18 em 2025 e R$20.105.981,01 em 2024 tendo um aumento de 25,68%. **Despesas com Pessoal e Administradores:** As despesas com pessoal em 2025 foram de R$19.363.195,39 e em 2024 foi de R$17.345.249,63, tendo um aumento de 11,63%. **Custos com Energia Elétrica:** Os custos com energia elétrica foram de R$78.789.316,00 em 2025 e R$76.723.601,14 em 2024, tendo um aumento de 2,69%. A compra de energia para revenda foi de R$42.517.003,20 em 2025 e de R$38.847.059,17 em 2024, tendo um aumento de 9,45%. A geração distribuída, teve um aumento de 0,28%, sendo R$17.578.179,79 em 2025 e R$17.529.252,19 em 2024 (18,89%). O Proinfa teve um aumento de 21,38% sendo de R$2.545.404,72 em 2025 e R$2.097.130,47 em 2024 11,69%. Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R$18.886.916,45 em 2025 e R$19.402.592,11 em 2023, tendo uma variação de (2,66%.). Os demais encargos e despesas (ESS/ERR) em 2025 foram de R$3.367.852,42 e de R$4.143.088,28 em 2024, tendo uma variação de (18,71%). Os créditos gerados de PIS/COFINS sobre os custos com energia elétrica foram de R$6.024.292,42 em 2025 e de R$5.549.445,21 em 2024 tendo um aumento de 8,56%. **Material e Serviço de Terceiro:** As despesas foram de R$5.503.240,42 em 2024 e de R$5.858.098,89 em 2024, tendo um aumento de (6,06%), (18,64% em 2024). **Provisões e reversões:** As provisões para prováveis perdas foram de R$552.934,09 em 2025 e de R$1.955.880,97 em 2024, tendo uma variação de (71,73%). **Depreciações:** As depreciações/Amortizações somaram o valor de R$3.950.438,49 em 2025 contra R$ 3.818.747,91 em 2024, tendo um aumento de 3,45%. **Demais Despesas Operacionais:** As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R$3.769.820,75 em 2025 e R$4.402.922,86 em 2024, tendo uma variação de (14,38%). **Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R$2.939.216,83 e R$3.981.113,84 em 2023 tendo uma variação negativa de (26,17%). **Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R$5.408.980,62 em 2025 e R$5.921.992,25 em 2024, tendo uma variação de negativa de 8,66%. **Lucro Operacional da Atividade:** O lucro operacional da atividade foi de R$2.476.310,36 em 2025 e de R$3.804.509,32 em 2024, tendo uma variação negativa de 34,91%. **Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi de R$4.489.543,05 em 2025 e R$738.189,11 em 2024, tendo uma variação de 508,18%. **Lucro Bruto do Exercício:** O lucro bruto do exercício antes da reversão dos juros sobre o capital próprio foi de R$6.546,57 em 2025 e R$1.863.630,91 em 2024. **Lucro Líquido do Exercício:** O lucro líquido do exercício foi de R$3.206.911,75 e R$3.196.950,26 em 2024. **EBITDA:** Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2024 foi de R$6.426.748,85 e R$7.623.257,23 em 2024.

Lucro líquido, geração de caixa e dividendos	**2025**	**2024**
+ Lucro líquido	3.206.911,75	3.196.950,26
– Juros capital próprio	(3.725.622,33)	(3.025.691,73)
+ I. Renda e C. Social	525.257,15	1.692.372,38
+ Resultado financeiro	2.469.763,79	1.940.878,41
+ Depreciação/Amortização	3.950.438,49	3.818.747,91
= Geração de Caixa (Ebitda)	**6.426.748,85**	**7.623.257,23**

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	**Fórmula**		**2025**	**2024**
Liquidez Imediata	Disponível / Passivo Circulante	%	0,04	0,08
Liquidez Corrente	Ativo Circulante / Passivo Circulante	%	1,12	1,02
Liquidez Geral	A.Circ. + Realiz. L/P / P.Circ.+ Exig. L/P	%	0,91	0,96
Endividamento total	Exigibilidades Total / Ativo Total	%	0,44	0,43
Retorno do Capital	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	%	0,05	0,05
Razão Operacional	Despesa Operacional / Receita Líquida	%	0,98	0,97
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente / Ativo Total	%	0,60	0,58
Despesa Pessoal x Receita Líquida	Despesa Pessoal / Receita Líquida	%	0,16	0,14
Energia Comprada x Receita Líquida	Compra Energia / Receita Líquida	%	0,71	0,69
Ebitda	Ebitda / Receita Líquida	%	0,05	0,06

7.32 - Governança: O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos. Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade.Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária. **7.33 - Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e CONFINS:** Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104 - TRF4, com sentença em trânsito em julgado em 20 de outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal. A empresa habilitou o valor de R$35.103.644,20 conforme pedido em 15/07/21 e Despacho decisório RFB nº 1268 em 23/07/21. A empresa fez as compensações com Pis/Cofins devidos de julho 2021 a março de 2025 o valor de R$40.268.974,69. Em conformidade com a Lei 14385 de 27/06/22 a Aneel estabeleceu que os valores pagos a mais pelos consumidores, relativos ao ICMS embutido no PIS/PASEP e na Cofins cobrados pelas distribuidoras, serão restituídos de forma difusa (não direcionada segundo o pagamento específico de cada consumidor) nas tarifas de energia calculadas nos próximos 12 meses. Dessa forma os créditos foram devolvidos aos consumidores nos reajustes tarifários de 2022 a 2025 o valor total compensado. **7.34 - Aporte de Capital - Garantia contratual:** Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-Aneel, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária. Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração e demais órgãos a seguir apresentado.

Diretoria

Jéssica Larger Previati	**Wagner Cassiano Zeni**	**Ana Paula de Souza Sartori**	**Contador**
Diretora Presidente	Diretor Comercial	Diretora Administrativo-Financeira	**Rui Luiz Toso**
CPF 023.423.340-01	CPF 004.653.100-95	CPF 016.199.650-70	CRC/RS 40.629
			CPF 273.968.430-49

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas: Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 30 de março de 2026

Norton Luiz Barroso	**Ivo Paulo Rabusque**	**Angelo Marcos Dorigo**
Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro
CPF 739.968.660-20	CPF 465.296.830-20	CPF 000.931.280-37

Manifestação do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2025** e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

Carazinho/RS, 14 de abril de 2026

Elcio Jorge Bortoloti	**Loidemar Reis de Queiros**	**Leandro Garcia da Silva**	**Norma Lizandra Finger de Almeida**
Presidente	Vice-Presidente	Conselheiro	Conselheira
CPF 384.715.400-10	CPF 929.935.590-87	CPF 946.775.490-87	CPF 963.969.540-87
Enio Rodinei Parnoff	**Lisiane Bueno Maidana**	**Marlon Augusto Allebrandt**	
Conselheiro	Conselheira	Conselheiro	
CPF 590.333.200-53	CPF 716.755.310-72	CPF 015.079.410-05	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos acionistas da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - ELETROCAR - Carazinho - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - ELETROCAR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - ELETROCAR em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à continua

ines249

continuação

Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar - CNPJ 88.446.034/0001-55 - I.E.025/0053039

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhias ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026

ACS AUDITORES E CONSULTORES SS

Nilton Antônio Tiellet Borges - Contador -

CRC-RS 015233/O-8 - CNAI 0081 - CPF: 005.449.140-15

Prefeitura Municipal de Farroupilha

CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 07/2026 - Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em atuar na Comissão de Avaliação e Seleção (CAS) para emissão de pareceres técnicos sobre projetos culturais a serem financiados com verbas da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), em conformidade com a Lei Federal nº 14.399, de 08 de julho de 2022 atendendo às normas legais e ao estabelecido neste Edital. Período de credenciamento: 23 de abril a 27 de maio de 2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 - Locação de veículos tipo caminhonete para uso nas atividades da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito. Data da sessão: 11/05/2026, às 08h30min.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026 - Registro de preços de ferramentas, materiais de construção e elétricos para Secretaria Municipal de Educação. Data da sessão: 12/05/2026 às 08h30min.
Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: www.farroupilha.rs.gov.br.

Clube Esportivo Aimoré

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Clube Esportivo Aimoré, CNPJ Nº 88.154.901/0001-89, com sede na rua Concórdia, nº 450, em São Leopoldo, **CONVOCA** todas as pessoas que lhe prestaram serviço no período de 03/1973 a 12/2009 a comparecerem no endereço citado munidos de documentos comprobatórios do vínculo (CTPS, PIS/PASEP), para regularização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS junto à Caixa Econômica Federal. São Leopoldo, 23 de abril de 2026.

O Sindicato dos Assistentes Sociais no Estado do Rio Grande do Sul (SASERS) informa a inscrição de chapa única para o processo eleitoral da entidade, referente à Gestão 2026/2029.
CNPJ: 92.969.195/0001-09

A nominata inscrita é a seguinte:

Presidente - Lucia Zelinda Zanella
Vice-Presidente - Jenny Salles de Abreu
1ª Secretária - Andrea Dutra Rieger
2ª Secretária - Simone Trindade da Silva Quadros
1ª Tesoureira - Roselaine Santos Aguirre
2ª Tesoureira - Fátima Rosane Bomfim Sampaio
Diretora de Divulgação - Roseti Marques Correa
Diretora de Organização e Relações Sindicais - Eliane Helena Alves Arnolte
Diretora de Formação, Cultura e Lazer - Anísia Filomena Reginatti Martins

Conselho Fiscal: Maribela de Moura, Eliana Barros e Teresinha Fraga

Suplentes: Fabiane Cristina Siebel Anderson e Karin Ferro Basso

As demais etapas do processo eleitoral serão divulgadas pelos canais oficiais do sindicato, conforme o calendário eleitoral em curso.

Atenciosamente,
Comissão Eleitoral do SASER

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CNPJ/MF nº 32.161.500/0001-00 - NIRE nº 43.300.062.627 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de fevereiro de 2026, às 16h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Paraná, nº 2435, bairro Navegantes, CEP 90.240-600, Porto Alegre/RS. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretária: Fernanda Fonseca Reginato Borges. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2025; (iii) o orçamento de capital da Companhia, para o exercício social de 2026; (iv) a instalação do Conselho Fiscal; e (v) a fixação da remuneração de administradores. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, conforme previsto no Artigo 16, deliberaram em cumprimento ao inciso (v) do artigo 142 da Lei 6.404/76: (ii) manifestar-se favoravelmente (ii.a) ao relatório da administração, às contas apresentadas pela Diretoria e às demonstrações financeiras anuais da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, emitido nesta data, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, assim como à sua submissão à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas; (ii.b) à proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii.c) à proposta de orçamento de capital para o exercício de 2026, com prazo de duração de 01 (um) ano; e (iii) à convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de março de 2026, às 10h00; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. Porto Alegre/RS, 26 de fevereiro de 2026. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Fernanda Fonseca Reginato Borges, Secretária. **Conselheiros**: **(1)** Josiane Carvalho de Almeida; **(2)** Eduardo Siqueira Moraes Camargo; e **(3)** Roberto Penna Chaves Neto. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moraes Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Fernanda Fonseca Reginato Borges - Secretária - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCERGS - Certifico o registro sob o nº 11716511 em 17/04/2026 e Protocolo 261504592 - 16/04/2026, José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

SESCON-RS - SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E DAS EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Na forma prevista no art. 22, VIII, do estatuto social, a Presidente convoca os representantes das empresas associadas em situação regular para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na Rua Augusto Severo, 168, em Porto Alegre/RS, no dia **29 de abril de 2026**, sendo às 17h em primeira convocação e às 17h15min em segunda convocação, para tratar da seguinte ordem do dia: Aprovação das contas do ano de 2025, na forma do artigo 15, inciso I, do Estatuto Social.

Porto Alegre, 23 de abril de 2026.
Paula Dahmer – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 008/2026

O Município de Trindade do Sul através de seu Prefeito Municipal, torna público a abertura de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico n° 008/2026 do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é a Contratação de empresa(s) para o fornecimento de materiais, insumos e serviços para a execução de Pavimentação Asfáltica em diversas Ruas do Município de Trindade do Sul/RS, com recursos próprios e oriundos de Repasses Federais e Estaduais. Data do certame: 11 de maio de 2026 – Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h00min. Recebimento das Propostas: de 24 de abril de 2026, às 09h00min até 11 de maio de 2026, às 08h59min. O edital e seus anexos poderão ser baixados por download nos sítios www.portaldecompraspublicas.com.br e www.trindadedosul.rs.gov.br ou no licitacon. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Trindade do Sul/RS, sito no Centro Administrativo Municipal, na Rua Alecrim, 120, Bairro Centro, neste Município, CEP: 99.615-000 ou pelo telefone (54) 3541-1025 ou no e-mail: licitacoes@trindadedosul.rs.gov.br, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min de segunda a sexta feira, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para Início da Sessão de Disputa de Preços. Trindade do Sul/RS, 23 de abril de 2026.

Odair Adílio Pelicioli - Prefeito Municipal

TRAMONTINA SUL S. A.

Carlos Barbosa, RS.
CNPJ: 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561

ERRATA AO BALANÇO PATRIMONIAL – EXERCÍCIO 2025

A Companhia informa que o seu **Balanço Patrimonial** publicado no Jornal do Comércio (impresso e digital) em 16/03/2026, páginas 2 e 8, respectivamente, referente ao **exercício social encerrado em 31/12/2025**, apresentou omissão da linha **"Prejuízo do Exercício"** na conta **Não Circulante** do grupo **Passivo/Patrimônio Líquido**. Em razão da correção, os valores passam a ser identificados e permanecendo inalterados os seus totais como segue:

PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante	**63.748.032,35**	**21.842.019,71**
Provisão para contingências	1.090.468,74	3.407.156,42
Impostos diferidos passivo	5.993.420,35	2.077.649,83
Banco conta Empréstimo	56.664.143,26	16.357.213,46
Patrimônio líquido	**109.679.603,89**	**147.699.092,71**
Capital social	**119.085.000,00**	**119.085.000,00**
Capital integralizado	119.085.000,00	119.085.000,00
Reservas de lucros	**28.622.289,59**	**28.614.092,71**
Prejuízo do Exercício	**(38.027.685,70)**	**-**
Reserva legal	731.784,00	731.784,00
Saldo à disposição da assembleia	27.890.505,59	27.882.308,71

Fica excluída a nominata dos conselheiros, pois a Companhia não possui Conselho de Administração. As demais demonstrações financeiras, notas explicativas e a nominata dos Diretores permanecem inalteradas. Carlos Barbosa, RS, 22 de abril de 2026. **Diretoria Executiva**: César Umberto Vieceli, Marcos Tramontina, Ricardo Tramontina. **Contadora**: Carla Xavier dos Santos (TC-CRC/RS 103724/O).

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 4ª Região

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 90001/2026

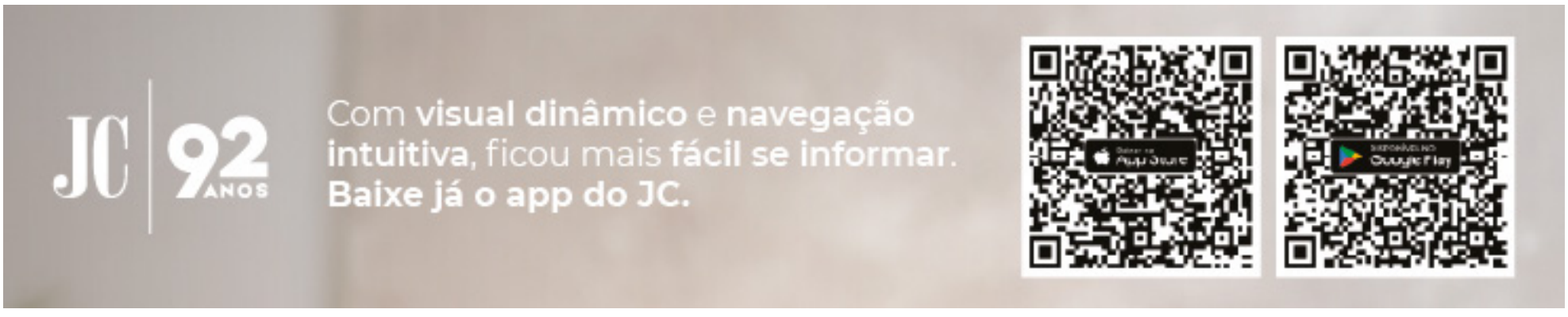
Nº do Processo: 1.04.000.000098/2025-67. Objeto: Contratação para concessão de uso onerosa de espaço destinado à exploração de atividade comercial de fornecimento de refeições - restaurante e cafeteria - na sede da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, localizada em Porto Alegre - RS, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 01. Edital: 23/04/2026 de 09h às 11h59 e de 12h às 17h59. Endereço: Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 - CEP 90010-395 - Porto Alegre-RS. Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2026 às 09h no site www.compras.gov.br (sistema Comprasnet). Abertura das Propostas: 08/05/2026 às 14h site www.compras.gov.br (Comprasnet). Informações Gerais: https://www.mpf.mp.br/regiao4.

Porto Alegre, 23 de abril de 2026
ALEXANDRE MOTA KOBE
Agente de Contratação - PRR4

RS está entre os principais destinos internacionais

O Rio Grande do Sul iniciou 2026 consolidando sua posição como um dos principais destinos internacionais do Brasil. Entre janeiro e março, o Estado registrou 764.598 chegadas de turistas estrangeiros, ocupando a terceira colocação no ranking nacional. Os números são da Embratur, em parceria com o Ministério do Turismo e com a Polícia Federal, e refletem um cenário de crescimento consistente do setor.

No mesmo período, o Brasil alcançou o melhor primeiro trimestre da história em chegadas internacionais, com 3,74 milhões de visitantes estrangeiros. O resultado representa a continuidade de uma trajetória de expansão e evidencia o fortalecimento do país no cenário global. Inserido nesse movimento, o Rio Grande do Sul amplia sua relevância como porta de entrada de turistas e como destino consolidado para diferentes perfis de viajantes. A Argentina segue em primeiro lugar na lista dos países que mais enviam turistas internacionais para o Brasil. No primeiro trimestre deste ano, os argentinos foram responsáveis por 1.648.213 chegadas. Na sequência, aparecem Chile, Estados Unidos, Uruguai, Paraguai e Portugal, o que reforça a importância dos mercados internacionais para o desempenho do turismo nacional e regional.



ines249

Associação de Literatura e Beneficência

REDE VERZERI

Rua Padre Alois Kades SJ, 531 - Vila Ipiranga - Porto Alegre/RS - CEP: 91.360-170

CNPJ 92.962.869/0001-35

Relatório da Administração: Sras. Associadas: Submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com o Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à disposição para quaisquer informações que julguem necessárias. À Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)

ATIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		**29.917.752,11**	**32.308.190,64**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	17.858.611,04	19.864.722,95
Créditos		**11.418.179,92**	**11.169.145,78**
Créditos Educacionais	6	1.214.365,53	1.542.409,28
Créditos Hospitalares	6	1.514.548,28	1.393.794,28
Outros Créditos	7	8.331.959,84	8.708.877,46
Adiantamentos		1.433.388,13	1.492.278,73
(-) Provisão Devedores Duvidosos	8	(1.076.081,86)	(1.968.213,97)
Estoques	9	**559.942,11**	**887.067,43**
Despesas Antecipadas		**81.019,04**	**387.254,48**
NÃO CIRCULANTE		**42.196.538,54**	**34.413.861,57**
Realizável a Longo Prazo		**8.818.817,91**	**9.721.967,91**
Depósito Judiciais		40.520,19	40.520,19
Outros Créditos		8.778.297,72	9.681.447,72
Investimentos		**553.874,10**	**463.162,42**
Imobilizado	10	**32.811.406,24**	**24.208.826,59**
Intangível	11	**12.440,29**	**19.904,65**
TOTAL DO ATIVO		**72.114.290,65**	**66.722.052,21**

PASSIVO	Nota	2025	2024
CIRCULANTE		**28.615.200,70**	**21.450.181,37**
Empréstimos e financiamentos	12	2.995.175,17	3.552.564,62
Fornecedores		1.479.531,85	1.914.128,25
Honorários Médicos a Pagar		1.675.098,16	916.807,87
Obrigações Trabalhistas		5.442.264,05	5.206.224,86
Obrigações Fiscais e Sociais		942.903,73	1.003.920,51
Receitas Antecipadas		381.854,46	798.847,64
Projetos a Realizar		7.964.828,49	1.401.119,56
Outras Obrigações	13	7.733.544,79	6.656.568,06
NÃO CIRCULANTE		**9.437.307,45**	**5.872.313,84**
Empréstimos e financiamentos	12	3.578.099,01	822.258,54
Fornecedores		64.767,78	343.570,30
Subvenções Governamentais		1.937.011,36	2.114.823,45
Bens em Comodato		903.185,87	799.332,21
Provisão para Contingências	14	2.954.243,43	1.792.329,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	**34.061.782,50**	**39.399.557,00**
Patrimônio Social		39.399.557,00	13.570.755,43
Superávit do Período		0,00	25.828.801,57
Déficit do Período		(5.337.774,50)	0,00
TOTAL PASSIVO		**72.114.290,65**	**66.722.052,21**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)

Contas Especificações	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2023	**12.020.780,59**	**1.549.974,84**	**0,00**	**13.570.755,43**
Incorporação ao Patrimônio Social	1.549.974,84	(1.549.974,84)	0,00	0,00
Superávit 2024	,0,00	25.828.801,57	0,00	25.828.801,57
Saldo em 31/12/2024	**13.570.755,43**	**25.828.801,57**	**0,00**	**39.399.557,00**
Incorporação ao Patrimônio Social	25.828.801,57	(25.828.801,57)	0,00	0,00
Déficit 2025	0,00	0,00	(5.337.774,50)	(5.337.774,50)
Saldo em 31/12/2025	**39.399.557,00**	**0,00**	**(5.337.774,50)**	**34.061.782,50**

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

Fluxo de Caixa Atividades Operacionais	2025	2024
1 - Atividades Operacionais		
Déficit/Superávit do Exercício	(5.337.774,50)	25.828.801,57
Depreciação/Amortização	2.563.815,65	2.333.759,02
Prov. de créditos de liquidação duvidosa	361.150,43	2.219.923,36
Rever. da prov. de créd. de liq. duvidosa	(1.253.282,54)	(2.615.103,36)
Provisão de contingências	1.161.914,09	294.990,38
Receita com invest. não recebidos	(90.711,68)	(17.064,19)
Juros s/empréstimos e financiamentos	1.337.458,30	479.674,13
Resultado na venda de imobilizado	(115.215,55)	(9.348.328,85)
Superávit do Exercício Ajustado	**(1.372.645,80)**	**19.176.652,06**
Aumento/Diminuição do AC + ANC		
Diminuição/aumento dos créditos	1.546.247,97	(3.571.440,53)
Diminuição dos estoques	327.125,32	256.393,81
Dimin./aumento de desp. antecipadas	306.235,44	(312.869,05)
Aumento de depósitos judiciais	0,00	(1.000,00)
Variação total dos ativos	**2.179.608,73**	**(3.628.915,77)**
Aumento/Diminuição do PC + PNC		
Diminuição de fornecedores	(713.398,92)	(1.314.357,91)
Aum./dimin. de obrigações trabalhistas	236.039,19	(213.463,54)
Aum./dimin. de honor. médicos a pagar	758.290,29	(2.105.450,37)
Dimin./aum. de obrigações fiscais e sociais	(61.016,78)	57.337,91
Dimin./aumento de receitas antecipadas	(416.993,18)	110.969,72
Aum./diminuição de projetos a realizar	6.563.708,93	(1.092.986,46)
Aum./diminuição de outras obrigações	1.076.976,73	(10.057.078,09)
Dimin. de imobilizado subvencionado	(177.812,09)	(1.203.431,58)
Aum./diminuição de bens em comodato	103.853,66	0,00
Variação total dos passivos	**7.369.647,83**	**(15.818.460,32)**
Caixa Líq. Prov. das Ativid. Operacionais	**8.176.610,76**	**(270.724,03)**
2 - Das Atividades de Investimentos		
Pagam. pela aquisição de imobilizado	(21.987.392,40)	(6.846.309,83)
Baixas de imobilizado	10.943.677,01	11.255.460,00
Caixa Líq. Prov. das Ativ. de Invest.	**(11.043.715,39)**	**4.409.150,17**
3 - Das Atividades de Financiamentos		
Pagam. de emprést. e financiamentos	(9.821.257,38)	(17.476.862,10)
Captação de emprést. e financiamentos	10.682.250,10	14.469.410,58
Caixa Líq. Prov. das Ativ. de Financ.	**860.992,72**	**(3.007.451,52)**
(1+2+3) Variação das Disponibilidades	**(2.006.111,91)**	**1.130.974,62**
Saldo Inicial de Caixa e Equiv. de Caixa	19.864.722,95	18.733.748,33
Saldo Final de Caixa e Equiv. de Caixa	17.858.611,04	19.864.722,95
Variação Ocorrida no Período	**(2.006.111,91)**	**1.130.974,62**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITAS LÍQUIDAS		**75.755.245,35**	**106.465.130,68**
Receitas Área da Saúde		**37.903.144,48**	**43.741.489,19**
Receitas Hospitalares	16a	17.562.761,01	19.440.322,60
Receitas de Doações	17	376.880,43	112.289,12
Receitas de Subvenções	17	19.653.885,88	23.873.545,56
Outras Receitas	23	490.649,63	579.769,36
(-) Devoluções/Glosas/Abatimentos		(181.032,47)	(264.437,45)
Receitas Área da Educação		**35.589.559,50**	**33.212.874,56**
Receitas Escolares	16b	42.911.518,25	39.428.906,94
Receitas de Doações	17	58.622,78	335.084,00
Outras Receitas	23	408.594,19	326.022,11
(-) Bolsas Educacionais concedidas		(7.755.872,80)	(6.861.559,07)
(-) Descontos/Devol. de Mensalidades		(33.302,92)	(15.579,42)
Receitas Área da Assistência Social		**2.262.541,37**	**29.510.766,93**
Receitas de Doações	17	354.985,79	178.609,60
Receitas de Subvenções	17	1.429.765,16	1.777.698,10
Outras Receitas	23	477.790,42	27.554.459,23
(-) Custos dos Serviços Prestados		**(45.289.674,61)**	**(49.017.084,03)**
(-) Custos Área da Saúde	18a	(28.165.302,56)	(33.562.975,62)
(-) Custos Área da Educação	18b	(15.111.471,37)	(13.298.447,38)
(-) Custos Área da Assistência social	18c	(2.012.900,68)	(2.155.661,03)
Superávit Bruto Área da Saúde		**9.737.841,92**	**10.178.513,57**
Superávit Bruto Área da Educação		**20.478.088,13**	**19.914.427,18**
Superávit Bruto Área da Assist. Social		**249.640,69**	**27.355.105,90**
Superávit Bruto Total		**30.465.570,74**	**57.448.046,65**
Despesas Área da Saúde:		**(11.459.188,42)**	**(11.019.861,33)**
(-) Desp. Administr. e Gerais	19a	(10.220.231,81)	(10.975.349,88)
(-) Depreciação e Amortização		(829.236,34)	(912.137,48)
(-) Provisão Devedores Duvidosos		(6.455,27)	(756.757,94)
(-) Provisão de Contingências		(403.265,00)	1.624.383,97
Despesas Área da Educação		**(15.168.915,65)**	**(12.845.388,61)**
(-) Desp. Administr. e Gerais	19b	(14.100.591,14)	(11.581.043,76)
(-) Depreciação e Amortização		(812.550,15)	(544.020,10)
(-) Provisão Devedores Duvidosos		(295.715,88)	(144.132,38)
(-) Projetos Sociais		0,00	(551.574,22)
(-) Reversão Contingências		39.941,52	(24.618,15)
Despesas Área da Assistência Social:		**(7.738.780,24)**	**(7.419.261,03)**
(-) Desp. Administr. e Gerais	19c	(5.482.329,00)	(5.965.842,53)
(-) Depreciação e Amortização		(922.029,16)	(877.601,44)
(-) Provisão Devedores Duvidosos		(58.748,06)	(398.929,24)
(-) Reversão de Provisão Contingências		(1.275.674,02)	(176.887,82)
Déficit antes Rec./Desp. Financ. Saúde		**(1.721.346,50)**	**(841.347,76)**
Superávit antes Rec./Desp. Financ. Educação		**5.309.172,48**	**7.069.038,57**
Déficit/Superávit antes Rec./Desp. Financ. Assistência Social		**(7.489.139,55)**	**19.935.844,87**
Resultado Financeiro Líquido	20	**(1.553.196,34)**	**(9.787.084,74)**
(+) Receitas Financeiras Saúde		14.261,28	95.152,83
(-) Despesas Financeiras Saúde		(677.052,06)	(512.206,41)
(+) Receitas Financeiras Educação		261.230,99	393.171,49
(-) Despesas Financeiras Educação		(2.170.668,20)	(2.046.783,54)
(+) Rec. Financeiras Assistência Social		1.795.637,65	1.970.446,50
(-) Desp. Financeiras Assistência Social		(776.606,00)	(9.686.865,61)
Isenções Usufruídas		**0,00**	**0,00**
Contribuições Sociais		(8.878.330,22)	(8.871.631,91)
Isenções Usufruídas	22	8.878.330,22	8.871.631,91
Déficit Área da Saúde		**(2.384.137,28)**	**(1.258.401,34)**
Superávit Área da Educação		**3.399.735,27**	**5.415.426,52**
Déf./Super. Área da Assistência Social		**(6.470.107,90)**	**12.219.425,76**
Déficit/Superávit Operacional Total		**(5.454.509,91)**	**16.376.450,94**
Outras Receitas		**123.154,00**	**11.424.149,79**
Receitas de alien. do Imobilizado - Saúde		13.000,00	14.000,00
Receitas de alien. do Imobiliz. - Educação		750,00	0,00
Receitas de alienação do Imobilizado - Assistência Social	24	87.404,00	11.241.460,00
Indenizações de Sinistro Recebida - Saúde		0,00	32.603,24
Indeniz. de Sinistro Recebida - Educação		22.000,00	56.898,39
Indenizações Recebidas - Assistência Social		0,00	79.188,16
Outras Despesas		**(6.418,59)**	**(1.971.799,16)**
(-) Outras Despesas - Saúde		39.267,40	(1.639.191,43)
(-) Outras Despesas - Educação		(4.667,41)	(48.495,89)
(-) Outras Despesas - Assistência Social		(41.018,58)	(284.111,84)
Déficit Líquido - Saúde		**(2.331.869,88)**	**(2.850.989,53)**
Superávit Líquido - Educação		**3.417.817,86**	**5.423.829,02**
Déf./Super. Líquido - Assistência Social		**(6.423.722,48)**	**23.255.962,08**
Déficit/Superávit Líquido do Período		**(5.337.774,50)**	**25.828.801,57**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)

Nota 1) Contexto Operacional: A **ASSOCIAÇÃO DE LITERATURA E BENEFICÊNCIA** é uma associação civil, de fins não econômicos, filantrópica, de caráter beneficente, educativo, cultural, de saúde e de assistência social, que atua nas áreas da Saúde, Educação e da Assistência Social, sediada na Rua Padre Alois Kades SJ, nº 531, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, CEP 91360-170, tendo suas atividades reguladas pelo Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS, fundada em 30 de agosto de 1932, reconhecida de Utilidade Pública pelos Decretos: Estadual nº 13.895 de 11/07/1962 e pela Lei Municipal nº 10.193 de 23/05/2007, tendo como finalidades: prestar serviços de assistência em saúde preventiva e curativa; estimular atividade de pesquisa científico-cultural e o desenvolvimento nas áreas de saúde, educação, assistência social e preservação ambiental; oferecer serviços educacionais, em todos os níveis de ensino, infantil, básico (fundamental e médio), superior e modalidades de ensino para crianças, jovens e adultos; oferecer serviços em prol da inclusão social de crianças, adolescentes e suas famílias por meio do esporte, educação e cultura; oferecer serviços em atenção a pessoa idosa; oferecer ações relativas a pessoas com deficiência, aprendizagem, além de acolhimento provisório; oferecer oportunidades, meios e condições para educação de base, habilitação profissional, recreação, arte, melhoria dos padrões culturais e ascensão social; assistir, promover e valorizar as pessoas e grupos de pessoas menos favorecidas em situação de vulnerabilidade social; promover o convívio e a fraternidade humana, o sentido e ação comunitária, a participação e a integração social; criar, desenvolver e manter atividades-meio para se auto sustentar e qualificar seus serviços; desenvolver ações que visem a promoção da integração e/ou inserção no mercado de trabalho de jovens e pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social; promover e/ou implantar sistemas de captação de recursos junto à comunidade em geral, para viabilizar os objetivos institucionais; criar, congregar, assessorar, subsidiar financeiramente, firmar contratos, convênios, acordos, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, incorporar e promover ação conjunta com obras e instituições congêneres ou afins, com vista à promoção humana e que se enquadrem nas finalidades previstas do Estatuto; e são também finalidades da Associação, implantar e administrar unidades de produção, desenvolver e incentivar práticas desportivas, orientar, assessorar, administrar e dirigir instituições de saúde, educação e assistência social, destinando os resultados, exclusivamente, à sua manutenção. A Associação de Literatura e Beneficência é mantenedora das seguintes entidades contempladas nesta demonstração:

Nome dos estabelecimentos	CNPJ	Cidade	Estado
Associação de Literatura e Beneficência	92.962.869/0001-35	Porto Alegre	RS
Colégio Sagrado Coração de Jesus	92.962.869/0003-05	São Borja	RS
Colégio Teresa Verzeri	92.962.869/0004-88	Santo Ângelo	RS
Colégio Sagrado Coração de Jesus	92.962.869/0006-40	Ijuí	RS
Hospital São Vicente de Paulo	92.962.869/0007-20	Três de Maio	RS
Colégio Medianeira	92.962.869/0009-92	Santiago	RS
Centro de Formação Teresa Verzeri - São Borja	92.962.869/0015-30	São Borja	RS
Centro de Formação Teresa Verzeri - Esteio	92.962.869/0018-83	Esteio	RS

Nota 2) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis as entidades sem finalidade de lucros. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Nota 3) Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **a) Moeda funcional:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Entidade. **b) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Entidade. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos e abatimentos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, segregado de acordo com o tipo de atividade sendo de saúde, educação e assistência social, conforme disposição da Lei Complementar nº 187/2021, regulamentada pelo Decreto nº 11.791 de 21 de novembro de 2023 e das Normas Brasileiras de Contabilidade especificamente a ITG 2002 (R1) para as Entidades sem Finalidade de Lucros. **b.1) Receita de serviços de saúde:** As contas hospitalares referem-se a direitos a receber, em contrapartida à prestação de serviços hospitalares a pacientes conveniados (SUS e convênios privados) e particulares. Os valores são registrados respeitando o regime de competência. **b.2) Receita de mensalidades:** As receitas de mensalidades escolares são reconhecidas no resultado, mensalmente, conforme contrato assinado entre a Entidade e o responsável pelo aluno e efetivada pela prestação dos serviços educacionais. **b.3) Receita subvenções públicas:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receitas no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para o patrimônio social. **b.4) Receita de doações:** As receitas de doações são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas. **b.5) Receita financeira:** As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras. **c) Imobilizado e intangível:** Os bens do Ativo Imobilizado estão apresentados em valores originais, sem correção monetária até 31 de dezembro de 1995. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, as taxas estão apresentadas nas notas explicativas nº 10 e 11 e levam em conta o tempo de vida útil estimada dos bens. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Entidade não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados pudessem estar acima do valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária. **d) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **e) Estimativas e julgamentos contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas. **f) Cobertura de seguros:** A Entidade mantém política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e operações, por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **g) Remuneração a dirigentes:** Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais. A Entidade não remunera os membros da diretoria, aplica seus recursos integralmente no país e não distribui qualquer parcela de seu resultado e rendas, a qualquer título ou pretexto. **h) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, refletindo as operações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Nota 4) Contas patrimoniais: As contas patrimoniais estão demonstradas consolidadas no Balanço Patrimonial, líquidas de operações entre suas mantidas. Devido à consolidação, foram compensados entre contas ativas e passivas em 31/12/2025 o valor de R$ 6.550.655,70 (em 31/12/2024 o valor de R$ 1.300.885,52), que teve origem de transferências entre a Mantenedora e suas Mantidas. O Patrimônio da Entidade está segregado por áreas de atuação, conforme demonstrativo abaixo, sem as compensações entre as contas ativas e passivas mencionadas.

SAÚDE	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	**25.497.035,24**	**16.088.749,41**
Circulante	16.532.684,61	9.244.160,72
Não Circulante	8.964.350,63	6.844.588,69
Passivo	**31.532.716,44**	**19.538.080,63**
Circulante	27.287.975,62	15.594.456,07
Não Circulante	4.244.740,82	3.943.624,56
Patrimônio Líquido	**(6.035.681,20)**	**(3.449.331,22)**
EDUCAÇÃO	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo	**17.200.671,26**	**13.105.373,58**
Circulante	1.742.173,64	3.410.978,95
Não Circulante	15.458.497,62	9.694.394,63
Passivo	**4.359.654,58**	**4.047.853,11**
Circulante	4.213.926,14	3.884.936,81
Não Circulante	145.728,44	162.916,30
Patrimônio Líquido	**12.841.016,68**	**9.057.520,47**
ASSISTÊNCIA SOCIAL	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo	**35.967.239,85**	**38.828.814,74**
Circulante	18.193.549,56	20.949.236,49
Não Circulante	17.773.690,29	17.879.578,25
Passivo	**8.710.792,83**	**5.037.446,99**
Circulante	3.663.954,64	3.266.974,01
Não Circulante	5.046.838,19	1.770.472,98
Patrimônio Líquido	**27.256.447,02**	**33.791.367,75**
CONSOLIDADO	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo	**78.664.946,35**	**68.022.937,73**
Circulante	36.468.407,81	33.604.376,16
Não Circulante	42.196.538,54	34.418.561,57
Passivo	**44.603.163,85**	**28.623.380,73**
Circulante	35.165.856,40	22.746.366,89
Não Circulante	9.437.307,45	5.877.013,84
Patrimônio Líquido	**34.061.782,50**	**39.399.557,00**

Nota 5) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa estão devidamente conciliados até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, sendo que as aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até 31/12/2025 e 31/12/2024, com base no regime de competência. **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** A composição do Caixa e Equivalentes de Caixa está demonstrada no quadro abaixo:

Caixa e Equivalentes de caixa:	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	9.934,92	28.226,43
Bancos Conta Movimento	1.166.173,03	2.291.409,89
Bancos Aplicações Financeiras	16.682.503,09	17.545.086,63
TOTAL	**17.858.611,04**	**19.864.722,95**

b) Bancos e aplicações financeiras: Os bancos e aplicações financeiras vinculadas estão assim compostos:

Bancos e Aplicações Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Bancos Conta Movimento sem restrição de uso	724.752,09	1.751.810,41
Bancos Conta Movimento com restrição de uso	441.420,94	539.599,48
Total Bancos Conta Movimento	**1.166.173,03**	**2.291.409,89**
Aplicações Financeiras sem restrição de uso	9.456.392,82	16.683.694,08
Aplicações Financeiras com restrição de uso	7.226.110,27	861.392,55
Total Aplicações Financeiras	**16.682.503,09**	**17.545.086,63**
TOTAL	**17.848.676,12**	**19.836.496,52**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e referem-se à certificados de depósitos bancários, fundos de renda fixa e poupança, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e pelos rendimentos da caderneta de poupança. Os valores de bancos e aplicações financeiras com restrição de uso, por ordem de instrumento jurídico pertinente, não podem ter destinação diversa às estabelecidas no mesmo. Referem-se exclusivamente à Projetos e Convênios a realizar contabilizados, em contrapartida, como obrigações no Passivo até a sua aplicação, em consonância com a ITG 2002 (R1).

Nota 6) Créditos educacionais e créditos hospitalares: Os créditos educacionais e créditos hospitalares estão assim compostos:

EDUCAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Educacionais	1.214.365,53	1.542.409,28
TOTAL	**1.214.365,53**	**1.542.409,28**
SAÚDE	**31/12/2025**	**31/12/2024**
SUS a receber	818.682,95	453.555,00
Outros Convênios	595.781,81	876.753,57
Particulares e outros	100.083,52	63.485,71
TOTAL	**1.514.548,28**	**1.393.794,28**

Nota 7) Outros créditos: Outros créditos compreendem valores realizáveis a curto prazo advindos de direitos a receber e projetos a realizar, e estão assim compostos:

Outros Créditos	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a Recuperar	465,99	419,61
Aluguéis a Receber	157.513,00	66.484,18
Cartões de Crédito	64.733,17	164.148,96
Alienação Hospital São José	900.000,00	900.000,00
Cheques a Receber	0,00	35.757,87
Cheques Devolvidos	1.865,00	1.865,00
Outros Valores a Receber	95.958,02	110.403,72
Projetos a Realizar	6.854.403,64	6.141.879,92
Créditos Hospitalares HBO/HSJ	30.024,45	1.287.918,20
Repasse ISAAC	226.996,57	0,00
TOTAL	**8.331.959,84**	**8.708.877,46**
Outros Créditos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Alienação Hospital São José	8.337.476,00	9.225.000,00
Créditos Hospitalares HBO	440.821,72	456.447,72
TOTAL	**8.778.297,72**	**9.681.447,72**

Nota 8) Provisão devedores duvidosos: A Entidade realiza provisão para devedores duvidosos dos valores a receber vencidos há mais de 365 dias. Os valores provisionados são considerados suficientes para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativas de seus prováveis valores de realização. A provisão para devedores duvidosos está assim composta:

PCLD	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Educacionais	(938.972,06)	(643.256,18)
Créditos Hospitalares	(39.259,53)	(40.549,51)
Outros Créditos	(97.850,27)	(1.284.408,28)
TOTAL	**(1.076.081,86)**	**(1.968.213,97)**

A movimentação da provisão para devedores duvidosos sobre títulos vencidos há mais de 365 dias está demonstrada a seguir:

Movimentação PCLD	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.968.213,97)	(2.363.393,97)
Adições	(361.150,43)	(2.219.923,36)
Recuperações/realizações	1.253.282,54	2.615.103,36
Saldo no final do exercício	**(1.076.081,86)**	**(1.968.213,97)**

Nota 9) Estoques: Os estoques estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, não superando aos valores de mercado, e estão assim compostos:

ESTOQUE	31/12/2025	31/12/2024
Drogas e Medicamentos	145.895,26	270.458,93
Materiais Hospitalares	220.103,62	335.077,56
Material de Expediente	7.468,37	7.330,40
Outros Materiais	186.474,86	274.200,54
TOTAL	**559.942,11**	**887.067,43**

Nota 10) Imobilizado: O valor residual de cada conta do imobilizado está assim distribuído:

Taxas Depreciação e Amortização a.a.	Ativo Imobilizado	Custo de Aquisição	Depreciação e Amortização	Imobilizado Líquido 31/12/2025	Imobilizado Líquido 31/12/2024
5% a 10%	Equipamentos Escolares	571.861,23	(307.064,46)	264.796,77	266.347,13
5% a 12,5%	Equipamentos Hospitalares	20.286.892,07	(13.235.704,53)	7.051.187,54	7.667.187,43
10% a 25%	Equipamentos Proc. Dados	3.803.080,87	(3.138.086,42)	664.994,45	423.675,33
4%	Prédios e Benfeitorias	5.255.098,56	(3.738.063,94)	1.517.034,62	1.247.289,67
3,33% a 16,67%	Máquinas e Acessórios	2.571.529,87	(1.125.145,84)	1.446.384,03	335.689,56
5% a 16,67%	Móveis e Utensílios	8.849.132,08	(4.737.592,90)	4.111.539,18	3.794.362,72
3,33% a 10%	Outros Equipamentos	819.694,10	(648.837,30)	170.856,80	162.432,93
10% a 35%	Veículos	789.040,25	(240.814,77)	548.225,48	594.874,34
Não Depr.	Obras/Imobilizado em Andamento	4.251.446,38	0,00	4.251.446,38	4.528.269,56
Não Depr.	Terrenos	800.000,00	0,00	800.000,00	800.000,00
Não Depr.	Obras de Arte	2.555,77	0,00	2.555,77	2.555,77
Não Depr.	Equipamentos em Comodato	903.185,87	0,00	903.185,87	799.332,21
4%	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	11.606.564,26	(527.364,91)	11.079.199,35	3.586.809,94
TOTAL		**60.510.081,31**	**(27.698.675,07)**	**32.811.406,24**	**24.208.826,59**

Nota 11) Intangível: O valor residual de cada conta do intangível está assim distribuído:

Taxa Amort. a.a.	Intangível	Custo de Aquisição	Amortização	Intangível Líquido 31/12/2025	Intangível Líquido 31/12/2024
10% a 16,67%	Softwares	528.758,20	(516.317,91)	12.440,29	19.904,65
TOTAL		**528.758,20**	**(516.317,91)**	**12.440,29**	**19.904,65**

Nota 12) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos da Entidade estão segregados, da seguinte forma:

31/12/2025

Instituição Financeira	Modalidade	Valor Contratado	Taxas	Vencimento	Circulante em R$	Não Circulante em R$	Total em R$
Cooperativa de Crédito, Poupança e Invest. União Sicredi - Sicredi União RS/ES	Capital de Giro Rotativo	200.000,00	1,64% a.m.	23/10/2026	185.816,00	0,00	185.816,00
Cooperativa de Crédito, Poupança e Invest. União Sicredi - Sicredi União RS/ES	Capital de Giro Rotativo	300.000,00	0,70% a.m.	16/12/2026	295.001,00	0,00	295.001,00
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Vale Jaguari e Zona Mata - Sicredi Vale Jaguari e Zona Mata RS/MG	Capital de Giro Rotativo	350.000,00	0,70% a.m.	06/12/2026	212.345,00	0,00	212.345,00
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento RS/MG - Sicredi Noroeste RS/MG	Capital de Giro Rotativo	3.

»»» *Continuação*

Associação de Literatura e Beneficência

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - (Em Reais)

Nota 16) Receitas operacionais: As receitas da Entidade estão demonstradas abaixo, pelo montante de cada seguimento de receita reconhecida durante o período:

16. a) Área Saúde: Receitas Hospitalares	31/12/2025	31/12/2024
Particulares	2.750.608,96	2.719.695,40
Convênios	5.035.507,47	7.485.724,28
Sistema Único de Saúde - SUS	9.776.644,58	9.234.902,92
TOTAL	**17.562.761,01**	**19.440.322,60**

16. b) Área Educação: Receitas Escolares	31/12/2025	31/12/2024
Mensalidades	41.667.943,63	38.218.611,04
Taxas Administrativas	1.243.574,62	1.210.295,90
TOTAL	**42.911.518,25**	**39.428.906,94**

Nota 17) Receita de doações e subvenções: A Entidade, eventualmente, recebe doações e subvenções que são destinadas a seus propósitos, as quais estão demonstradas a seguir:

Demonstrativo das Doações	31/12/2025	31/12/2024
Doações Pessoas Físicas	84.566,87	80.657,48
Doações Pessoas Jurídicas	705.922,13	545.325,24
Total das Doações	**790.489,00**	**625.982,72**

Demonstrativo das Subvenções	31/12/2025	31/12/2024
Subvenções Federais	1.078.668,32	1.212.796,69
Subvenções Estaduais	15.305.916,10	12.730.713,77
Subvenções Municipais	4.699.066,62	11.707.733,20
Total das Subvenções	**21.083.651,04**	**25.651.243,66**

Nota 18) Custos dos serviços prestados: Os custos incorridos e necessários que compreendem todos os gastos incorridos na elaboração da prestação de serviços, que fazem parte do objeto social da Entidade, estão demonstrados por segmento:

18.a) Área Saúde: Custo Saúde	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Pessoal	(10.439.113,84)	(12.654.030,94)
Custos Gerais	(17.726.188,72)	(20.908.944,68)
TOTAL	**(28.165.302,56)**	**(33.562.975,62)**

18.b) Educação: Custo Educação	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Pessoal	(13.210.542,92)	(12.056.962,87)
Custos Gerais	(1.900.928,45)	(1.241.484,51)
TOTAL	**(15.111.471,37)**	**(13.298.447,38)**

18.c) Assistência Social: Custo Assistência	31/12/2025	31/12/2024
Custo de Pessoal	(1.355.996,20)	(1.667.771,51)
Custos Gerais	(656.904,48)	(487.889,52)
TOTAL	**(2.012.900,68)**	**(2.155.661,03)**

Nota 19) Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estão demonstradas abaixo por segmento:

19.a) Saúde: Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de Pessoal	(6.433.322,26)	(6.443.692,89)
Despesas Gerais	(3.786.909,55)	(4.531.656,99)
TOTAL	**(10.220.231,81)**	**(10.975.349,88)**

19.b) Educação: Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de Pessoal	(7.514.901,06)	(6.511.797,76)
Despesas Gerais	(6.585.690,08)	(5.069.246,00)
TOTAL	**(14.100.591,14)**	**(11.581.043,76)**

19.c) Assistência Social: Despesas Gerais e Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de Pessoal	(3.999.654,53)	(4.202.973,59)
Despesas Gerais	(1.482.674,47)	(1.762.868,94)
TOTAL	**(5.482.329,00)**	**(5.965.842,53)**

Nota 20) Resultado financeiro: O Resultado Financeiro Líquido está demonstrado da seguinte forma:

Resultado Financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	**2.071.129,92**	**2.458.770,82**
Descontos Obtidos	22.009,74	94.248,47
Juros e Multas Recebidos	171.420,89	225.291,92
Rendimentos Aplicações Financeiras	1.877.699,29	2.139.230,43
Despesas financeiras	**(3.624.326,26)**	**(12.245.855,56)**
Despesas Bancárias	(29.397,72)	(78.862,31)
Descontos Concedidos	(2.151.690,43)	(2.021.487,73)
Juros e Multas	(1.415.845,64)	(547.778,41)
Outras despesas financeiras	(27.392,47)	(9.597.727,11)
Resultado Financeiro Líquido	**(1.553.196,34)**	**(9.787.084,74)**

Nota 21) Gratuidades: A Entidade atende integralmente às exigências estabelecidas na legislação vigente, especialmente no que tange às Entidades Beneficentes e de Assistência Social. A Entidade está certificada pelo Ministério da Saúde conforme portaria nº 2.093 de 13 de setembro de 2024, publicada no D.O.U. em 18 de setembro de 2024 para o período de 18/09/2024 a 17/09/2027. As gratuidades concedidas a nível global, áreas da saúde, educação e assistência social pela Entidade no exercício de 2025 e 2024 foram realizadas nas seguintes atividades: na Saúde: através de atendimentos SUS (medido por paciente/dia); na Assistência Social: com Projetos Filantrópicos desenvolvidos na busca do amparo à saúde, educação e obras sociais de promoção humana, voltadas à família, à infância, à adolescência, à velhice, atendimentos totalmente gratuitos; e na Educação: através de bolsas de estudo integrais e parciais, atingiram percentuais superiores aos previstos na Legislação. Na **Área da Saúde** a Entidade atendeu em 2025 o percentual de **86,97%** (em 2024 o percentual de 81,17%) do total de seus atendimentos pelo SUS. Na **Área da Assistência Social** a entidade prestou **189.391** atendimentos totalmente gratuitos até 31/12/2025 (em 2024 prestou 220.221 atendimentos gratuitos). Na **Área da Educação** aplicou em bolsas de estudos no ano de 2025, de acordo a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, o percentual de **105,95%** em relação ao critério de concessão de bolsas de estudo alunos pagantes x alunos bolsistas (no ano de 2024 o percentual de 101,25%), ainda aplicou em 2025 o valor de R$ 551.007,88 (em 2024 o valor de R$ 551.574,22) de recursos próprios em atendimentos gratuitos ao programa de Apoio ao Aluno Bolsista, que representa 40 alunos em 2025 (em 2024 representa 44 alunos) com bolsas de estudo 100% pelo ticket médio de anuidade escolar, atendendo índices superiores ao exigido por Lei conforme demonstrativos abaixo:

21. a) Área da Saúde: Após a consolidação dos atendimentos do Hospital São Vicente de Paulo de Três de Maio/RS, a área da saúde apresentou os seguintes totais:

Demonstrativo Atendimentos na Saúde	31/12/2025	31/12/2024
Total geral de atendimentos (paciente dia)	13.151	22.183
Total de atendimentos SUS (paciente dia)	9.925	15.456
% de atendimentos SUS (paciente dia)	75,47%	69,67%
% Ambulatório	10,00%	10,00%
% Atenção Urgência e Emergência	1,50%	1,50%
% Hospital de Ensino	0,00%	0,00%
% Total Aplicado SUS	**86,97%**	**81,17%**

21. b) Área da Assistência Social: Na Assistência Social atendeu, de forma totalmente gratuita, com Projetos Filantrópicos desenvolvidos na busca do amparo à saúde, educação e obras sociais de promoção humana, voltadas à família, à infância, à adolescência e à velhice, conforme demonstrativo:

Demonstrativo Atendimentos na Assistência Social	31/12/2025	31/12/2024
Total de Atendimentos	189.391	220.221
Total de Atendimentos com gratuidade total	189.391	220.221
% de Atendimentos com gratuidade total	100%	100%
Total de Pessoas Atendidas	292	362
Total de Pessoas com gratuidade total	292	362
% de Pessoas atendidas com gratuidade total	100%	100%

21. c) Área da Educação: Na Educação a apuração do percentual de concessão de bolsas de estudo está de acordo com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto 11.791 de 21 de novembro de 2023, com base na regra alunos pagantes *versus* alunos bolsistas. As bolsas de estudo concedidas estão registradas na conta contábil "Bolsas Concedidas". A aplicação da filantropia em Educação está demonstrada nos quadros a seguir:

Demonstrativo Aplicação em Educação	31/12/2025	31/12/2024
Total de Alunos Colégios	2.983	3.059
Total de Alunos Pagantes	2.506	2.590
Total Exigido de Alunos com Bolsas de Estudo Integral (Regra 1 p/5)	501	518
Total Exigido de Alunos com Bolsas de Estudo Integral (Regra 1 p/9)	278	288
Total de Alunos com Bolsas de Estudo Integral 100%	**477**	**469**
Total de Alunos com Bolsas de Estudo Parcial 50%	**108**	**111**

No quadro a seguir está demonstrado o atendimento da aplicação das Bolsas de Estudo, de acordo com a Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto 11.791 de 21 de novembro de 2023:

Demonstrativo Aplicação em Educação Lei Complementar 187/2021	31/12/2025	31/12/2024
Total Exigido de Alunos com Bolsas de Estudo Integral (Regra 1 p/5)	501	518
Aplicação Bolsas de Estudo Educação:		
Total de Bolsas de Estudo 100%	477	469
Total de Bolsas de Estudo 50% (Complemento Bolsas concedidas/2)	54	56
Total de Bolsas de Estudo	**531**	**525**
% Atendimento da obrigatoriedade da Lei (Regra 1 p/5)	**105,95%**	**101,25%**

Além das Bolsas de Estudo aplicou recursos próprios da Entidade no programa de Apoio ao Aluno Bolsista conforme quadro a seguir:

Demonstrativo Aplicação Apoio ao Aluno Bolsista	31/12/2025	31/12/2024
Custo Aplicado Apoio ao Aluno Bolsista	551.007,88	551.574,22
Ticket médio Anuidade Escolar	13.947,52	12.631,70
Número de Alunos beneficiados	477	469
Número de Alunos atendidos (por Custo Integral da Anuidade)	**40**	**44**

Nota 22) Isenções usufruídas: A isenção das contribuições sociais da área da saúde, educação e da assistência social usufruída pela Entidade no ano de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

Demonstrativo Isenções das Contribuições Sociais	31/12/2025	31/12/2024
Área Saúde	3.859.812,11	4.377.175,30
Área Educação	3.991.677,39	3.501.958,87
Área Assistência Social	1.026.840,72	992.497,74
Total Isenções das Contribuições Sociais	**8.878.330,22**	**8.871.631,91**

Nota 23) Outras receitas: As outras receitas estão demonstradas abaixo:

Outras receitas	31/12/2025	31/12/2024
Receita de alugueis	1.006.667,15	1.010.138,46
Lancheria/Alimentação	8.400,00	26.103,00
Receitas eventuais	263.369,62	169.420,65
Recuperação de créditos baixados	41.665,75	71.026,68
Ressarcimento Despesas	1.626,19	368,62
Recurso conversão plano real	0,00	27.055.364,96
Outras receitas	55.305,53	127.828,33
TOTAL	**1.377.034,24**	**28.460.250,70**

A Entidade recebeu no exercício de 2024 o valor total de R$ 25.138.798,41 relativo à precatório nº 5015292-48.2023.4.04.9388 e processo nº 1999.71.00.009809-7 (CNJ: 0009809-42.1999.4.04.7100) e o valor parcial correspondente a R$ 1.916.566,55 relativo ao precatório nº 5006722-39.2024.4.04.9388, onde pleiteava diferenças decorrentes da conversão das tabelas de preços dos serviços de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pagos pelo SUS quando da implementação do Plano Real.

Nota 24) Receita de alienação do Imobilizado – Assistência Social: As outras receitas estão demonstradas abaixo:

Outras receitas	31/12/2025	31/12/2024
Receita de alienação Hospital São José	0,00	10.800.000,00
Outras receitas de alienação	87.404,00	441.460,00
TOTAL	**87.404,00**	**11.241.460,00**

A Entidade firmou contrato particular de promessa de compra e venda em 12 de março de 2024 onde vendeu as edificações, mobiliário, móveis, instalações, equipamentos e todos os demais objetos que integram as instalações do Hospital São José de Giruá/RS, CNPJ 92.962.869/0013-79, assim como toda a sua operacionalidade e serviços de saúde. A operação foi firmada com a Entidade Associação Hospitalar Santa Rosa – Hospital Vida & Saúde no valor de R$ 10.800.000,00 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de março de 2024.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2025

CRISTINA DE ALMEIDA CRUZ
Presidente - CPF 051.446.836-06

RAFAELA MORETTI SANTANA
Contadora CRC/RS 093302/O-7 - CPF 804.328.320-68

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Associação de Literatura e Beneficência, nos termos da lei e com base no Art. 38, item I, do Capítulo VI do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025, todas em comparabilidade ao exercício social de 2024. Da análise procedida, constatou-se que as Demonstrações Financeiras, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e as manifestações deste Colegiado proferidas em Atas em suas Reuniões Ordinárias, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes a posição econômico-financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025. Opinamos, ainda, favoravelmente que o resultado negativo do exercício seja incorporado ao Patrimônio Social da Entidade. Porto Alegre, 02 de abril de 2026.

Assunta Dallemole **Élida Braga dos Santos** **Marcia Regina de Oliveira**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A diretoria da Associação de Literatura e Beneficência - Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação de Literatura e Beneficência**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2025** e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Literatura e Beneficência** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Auditoria das cifras comparativas:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, que emitimos relatório sem ressalvas, datado de 14 de abril de 2025. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Novo Hamburgo - RS, 31 de março de 2026.

LAUERMANN SCHNEIDER AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC RS-004574/O-6
VINÍCIUS SCHNEIDER - Contador – CRC RS-081737/O-1

MUNICÍPIO DE BROCHIER-RS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026 – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.
Objeto: Serviços de aulas de música e xadrez. Fica suprimida a exigência contida na alínea "j" do subitem 5.1 do edital de pregão Eletrônico nº 08/2026. Edital e informações: Setor de licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, (51) 3697-1212 – www.brochier.rs.gov.br.

Brochier/RS, 22/04/2026. **JOSÉ HENRIQUE DAPPER, Prefeito Municipal.**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO/RS

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

PROCESSO: 59/20026
OBJETO: Execução de obra de engenharia destinada à construção do Centro de Eventos e Cultura do Município de Machadinho/RS, com área total de 743,32 m², a ser implantado nos Lotes nº 11 e 12 da Quadra nº 13, situados na Rua Bruno Lange, Centro-Machadinho-Rs.
Tipo de julgamento: Menor Preço Global
Regime de Execução: Empreitada Global
Modo de disputa: aberto
Recursos: Contrato de Repasse nº 939416/2022 - Operação 1085612-67 - Programa A Hora do Turismo-Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal, com contrapartida do município de Machadinho.

Abertura das propostas dia 02 de junho de 2026 às 09 horas(horário de Brasília),no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

O Edital, encontra-se disponível no site do município www.machadinho.rs.gov.br e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Demais informações pelo Telefone (54)3551-1254/1255 em horário de expediente (7:30hs às 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs) ou na Prefeitura Municipal, na Avenida Frei Teófilo, 414-Centro.

Machadinho, 22 de abril de 2026.
Sidinei Lopes de Lima
Prefeito Municipal

Sindirepa rs
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DA INDÚSTRIA DA REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDIREPA/RS, com sede na Avenida Assis Brasil, nº 8787, junto à Unidade de Desenvolvimento Sindical – UNISIND da FIERGS, em Porto Alegre/RS, por seu Presidente, na forma estatutária, **convoca** todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, bem como as empresas representadas pela entidade, para participarem das **ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**, a serem realizadas de forma presencial e virtual, na Sala 3 do Bloco 3, no dia **30 de abril de 2026**, nos seguintes horários e condições:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em primeira convocação às 17h00min, e, não havendo quórum, em segunda convocação às 17h15min, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Prestação e aprovação das contas do exercício de 2025;
2. Aprovação do orçamento para o exercício de 2026.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Em primeira convocação às 17h45min, e, não havendo quórum, em segunda convocação às 18h00min, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Concessão de poderes ao Presidente e demais Diretores do SINDIREPA/RS para negociar, ratificar, celebrar e firmar instrumentos coletivos de trabalho, inclusive convenções e acordos coletivos, bem como instaurar dissídio coletivo, celebrar acordos judiciais ou extrajudiciais, tudo nos termos do art. 612 da CLT, com vigência até 31 de dezembro de 2026;
2. Autorizar, na forma estatutária, a alienação de bem integrante do ativo imobilizado do sindicato, consistente em veículo automotor de sua propriedade, conferindo poderes ao Presidente para praticar todos os atos necessários à sua venda.

O acesso às assembleias em formato virtual será disponibilizado mediante envio de link específico, o qual será fornecido mediante solicitação prévia pelo e-mail: secretaria@sindirepa-rs.com.br.

Porto Alegre/RS, 23 de abril de 2026.

Paulo Fernando Rosa Paim
Presidente

REFLORESTADORES UNIDOS S/A
CNPJ 88.647.896-0001/46 – NIRE 43300020321
Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os senhores acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 29 de abril de 2026, às 09:00 horas, na sede da empresa, na RS 020, Km 135, Fazenda Espírito Santo, município de Cambará do Sul, RS, CEP 95482-000, com a seguinte ordem do dia: **1.** Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; **3.** Fixar a remuneração global dos administradores. Cambará do Sul, (RS), 15 de abril de 2026
Caroline De Zorzi - Presidente do Conselho de Administração

Prefeitura Municipal de Esmeralda

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 07/2026

Objeto: Ampliação do Centro de Eventos 27, na Av. Presidente Castelo Branco, 810, menor preço por item e regime de execução por empreitada por preço global. Abertura: 08/05/2026 às 9h, no https://www.portaldecompraspublicas.com.br, acesso identificado. Edital: compras.licitacao@esmeraldars.net, www.esmeralda.rs.gov.br ou https://www.portaldecompraspublicas.com.br. Ailton de Sá Rosa, Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Jaquirana

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO N.º 001/2026

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas, para prestação de serviços de exames laboratoriais. Credenciamento a partir das 9h de 04/05/2026. Edital e informações no Setor de Licitações, Rua Inácio Rodrigues, 451, (54) 3196-3105 / 99705-2516, das 8h às 12h e das 13h30min. às 17h30min ou licitacao@jaquiranaonline.com.br.

Jaquirana/RS, 22 de abril de 2026.
Maria Isabel Rauber Turella
Prefeita Municipal